



 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** Boa tarde. Com 16 vereadores, temos quórum.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradora da tarde de hoje, a Ver.^a Atena Roveda. (Pausa.) A senhora tem direito a 15 minutos com possibilidade de passar a palavra para quem estiver no microfone de aparte.

Ver. Jonas, uma questão de ordem, por gentileza.

Vereador Jonas Reis (PT): Uma questão de ordem, Presidente. Recebi notícia agora, neste momento, que muitos cidadãos estão tentando ingressar na Câmara e não estão conseguindo sequer entrar de carro. Estão se molhando, estão tendo que descer lá na rua. Então eu queria que pudesse explicar esse procedimento, porque não é assim que a gente deve tratar, como Câmara de Vereadores. Então, assim, as pessoas estão se molhando e tem lugar aqui. Inclusive tem pessoas que não estão vindo para o plenário. Hoje de manhã, uma pessoa veio para uma reunião no meu gabinete e foi impedida, o engenheiro Bernd, de entrar na Câmara, e só entraria se eu fosse buscá-lo na rua. Não, esse procedimento não existe, de vereador ir buscar a cidadania.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Senhor, por favor, isso é grave. O senhor passe um SEI para mim, para eu poder identificar o que aconteceu. Porque isso não é ordem desta Presidente.

Vereador Jonas Reis (PT): Até para dizer assim, isso aqui é um prédio público, e a cidadania paga os salários de todos que estão aqui, inclusive de nós, vereadores, vereadoras, e a gente não pode impedir que os trabalhadores venham, inclusive, olhar, ver se realmente quem está lotado na Câmara está exercendo a sua função ou não. Porque a gente tem que ter respeito pelo cidadão. Então, eu queria fazer essa solicitação de que, neste momento, as pessoas pudessem ingressar, e não ficarem na chuva. Acho que a gente tem que ter essa sensibilidade.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Com certeza, Ver. Jonas. Vou solicitar para alguém da segurança depois me falar o que está acontecendo. Não é ordem desta Presidente fazer com que as pessoas deixem seus carros lá na rua e venham a pé. Bem pelo contrário. Vamos verificar e já lhe dou um retorno. Sobre a pessoa que foi impedido de ir ao seu gabinete, o senhor, por favor, faça o registro que eu vou atrás disso. Também não tem nenhuma ordem contrária. Principalmente aqui na Casa do Povo e assim vai ser. Obrigada.

A Ver.^a Atena Roveda está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Boa tarde a esta Casa Legislativa; boa tarde à vereadora que preside esta Câmara; boa tarde aos companheiros e companheiras que legislam junto conosco nesta legislatura, e uma saudação especial a todos os companheiros e companheiras que aí estão mais uma vez na luta que nos fortalece, porque a nossa luta é a luta coletiva das ruas para dentro deste espaço.

Eu quero aproveitar este momento muito especial em que nós temos 15 minutos de comunicação direta e expressa não só com as pessoas que estão

nos assistindo, mas com as pessoas presentes, é a comunicação daquilo que existe no nosso coração. O grandioso Olívio Dutra, em 1998, disse que a política é a extensão das nossas vidas. E quando eu penso esse fenômeno da política onde se debatem leis que fazem com que a sociedade seja um corpo vivo, um corpo vivo que aqui, cada vez que nós decidimos reorganizar uma lei, nós abrimos esse corpo vivo e mexemos dentro desse corpo, há um momento daquilo tudo que nos é precioso entender. Cada lei votada aqui, cada processo pensado dentro desta Casa mexe com o organismo vivo da nossa sociedade. Quando a gente pensa que o DMAE retinha em caixa R\$ 400 milhões e nada foi feito, quando houve situações de propina com o DEP – Departamento de Esgotos Pluviais – antes mesmo de o prefeito Marchezan cortá-lo, tudo isso encadeou um impacto no quê? No que nós estamos vivendo e observando na noite de ontem e na noite anterior, em todas as noites que a chuva, antes sendo um elemento da natureza que nos trazia conforto, nos refrescava, nos colocava em êxtase, hoje é um elemento da natureza que nos provoca medo, nos provoca ânsia, nos provoca muitas vezes rancor contra a política. E os poderosos querem que nos afastemos da política, os poderosos querem que nos afastemos da luta pelos nossos direitos, os poderosos, aqueles que têm dinheiro à vontade para pagar tudo aquilo que os protege de uma emergência climática. O fascismo, meus companheiros, atinge os nossos corações de duas formas, nos fazendo afundar no próprio esgoto, nos retirando as árvores da sociedade para que não tenhamos ar e refrigeração natural, nos faz suportar ainda um Guaíba impossibilitado de nos banhar, quando em muitos dos territórios que possuem uma experiência aquática como essa, as pessoas estão lá se banhando. O fascismo tenta, portanto, nos retirar a materialidade desse mundo, matando as nossas oportunidades de vida de fora. Mas o fascismo também conseguiu uma outra coisa, companheiros e companheiras, nos matar do lado de dentro. Eles querem nos fazer acreditar que não há esperança. Eles querem, é o programa deles, nos desumanizar. Primeiro, eles se humanizam, eles adentram a esta Casa reiterando a vontade de uma nova ditadura civil-militar, essa que historicamente nos banhou em sangue do esquecimento, e nós lutamos por

memória. Essa mesma onda fascista nega qualquer possibilidade de territórios africanos serem extirpados e famílias inteiras dizimadas para trazer mão de obra escrava num processo chamado escravidão no território histórico brasileiro. Vocês imaginem que tudo isso faz com que os nossos corações se enfraqueçam. Eu vejo companheiros aqui que desde o primeiro momento que esta Casa abriu ao povo, e ela deve sempre ser mantida aberta ao povo, estão aí novamente nos apoiando. Eu vejo, companheiros, muitos vereadores da esquerda, da oposição desta Casa, com o corpo cansado, porque desde o primeiro mês de janeiro, nas extraordinárias, nós estamos em constantes articulações. Porque o nosso corpo está cansado, mas continuamos a responder a uma luta de defesa, da garantia dos direitos de todas nós, não só daqueles que estão nos assistindo, mas de todas nós. Nós falamos do bem mais útil e necessário, que é a água. Algo tão importante. E a gente consegue observar o quê? Aquilo que nós iniciamos neste momento. Os poderosos nada têm senão comprar Porto Alegre. Eles desejam ardentemente comprar Porto Alegre e de pouco em pouco eles estão comprando. Mas isso é o que realmente está no meu coração? O que falo eu, uma vereadora travesti? O que sei eu da vida para estar aqui? Com certeza muito pouco. A minha experiência, perto da experiência de cânones como Pedro Ruas, um grande vereador desta Casa, e tantos outros que passam por aqui. O que faz uma vereadora ser eleita numa capital como Porto Alegre, que já foi a capital da democracia e da participação popular, é que nós pegamos nossa experiência de violência, de desumanização, de todos os dias no Instagram estar lá escrito e explícito que eu não mereço viver, que eu não tenho direito à vida, que eu não tenho direito à participação política na cidade onde eu nasci, simplesmente porque eu não correspondo ao nome que me deram ao nascimento e não correspondo ao gênero que me foi outorgado ao nascimento. E muitas vezes essas questões são utilizadas em muitas capitais e cidades como cortina de fumaça para fazer passar por debaixo dos panos o plano de vender Porto Alegre. Escutem bem, meus companheiros. Eles estão com um programa de venda de Porto Alegre. De pouco a pouco eles estão vendendo. Por isso que nós falamos que a iniciativa privada é o CNPJ, e o CNPJ faz o que quiser. Fecha,

e quem é que nós vamos responsabilizar? Quando nós falamos do dinheiro público, quando nós falamos do bem público, quando nós falamos da participação popular através do conselho, a partir do meio ambiente, a partir do conselho da Corsan, que eles já desmantelaram, vocês imaginem que é crítica a situação política que nós vivemos. Por quê? Porque, em boa parte, nós estamos aqui defendendo aquilo que nós não precisaríamos defender: uma verdadeira democracia nesta cidade. Já falamos que o Melo não ganhou por maioria, a maioria foi a isenção, porque já não acredita a população nessa política. Casos de corrupção aos montes – aos montes – no território brasileiro com o nome e a cara estampada de vereadores e vereadoras que estão levantando a bandeira anticorrupção.

Então, a gente começa devagarzinho a retornar para dentro da nossa experiência política de travesti e refletir que, mesmo quando nós estivemos no fundo do poço, mesmo quando nós não tínhamos, muitas vezes, café da manhã, mesmo quando as pessoas que eram nossas amigas nos desprezavam no âmbito social, foi a cultura de rua, o *hip-hop*, a participação junto com as comunidades da periferia, principalmente da Lomba do Pinheiro, que nos fizeram levantar. Nós não estamos aqui de graça, nós somos uma das únicas candidaturas à eleição que apresentamos um plano de propostas com cem propostas, e está até hoje no nosso Instagram disponível. Qualquer pessoa pode ir lá e procurar todas as cem propostas em várias áreas. Hoje já iniciamos o planejamento dos quatro anos de mandato, para fazer acontecer verdadeiramente, coisa que hoje você não sabe mais o que de fato os políticos e as políticas estão oferecendo ao povo. A principal categoria da nossa participação e presença aqui nesta Casa é, sim, a participação de cada uma de vocês. Hoje nos surpreendemos com um protocolo de segurança nesta Casa para revistar isso, para revistar aquilo, para impedir pessoas de entrarem. Isso não deveria ser exceção! Isso não deveria ser exceção, porque é um movimento político, é articulação política, porque, quando nós temos interesse, nós, o campo progressista da cidade e que realmente defende o território para toda a população, quando nós temos que estar em peso aqui, eles articulam essas

diversas frações para diminuir a nossa força. Por que eles fazem isso? Porque eles temem, eles temem a verdadeira força popular de derrubar um governo que ainda não explicou nem secretaria de Educação nem o rombo no DMAE. E nenhum vereador e vereadora da base do governo terá coragem de subir aqui e defender, porque, se defender, vai ter que mentir; se mentir, está faltando com a verdade. Nós não estamos faltando com a verdade aqui, nós estamos expondo, neste momento, iniciando os nossos cinco últimos minutos, a fala do acúmulo político que temos no coração, a indignação frente a tudo que nós estamos vivendo. E mesmo aqueles que não estão sofrendo diretamente com as enchentes, conhecemos pessoas e somos solidárias, toda vez que chove, o nosso coração se aperta.

Amanhã, nós teremos um fato especial nesta Casa: nós vamos analisar também os dados de HIV/Aids, porque Porto Alegre continua sendo a capital com a maior mortalidade de pessoas que vivem com o vírus do HIV. Amanhã, às 10h, nós convidamos todos os companheiros e companheiras, estará sendo transmitido virtualmente.

Quero aproveitar este momento, até poderia encerrar agora, mas quero dizer algo especial aos companheiros que vieram lá de fora, estão aqui e não são vereadores e vereadoras: a única prerrogativa dessa democracia é a divisão dos nossos corpos neste momento, de eu subir nesta plenária e achar que tenho um poder especial que eu não tenho, o verdadeiro poder especial vem do contato direto com todas vocês. Por isso, um gigante parabéns, uma salva de palmas gigante, à participação popular advinda dessa galeria aqui, que está frequentemente nos auxiliando. E eu digo isso porque a nossa oposição também inicia, com a presidência do Pedro Ruas, a CPI da Pousada Garoa, vão ser investigadas as 11 mortes de pessoas inocentes – serão investigadas! E nós vamos tentar entender. Será que, quando vier o resultado dessa CPI, a base do governo vai ter coragem de chegar aqui e falar, com a cara de pau, o que de fato aconteceu para termos 11 óbitos de pessoas que estavam vivendo a sua vida, das maneiras que estavam confortáveis, a sua vulnerabilidade? Ao invés de nós ampliarmos a assistência social, eles estão desmantelando uma assistência tão

cara e necessária para a nossa população. Quero agradecer enormemente a possibilidade de iniciar esse processo e deixar fincado aqui: com fascista, não terá diálogo, com apoiador de ditadura não haverá diálogo, queiram ou não, não haverá. A bandeira brasileira é de quem nasce no Brasil e não beija e não saúda bandeira nenhuma dos Estados Unidos. Esta Casa será brasileira, latino-americana, será das porto-alegrenses e dos porto-alegrenses.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu queria cumprimentar a Ver.^a Atena Roveda pelo seu pronunciamento e dizer que assinarei embaixo de todas essas palavras. Parabéns!

PRESIDENTE CONMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Roveda.

O Ver. Carlo Carotenuto, do Republicanos, está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) (Desiste.)

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição. Já lhe respondendo aqui, hoje pela manhã ligaram meia hora para o seu gabinete e ninguém atendeu, foi por isso que a pessoa não entrou, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu quero destacar aqui o que aconteceu ontem na cidade. Mais uma vez a cidade alagou, porque o governo preguiçoso não fez as obras, os esgotos estão entupidos, tem até vereadores do governo que estão cobrando; mas o Melo só quer fazer videozinho com chapéu de palha, ele não quer resolver o problema. Tem dinheiro no caixa do DMAE e as obras não são feitas, porque a intenção do prefeito não é ajudar o povo, é explorar o povo. Ele usou o povo na eleição, prometeu, deu discurso, mas é isso que ele sabe fazer, são só bravatas. Na hora do trabalho efetivo da Prefeitura, não acontece, porque hoje tem 2.596 cargos vagos no DMAE e não tem como dar certo. Aí eu vejo uma legião de pessoas que não cobram isso, estão caladas, porque estão cheias

de cargos no governo. Quem não cobra do Melo o desastre da cidade está cheio de cargos! Choveu na cabeça dos pacientes no HPS e ninguém cobra. Os terminais de ônibus são um horror, as pessoas não conseguem ficar nos terminais de ônibus da cidade, porque chove na cabeça delas. Aqui no Centro, todos os telhados esburacados, também na Assis Brasil também, assim como na Antônio de Carvalho. É uma vergonha, nada funciona! Porque não é para funcionar mesmo. Eles transformaram a cidade num balcão de negócios. E agora a gente precisa valorizar os servidores. E hoje o que o governo quer fazer? Roubar mais direito, roubar daqueles que durante a pandemia estavam lá, sendo que muitos morreram. Morreu gente na saúde, morreu gente no saneamento, na limpeza urbana. Felizmente na assistência social não morreu ninguém. Mas a gente sabe os nomes das pessoas que morreram - né, Jaime? -, colega do DMAE, falecido, da saúde, que até nome de rua já demos para a pessoa que morreu. E agora, ao invés de garantir a criação de um fundo de garantia para os servidores... Porque até hoje os servidores não têm fundo de garantia. Qualquer trabalhador, CLT, quando sai do seu trabalho, quando se aposenta, tem fundo de garantia. E o servidor público tem a licença-prêmio. Quando se aposenta, os trabalhadores da educação, às vezes, têm uma, duas licenças-prêmio, que ele vai usufruir dela, e não recebe dinheiro. Então, tem que muitas vezes brigar com a Prefeitura para garantir um direito que está no papel. E hoje eles querem regrar esse direito por decreto. Olha só! O Melo não quer dar nada. Aliás, o governo deve 30% de reposição inflacionária aos trabalhadores. Não paga. É um governo caloteiro. E tem dinheiro. Porque agora há pouco achou R\$ 30 milhões para comprar ônibus elétrico e doar para as empresas privadas. Pensem vocês, que estão na fila do SUS, aguardando por uma cirurgia, uma consulta, com um médico especialista, vocês vão continuar na fila, porque o Prefeito pegou R\$ 30 milhões e doou às empresas privadas de ônibus. Não vai consertar a realidade, o que vai consertar a realidade é cobrar das empresas a contrapartida, cumprimento de horário, e ele não cobra, porque ele sempre foi assim com a turma da ATP, o Melo, o Sebastião, o Tião do Chapéu. Então, ele não pode cobrar. Agora ele vira as costas para a cidade quando quer tirar um direito. Mas,

mais do que isso, quer destruir com o nosso conselho que defende uma cidade sustentável. O nosso Conselho Municipal de Meio Ambiente, que quer desenvolver uma cidade do futuro, porque a nossa cidade já foi mais arborizada. O conselho resistente e sempre lúcido, usando a ciência a nosso favor. A gente caminha pela zona central e não aguenta a quantidade de fuligem. Vocês têm que ir à orla e olhar, ver como as pessoas que fazem exercício estão caminhando e correndo com máscara. Eles estão colocando máscara porque a quantidade de poluição é enorme, e o governo quer destruir mais um conselho. Nós não deixaremos. Nós estamos de pé para defender o direito do cidadão e lutar contra os endinheirados da cidade.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas.

Uma questão de ordem, Ver.^a Grazi?

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Grazi Oliveira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Comandante Nádia, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença no dia de hoje aqui e nos assiste também pela TVCâmara. Aliás, com destaque para os nossos ambientalistas, que tanto nos orgulham com esse trabalho. E faço referência à pessoa da Eliane Carmanin, uma grande companheira, uma grande amiga de tantos anos, e também ao suplente de vereador Paulo Brack, amigo de lutas,

enfim, de enfrentamentos. Também às companheiras e companheiros municipais, que vêm aqui na sua luta justa para impedir mais uma retirada de direitos. E nós aqui, tenho certeza, lutaremos muito com e pelos municipais, com e pelas municipais. Por quê? Não é possível que o governo Melo se dedique diuturnamente a prejudicar e retirar direitos dos municipais. Não é possível, não é aceitável. Não tem como acontecer isso sem que haja, de nossa parte, um protesto veemente e um enfrentamento permanente.

Por outro lado, é relevante registrar que nós vivemos, neste momento, na nossa cidade, um momento, uma situação particularmente difícil. Os jornais, Ver.^a Atena, Ver.^a Grazi, minhas companheiras do PSOL, os jornais do final de semana registraram que muitas mulheres estão deixando de praticar caminhadas ou corridas por conta dos assédios e ataques dos homens a elas. E o pior local é a orla do Guaíba, está na capa do jornal Zero Hora dominical. Isso é inacreditável! Inacreditável! Eu tenho visto, e eu sei que a Guarda Municipal tem funções importantes, mas ali tem equipamentos públicos, naquele local, então tem que ter a Guarda Municipal, é para isso. Nós não podemos conviver com a situação de que as mulheres, em Porto Alegre, não tenham o mesmo direito que os homens de caminhar e de correr, se quiserem fazer, Ver.^a Vera Armando, o seu exercício. Não é possível, é inacreditável que isso esteja acontecendo. Sabe que eu demorei, eu li toda a matéria, mas não é possível, nós estamos em 2025, um quarto de século do século XXI. Então, viver nessa situação absurda é inaceitável. Fica aqui, vereadoras, vereadores, nosso povo querido, o nosso protesto em relação a isso, mas também o nosso pedido de providências, já que, culturalmente, parte da cidade continua no atraso do machismo criminoso. Nós temos que ter medidas legais e institucionais que permitam às mulheres terem, no mínimo, o direito, no mínimo, de andar pela cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para uma Comunicação

de Líder.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde ao nosso povo que, mais uma vez, é convocado e se faz presente para lutar contra os ataques do governo Melo, contra este projeto de destruição da nossa cidade. Eu venho aqui para falar não apenas dos temas que estão na pauta de hoje, mas para falar também de um tema que ainda não chegou a esta Casa, mas que é muito importante. Hoje nós iniciamos as atividades escolares com milhares de estudantes, público alvo da educação especial, sem terem o acompanhamento dos seus monitores e monitoras de inclusão, isso porque o governo Melo não paga o nosso reajuste, o mesmo que ataca os servidores e servidoras e que hoje tenta mais uma vez alterar nossa licença-prêmio, sem diálogo, o mesmo que não cumpre as negociações que foram feitas em 2023. Inicia esse ano letivo, dando de presente para as famílias dos estudantes com deficiência, para as famílias dos estudantes com transtornos globais de desenvolvimento com altas habilidades, superdotação, dando de presente a falta de atendimento para que eles possam participar das atividades escolares e terem garantido o seu direito à educação.

Na minha escola, fomos comunicados, na quinta-feira pela manhã, que a nossa monitora seria remanejada; na sexta-feira essa trabalhadora da educação teve que se apresentar em uma nova escola que ela sequer pôde escolher. Esse é o jeito do governo Melo e dessa administração da SMED governar, com autoritarismo, sem respeitar o direito das crianças e dos adolescentes, atacando, assediando moralmente os trabalhadores e trabalhadoras da Educação. Pois há resistência em Porto Alegre, é importante a gente informar ao nosso secretário de Educação, minha colega Grazi, que aqui há resistência e que nós não deixaremos que ele implemente o seu projeto de educação, sem tomar as ruas da cidade e sem fazer uma grande mobilização para garantir o direito à educação e para garantir o direito dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação. Eu falo aqui em nome desses profissionais que estão sendo atacados, mas eu falo aqui principalmente como professora de

educação especial, professora essa que conhece muito bem o déficit de profissionais que nós temos na rede hoje. Ao invés de o governo Melo nomear mais professores de educação especial, só na minha escola a gente tem um déficit de 40 horas e vai crescer esse déficit, e não é só na minha escola, mas em todas as escolas da rede a gente tem um déficit de professores de educação especial, e nós temos vários colegas para serem nomeados. Mas nós também queremos que, no projeto de criação de novos cargos – que o governo se comprometeu de mandar para esta Casa –, tenha a previsão de criação de mais cargos de professores de educação especial, porque a educação inclusiva só se faz com investimento em professores, em profissionais de apoio; e profissionais de apoio são os monitores e monitoras de inclusão, aqueles e aquelas que constroem vínculo, pois o vínculo é um pressuposto da educação especial – sem vínculo, a gente não garante que os estudantes estejam participando em igualdade de condições e de oportunidades do contexto escolar. Pois foi esse o vínculo que foi quebrado com essa medida autoritária do governo Melo. Ele quer, na verdade, espalhar o seu projeto de privatização da educação especial, porque, no lugar dos meus colegas monitores e monitoras, entrarão os agentes de inclusão da Abess, agentes de inclusão que são precarizados, que têm péssimas condições de trabalho, péssima remuneração, e, por isso, não ficam nas nossas escolas, eles têm a escola como espaço de passagem. Os nossos alunos precisam de vínculo, os nossos alunos precisam de um trabalho com continuidade; é assim que esse recurso se torna um dispositivo pedagógico de promoção, de acessibilidade ao currículo. E é isso o que a gente deveria estar discutindo aqui, e não a ampliação da terceirização da educação especial, não o ataque aos monitores e monitoras, não o ataque à educação inclusiva, mais uma vez, promovida por este governo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde; boa tarde, colegas do Simpa; boa tarde, colegas conselheiros. Eu estou hoje aqui para conversar um pouquinho com vocês. Eu também fui conselheiro aqui na cidade; não no Conselho Municipal de Meio Ambiente, mas no Conselho Municipal de Saúde. Sei a luta importante que a gente precisa ter para ter representatividade, para ter uma democracia participativa dentro da nossa cidade. Sei que é fundamental. Sei que é fundamental esse processo, e estou aqui para dizer que eu sou muito solidário a todas e todos que estão nessa luta. A gente tem muito a evoluir como sociedade, a gente tem muito a evoluir dentro do entendimento do ambiente natural aqui na nossa cidade. A nossa cidade, que já foi considerada uma das cidades mais verdes em todo o Brasil, ela tem, sim, um processo de desmatamento muito grande; a gente tem uma poluição gigantesca do Guaíba, a gente tem uma poluição gigantesca do nosso rio, a gente tem um rio que passa no meio da cidade e que está virando um verdadeiro esgoto a céu aberto. A gente ter um conselho forte, um conselho que tenha pessoas responsáveis, que façam um debate qualificado do ambiente natural aqui na nossa cidade é fundamental. Sei que esses ataques acabam, sim, diminuindo a força do conselho. Queria me colocar aqui à disposição para estar junto nessa luta, a gente quer uma melhoria nesse projeto e a gente acha que pode conseguir.

Quero aqui também ser simpatizante à pauta do Simpa. Eu também já fui do sindicato, fui diretor de saúde do Simpa, fui por muito tempo trabalhador da saúde na Prefeitura de Porto Alegre e sei das dificuldades que a gente tem enfrentado nesses últimos anos. A gente vem tendo uma retirada de poder de compra, uma inflação subindo muito sem ter um ajuste salarial. A gente já está em torno de 38% de perda, Cindi? 31%? A gente já tem 31% de perda, de cortes na nossa capacidade de compra. Isso é algo que não tem como a gente não simpatizar aqui com essa luta do Simpa. Esse corte hoje que está sendo

proposto da licença-prêmio é mais um tipo de ataque que está sendo feito contra o servidor.

É importante que a população entenda que hoje esses cortes estão, inclusive, dificultando o funcionamento de diversos órgãos da Prefeitura. Eu sou médico, sou pediatra, trabalhei no Hospital Presidente Vargas por muitos anos. Lá é um local onde a gente vem tendo, inclusive, dificuldade de contratação de profissionais justamente por essa dificuldade cada vez maior com o salário, com as condições de trabalho, com a precarização do serviço público na nossa cidade. Fazer a defesa da licença-prêmio é fazer a defesa do servidor; fazer a defesa do servidor é fazer a defesa da nossa cidade. A gente precisa ter consciência disso. Então nós estamos hoje aqui com algumas pautas bem importantes, pautas que precisam de um debate maior junto da sociedade e que infelizmente vão sendo atropeladas aqui na Câmara de Vereadores. Queria, mais uma vez, me colocar simpatizante com as lutas dos movimentos e dizer que a gente está junto. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Alexandre.

O Ver. Coronel Ustra está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Sra. Presidente, colegas vereadores, nossa galeria e assistentes da TVCâmara, nós estivemos agora, no sábado, em mais uma *blitz* do Mais Comunidade junto com o prefeito Sebastião Melo, alguns colegas vereadores – estavam lá os vereadores Mariana Lescano, Gilson Padeiro, Cláudia Araújo, Marcos Felipi – e também algumas secretarias da nossa Prefeitura. O que nós constatamos no bairro Extrema, que é uma zona rural aqui de Porto Alegre – diga-se de passagem, um local muito bonito, convidamos até os porto-alegrenses a conhecerem – foi uma ocupação ilegal. Algumas casas, Ver.^a Mariana Lescano, sem telhado, sem porta, sem janela... O que nós constatamos, realmente, são loteamentos ilegais que, posteriormente, serão vendidos ilegalmente.

Nós somos contra ocupações ilegais, contra invasões de terra. Durante o governo Bolsonaro, os índices de invasões do MST reduziram drasticamente: nós tivemos apenas 62 invasões do MST no governo do presidente Jair Bolsonaro, e todas foram resolvidas em poucos dias, e até menos, algumas em poucas horas. A área rural aqui na cidade de Porto Alegre representa 8% do território municipal, e Porto Alegre possui uma das três áreas rurais entre as capitais com maior área do País, perdendo apenas para Palmas e, obviamente, São Paulo, que é uma das maiores cidades do mundo. Então, está projetado aqui a área rural de Porto Alegre que compreende alguns bairros muito importantes na nossa cidade. A ameaça à zona rural prejudica a produção agrícola.

Sessenta e sete mil pessoas vivem em Porto Alegre em loteamentos não regularizados. No montante do Estado do Rio Grande do Sul, o total de loteamentos não regularizados representa 25,9%. A área rural precisa ser valorizada e protegida. Em 2021, o PIB da cidade de Porto Alegre, por exemplo, foi de R\$ 81,56 bilhões. Deste o montante em 2021, por exemplo, R\$ 40 milhões aproximadamente vieram da produção agrícola aqui na capital gaúcha. E Porto Alegre conta com aproximadamente 1,2 mil propriedades rurais registradas, e, obviamente, muitos porto-alegrenses não conhecem essa área rural de Porto Alegre e essa capacidade de produção agrícola da nossa cidade. Esse esquema ilegal, se depender de mim, será enfrentado e combatido. Nós não vamos compactuar com essa situação. Estamos juntos com o prefeito Melo, com a Prefeitura e vamos para cima deles nessa questão. E, como pertencço à CUTHAB, que é a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, nós levaremos este assunto à Comissão e trataremos de forma enérgica para que os produtores rurais da capital gaúcha não sejam prejudicados e tenham segurança para poder produzir aqui em Porto Alegre. Eu defendo que a área rural, a zona rural continue sendo um espaço produtivo e sustentável. Agradeço a oportunidade. Obrigado, Presidente e colegas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Coronel Ustra.

A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde, Presidente; boa tarde aos servidores, colegas que estão aí na luta, resistindo a mais um desmonte. Não há descanso, só há luta. Bora lá. Mas hoje eu resolvi usar o meu tempo de Comunicações para falar sobre a educação infantil do nosso Município. Hoje nós iniciamos o ano letivo na nossa cidade que vem marcado com inúmeras ausências. Mas antes de falar sobre essas ausências, eu queria fazer um destaque essencial quando nós falamos de educação infantil e quando a gente fala de creche. Nós estamos falando aqui de um direito constitucional, está contido na Constituição, no seu art. 227, e que diz que a criança deve ser prioridade absoluta do Estado. Mas, infelizmente, não é isso que vem acontecendo no nosso Município. Só para a gente poder entender esse cenário, tem dois dados que são gritantes. O primeiro é que no último ano mais de 474 crianças em idade de 0 a 4 anos sofreram violência doméstica. Para além dessas 474 crianças, hoje nós temos, conforme a Defensoria Pública, mais de 3 mil crianças fora da escola. Para além desse dado da Defensoria Pública, em setembro do ano passado, o Conselho Tutelar apresentou para a CECE, para a nossa Comissão de Educação, Esporte e Cultura, que atualmente há 993 crianças que aguardavam vaga na creche e que buscaram o atendimento no Conselho Tutelar. Por que eu estou trazendo tudo isso? Porque, primeiro, o município de Porto Alegre está negando o direito básico da criança a estar dentro da escola e poder, de fato, estar sendo protegida de todos os cenários que a gente vem enfrentando dentro da nossa sociedade.

Um segundo elemento sobre essa questão tem relação às mulheres, principalmente as mães solo que dependem desse espaço seguro para deixar suas crianças e não estar à mercê de outros serviços, inclusive sem fiscalização do Município, largando a qualquer preço o seu filho em qualquer lugar. Tenho certeza que cada um de nós que está aqui não deixaria o seu filho com qualquer

pessoa, de qualquer jeito. Nós estamos falando hoje de um cenário em que Porto Alegre tem mais de três mil crianças aguardando vaga na creche.

Eu queria pedir para o nosso companheiro nos mostrar, queria compartilhar com vocês essa planilha.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Para quem não sabe, essa planilha é o agendamento da Central de Vagas da secretaria de Educação de Porto Alegre. Peço que vocês olhem com atenção essa planilha e acompanhem comigo a data em que está liberado atendimento disponível para as famílias que não conseguiram acessar vaga de forma direta. Isso significa, gente, que só depois de 17 de março – 17 de março! – uma família consegue agendamento na Central de Vagas para minimamente conseguir uma negativa, para que possa, através da negativa, buscar vaga para os seus filhos na Defensoria Pública. É uma vergonha o que está acontecendo na nossa cidade quando a gente fala de educação infantil. Eu posso dizer e afirmar, com muita tranquilidade, que estamos entrando numa linha de colapso da educação infantil. A gente vê uma narrativa nas redes sociais, mas na prática a situação e a realidade são outras. E eu quero finalizar minha fala falando do que aconteceu hoje. Hoje eu fui acompanhar a abertura do ano letivo em algumas escolas, e a escola que eu visitei hoje no bairro Restinga não tinha condições nenhuma de acolher crianças de 0 a 5 anos, porque, na escola estava literalmente chovendo dentro, como se estivesse chovendo na rua. Então eu quero, de fato, dizer que nós temos um debate profundo para fazer aqui sobre educação infantil, onde está na nossa responsabilidade levar a sério e tratar com isonomia quando nós falamos do direito e da proteção da criança. Ficar só no discurso não vai acontecer, não vai rolar; nós precisamos agir porque a escola, a falta de vaga e a necessidade das famílias acontecem agora. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Grazi.

O Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra em Comunicações. Não? (Pausa.) Encerrado, não tendo mais nenhum líder. Tem pregão? Pois não.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoamos as proposições apresentadas à Mesa, as quais se encontram distribuídas às senhoras e aos senhores vereadores, bem como às respectivas assessorias. Apregoamos também diversos desarquivamentos, conforme tabela enviada para as senhoras e os senhores vereadores e também para as assessorias. Era isso o pregão por enquanto, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, diretor.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde a

todos e todas, colegas vereadores e vereadoras, mas um cumprimento especial às galerias, em especial a quem ocupa as galerias preocupado com a proteção ambiental, e, por consequência, com o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, uma boa tarde a todos e todas.

Presidente, colegas vereadores e vereadoras, Ver.^a Cláudia Araújo, que exerce a liderança do governo na tarde de hoje, eu poderia fazer uma manifestação aqui que colocasse no centro do debate as divergências políticas que nós temos e que são conhecidas e que tiveram, Ver.^a Cláudia, no período da eleição, a oportunidade que nós debatêssemos. Mas, no papel de vereador, nesse momento, eu gostaria de fazer uma manifestação talvez em tom de apelo – eu peço, Presidente, para ajustar a altura do meu microfone, obrigado. Fazer uma manifestação em tom de apelo. Os conselhos municipais em Porto Alegre têm sido alvo de legislações do Executivo que, por hora, tiram o seu caráter deliberativo e que, de modo geral, buscam restringir a participação da sociedade

civil, buscam restringir a participação da sociedade civil. E, hoje, nós nos deparamos com mais uma ameaça como essa agora no que diz respeito ao Conselho de Meio Ambiente da cidade. E vejam, quando esta cidade fica inundada, embaixo d'água, ou quando esta cidade é atingida pelas ondas de calor extremo, praticamente a unanimidade desta Câmara de Vereadores diz pretender defender o meio ambiente. Mas agora nós estamos diante da oportunidade de pôr à prova o quão verdadeiro é ou não essa posição da Câmara Municipal. Porque veja, Ver.^a Cláudia, que em algum espaço da Câmara está neste momento, a proposta enviada pelo Executivo, da forma em que está, anuncia ampliar a participação de entidades ambientalistas e ecológicas, mas, na verdade, ameaça a participação das entidades ambientalistas no Conselho Municipal de Meio Ambiente. É importante, naquilo que não é alterado na atual legislação, que esse Conselho existe em primeiro lugar para propor uma política municipal de proteção ambiental. O Conselho do Meio Ambiente é um conselho de proteção, então nós não podemos, vereadores e vereadoras, na alteração dessa legislação, retirar por um lado as entidades que têm na sua natureza de existir, as entidades ambientalistas, exatamente a proteção ambiental como a sua missão de existência. E nós não podemos, na mesma medida, tirar, da composição do Conselho, entidades de caráter técnico, como é o caso do CRBio. O Conselho Regional de Biologia tem uma autoridade que precisa ser respeitada nesse momento. Nós não estamos falando de uma entidade ligada ao partido X ou ao partido Y. Nós estamos falando de uma entidade de caráter técnico que precisa ser respeitada. Eu acho inadmissível, vereadores e vereadoras, que janeiro passou, fevereiro passou e o Conselho do Meio Ambiente não foi convocado a se reunir. Eu acho inadmissível que a nossa cidade discuta (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) uma PPP para gestão de resíduos, e o Conselho do Meio Ambiente não tenha sido chamado para debater a gestão de resíduos da cidade. Eu acho inadmissível que a gente discuta eventual privatização do DMAE, e a gente está falando aqui de saneamento, e o Conselho do Meio Ambiente não tenha sido chamado a debater. Mas essas são avaliações que eu tenho e que dizem parte das disputas

políticas que nós temos de fundo. Mas eu volto ao início da minha manifestação, a minha atuação na tarde de hoje tem o sentido de apelo para que o mínimo, a razoabilidade prevaleça na tarde de hoje. Eu não estou pedindo que integralmente as minhas posições ou da oposição sejam acatadas, mas a razoabilidade precisa vencer. E, na razoabilidade, Ver.^a Vera Armando, nós não podemos permitir que as entidades ambientalistas disputem as suas vagas com entidades científicas. Isso é fora do razoável. E é por essa razão que eu peço o adiamento da votação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, vereador. Muito obrigada. Conforme combinado, 15 segundos. Muito obrigada.

Não tendo mais nenhum vereador que se inscreve em liderança do seu partido, solicito a abertura do painel para ingressarmos na Ordem do Dia. (Após o fechamento do painel eletrônico.)

(15h19min) Dezanove vereadores presentes. Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Solicito que o diretor faça o pregão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Passamos ao pregão da Ordem do Dia.

Apregoo as Emendas n^{os} 03 e 04, de autoria do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Grazi Oliveira, ao PLL n^o 062/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Grazi Oliveira, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 03 e 04 ao PLL n^o 062/22.

Não há necessidade da dispensa do envio às comissões, porquanto a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

Apregoo a Subemenda n^o 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, à Emenda n^o 01 ao PLCE n^o 011/22.

Igualmente, não há necessidade da dispensa do envio às comissões, porquanto a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

Era essa a matéria do pregão, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Solicito a presença do Ver. Erick Dêníl, que não foi marcada ali. Obrigada. Mais algum vereador não conseguiu dar a sua presença? *Ok.*

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLCE nº 018/24.)

Vereadora Natasha Ferreira (PT) (Requerimento): Presidente Nádia, boa tarde ao plenário. Presidente, eu, o líder da oposição, o líder do PCdoB e também o líder do PSOL, no caso, estávamos na reunião de líderes, e a Ver.^a Grazi, queremos aqui, com o art. 228 do Regimento da Câmara, dizer que, pelo menos para nós, o projeto que trata do Conselho Municipal do Meio Ambiente e também o da licença-prêmio não foram deliberados no colégio de líderes. Pelo menos nenhum de nós está lembrado de nenhuma discussão sobre isso. Por fim, registramos que a alteração da priorização precisa ser feita mediante um requerimento em plenário, pelo art. 94 do Regimento. Mas digo aqui, registro, Presidente, nós, da oposição, PT, PCdoB e PSOL, não deliberamos isso na reunião de líderes. Então, eu peço, na verdade, o adiamento desses dois projetos de lei, tanto o do meio ambiente quanto o da licença-prêmio.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereadora, quanto ao do meio ambiente, foi deliberado e não foi aceito, mas o governo do Estado tem a liberdade de fazê-lo. Ver.^a Cláudia.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, na reunião de líderes, eu fiz a solicitação para o diretor legislativo de cinco projetos que fossem para a Ordem do Dia a partir desta semana, que eram o PLCE nº 018/24, que é a

alteração do Comam; o PLCE nº 011/22, que era do gozo da licença-prêmio; o PLE nº 012/ 21, da logística reversa de medicamentos; o PLE nº 011/21, da logística reversa de embalagens; o PLE nº 010/21, da logística reversa de lâmpadas e eletrônicos, e o PLCE nº 015/24, do IPTU sustentável. Inclusive, o Ver. Ramiro estava falando na hora e eu pedi para ele terminar e ele pediu desculpas e eu terminei de fazer o pedido. Então, foi feito o pedido na reunião de líderes e nós não damos acordo para alterar a data da votação. Nós vamos votar hoje.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Cláudia. Pois não, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Bem brevemente, agradeço, Presidente, mas o projeto que diz respeito à licença-prêmio não teve deliberação. Não teve. Pode ter ocorrido informação da liderança do governo à Mesa, mas não teve deliberação das lideranças. Portanto, não deveria ser votado no dia de hoje. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Ver. Giovani Culau e Coletivo.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, no mesmo espírito que falava o Ver. Pedro Ruas, deliberação pressupõe discussão e encaminhamento coletivo. Diga-se de passagem, se necessário, votação. E nós não tivemos isso na reunião de líderes. Mas se não bastasse esse elemento, porque, como disse o Ver. Pedro Ruas e a Ver.^a Natasha, eventualmente o pedido de priorização pode ter sido solicitado de alguma forma à diretoria legislativa ou à presidência, mas a ordem eu também não compreendo. Porque eu já havia feito, Presidente, não compreendo, porque eu já havia feito, Presidente, e vou aguardar a sua atenção... eu havia feito a solicitação de priorização da Frente pela Água, que, inclusive, consta na Ordem do Dia, e a fiz

antes da manifestação da Ver.^a Cláudia Araújo. Então não compreendo como, na ordem estabelecida na tarde de hoje, o primeiro projeto é de reorganização do Comam, que, na verdade, significa mais um ataque ao meio ambiente. Por isso apoiamos o requerimento apresentado pelo PT.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Giovani. Esclarecendo aos vereadores, os dois projetos de lei foram solicitados pela vice-líder do governo nas lideranças e estão dentro do preconizado. Em discussão nós temos sete emendas destacadas.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, a bancada do PT apresentou um requerimento. O requerimento precisa ser examinado, inclusive, com direito a encaminhamento.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Qual é o requerimento, Ver.^a Natasha, por gentileza? (Pausa.) A senhora quer o requerimento solicitando a retirada dos dois. Vamos colocar em votação. Querem encaminhar? Quem quer encaminhar?

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento que solicita a retirada de dois projetos: o do Conselho Municipal do Meio Ambiente e o da licença-prêmio.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente; vereadoras, vereadores, público nos dá a honra, TVCâmara também, mas, particularmente, ambientalistas e municipais aqui presentes, direção do Simpa. Nós temos ritos, tradições, regras, algumas escritas, outras do chamado direito consuetudinário, o não escrito, mas que são tradições que regem esta Casa ao longo dos anos. Ao longo dos anos, Ver.^a Vera Armando, que sempre me honra com a sua atenção. Nesse sentido, fazer um pedido, como a Ver.^a Cláudia Araújo fez, o que é um direito dela inequívoco – inequívoco, não há

debate sobre isso – é uma coisa, a deliberação dos líderes é outra coisa. Pode haver até uma situação, como houve comigo agora há pouco tempo, cerca de um mês atrás, eu acho, nós deliberamos, fomos para o voto dos líderes, eu fui vencido, coloquei voto contra e voto vencido, coloquei e escrevi isso. Então a deliberação é necessária. Não é a informação do líder, da líder, no caso, que ele gostaria daquele projeto na priorização, não é isso que basta. Depois da informação, tem que haver a deliberação, não é só uma informação de uma necessidade, de uma preferência ou de uma vontade – não! O próprio Ver. Giovanni Culau informou também que gostaria de uma priorização, de uma frente e não está na priorizada. Então a informação é o primeiro passo, mas ele não é o suficiente, tem que haver um segundo, que é a deliberação – assim funciona o colégio de líderes. Pode ser que, na deliberação, nós fôssemos vencidos, é possível, mas ela tem que ocorrer, precisa que aconteça. É como uma votação de um projeto: podemos perder, mas a votação tem que acontecer. Por isso, Presidente Comandante Nádia, vereadoras e vereadores, nós não temos condições de votar, porque está fora do regramento histórico desta Câmara, fora do regramento. Está fora! Não é um debate de mérito. Eu, no mérito, vocês sabem, sou contrário a ambos os projetos, mas não é por isso e não é isso, não é essa questão. Eu respeito quem é a favor. Respeito. Agora, o rito, a forma e a norma têm que ser seguidas. E na forma, com relação a esses dois projetos, os requisitos essenciais não foram cumpridos. Portanto, eles não podem ser votados no dia de hoje. Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas. A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento, como autora.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Presidente, boa tarde, V.Exas., mas, principalmente, boa tarde a quem luta por Porto Alegre: ao

Comam, aos servidores da Guarda, aquelas e aqueles que são contra a licença-prêmio e também são contra a divisão feita aqui na entrada da Casa, a gente precisa registrar isso. Nós, do PT, somos contra, porque há civilização aqui na Casa. Não é possível que a gente ache salutar, saudável, na Câmara de Vereadores, as pessoas serem divididas por um toldo de ferro, alguma coisa assim, porque, da parte da esquerda, há civilidade. Importante dizer que quem mordeu o vereador, quem teve suástica nazista aqui dentro vestia verde e amarelo e estava sentado lá. Então, quando forem dividir, que dividam os deles, que, inclusive, não conseguem lotar o seu espaço também. Quero dizer aqui que esse requerimento foi feito pela bancada do PT e eu quero aqui convidar os líderes, né, porque o que é deliberar? (Lê.): “Deliberar é determinar-se, resolver-se após consideração, decidir-se.”, “Deliberou-se e enfrentou todas as dificuldades.”, “Tomar decisão depois de consultar a si ou outrem.” Não houve deliberação na reunião de líderes. O que houve foi uma informação do governo. O governo informou sobre isso. Isso não foi deliberação. Porque nós não iríamos deixar, como oposição, que esses projetos viessem para o plenário, porque isso aqui demanda audiência pública, isso aqui demanda outras questões de organização social, que não é o plenário quem toma isso. Porque a soberania do voto popular não perpassa os conselhos da cidade de Porto Alegre. Então não foi deliberado; foi informado! E tudo bem. Pode ser que a Presidente não esteja ainda tomando ciência do que é uma reunião de líderes, mas eu, como vereadora de primeiro mandato, já sei o que é. Nós precisamos deliberar, não por número, nós precisamos debater todos os projetos que vêm para o plenário. Não foi debatido; foi informado. Então, eu peço aqui à Casa, principalmente, que a gente respeite o republicanismo da Câmara Municipal e que esse ataque que eles chamam de projeto, esse ataque ao Conselho do Meio Ambiente, nós precisamos de tempo, audiência pública, conversa com o secretário, nós precisamos fazer com que o povo de Porto Alegre converse. Porque na semana passada, no Parque Harmonia, que virou um cemitério agora, um cemitério de tijolo, estava a mais de 60 graus. Se eles não devem ser ouvidos, não somos nós que vamos deliberar alguma coisa sobre o conselho. É um desrespeito ao

Conselho Municipal que os vereadores desta Casa achem que podem deliberar algo com relação à pauta da emergência climática e não quem estuda sobre esse tema. Então, eu quero pedir a vocês, com relação à questão aqui da licença-prêmio, que é outro ataque que, mais uma vez, o governo não quer conversar com nenhuma categoria. Aliás, a categoria da segurança pública está aqui, e saibam que o prefeito reeleito não quer saber dos servidores públicos, porque eles querem entregar tudo. O próximo prefeito, o prefeito de Porto Alegre, será um gestor de contratos se nós não acabarmos com essa patifaria de privatizações aqui na Câmara Municipal. Nós precisamos segurar aqui, porque isso está avançando, avançando, não para que nós tenhamos mais, mas para que a gente não tenha mais cidade, estado. O povo segue pagando mais imposto, mas a gestão é feita pela iniciativa privada que busca dinheiro no BNDES, que é banco público. Isso é a farra do dinheiro público, é a corrupção que tantos aqui são contra, mas que estão lá, votando a favor da privatização, porque têm os seus interesses. O interesse do PT aqui é adiar a votação, é submeter a opinião pública ao Conselho e, principalmente, Ver. Cecchim - você que está voltando, desejo melhoras... Nós não somos contra a votação... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...nós queremos o adiamento para que a gente possa fazer uma discussão com a cidade, principalmente o Conselho e os servidores públicos. O mínimo de democracia e respeito às instituições são fundamentais. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Natasha.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Antes de tudo, eu entendo, Presidente, que a rejeição desse requerimento significa atestar, confirmar a farsa do diálogo do governo Melo. A rejeição, e eu repito, a rejeição do requerimento atesta a farsa do governo Melo de se pretender um

governo do diálogo. É importante que se diga: a audiência pública desse projeto, Ver.^a Karen, foi mais uma audiência esvaziada. Porque o que se tornou comum nessa cidade são audiências públicas que, efetivamente, não garantem a participação da sociedade civil na definição dos rumos do que votamos e decidimos aqui. Se não bastasse isso, Ver.^a Grazi e Ver.^a Atena, a legislação atual aponta que qualquer alteração no Conselho do Meio Ambiente se exige deliberação da Conferência Municipal do Meio Ambiente. (Palmas.) E isso não ocorreu. A verdade é que eles não buscaram a deliberação nem na Conferência do Meio Ambiente e nem na reunião de líderes. Por isso é adequado o encaminhamento e o requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores. Eu trouxe uma placa aqui, humilde, que diz que o Comam é do povo, que o meio ambiente precisa ser protegido. E eu trago ele na tribuna, esse cartaz, porque, na verdade, o que se pretende com esse projeto é tirar do Conselho do Meio Ambiente o seu caráter de decisão, por parte do povo, sobre as questões que dizem respeito ao meio ambiente nessa cidade. E isso é parte do que nós temos vivido, Grazi. Nós falávamos que se alterassem as regras para a ocupação do Arado, no Belém Novo, as moradias iriam ficar embaixo d'água. E eles nos chamavam de caranguejo, diziam que nós não queríamos o desenvolvimento. A gente viu, em maio do ano passado, em junho, o Arado embaixo d'água. A gente falava que retirar as árvores do Parque Harmonia geraria uma ilha de calor, e a gente viu a temperatura superar os 60º C. A gente insiste em dizer que precisa proteger a floresta do Sabará. E a gente viu, fruto das agressões ambientais, um bugio morrer neste final de semana que passou. E há quem não se preocupe com isso, mas a gente, que se preocupa, Ver.^a Cláudia, tenta lutar até o fim.

E eu preciso, para concluir esse encaminhamento, tornar público para a cidade, para a Câmara e para a galeria que está aqui hoje que busquei debater as emendas que apresentamos com o secretário de Meio Ambiente. Agendamos uma audiência. Eu fui à audiência, e o secretário não compareceu. Não compareceu porque não quer dialogar, não quer debater com quem tem preocupação com a proteção ambiental. É o mesmo motivo que faz, como mencionava no início, o fato de, há dois, três meses o conselho não se reunir. E

percebam: o governo quer ter paridade. Na verdade, o governo não quer ter paridade; o governo quer controlar o Conselho de Meio Ambiente. Mas o governo já tem a sua secretaria, já é o Executivo municipal. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Não faz sentido ter um conselho se ele não for o espaço de prerrogativa da participação popular. Não adianta ter um conselho se for para ser correia de transmissão do Executivo municipal. Então, sejam sinceros: na próxima, apresentem um projeto de lei que extingue o conselho. Na verdade, isso vocês não podem fazer. E, como vocês não podem fazer isso, tentam mascarar a realidade, criar uma farsa. Mas eu não estou aqui para participar de farsa, por isso que as coisas precisam ser ditas. Nenhuma emenda seria capaz de tornar esse projeto bom. Mesmo assim, nós apresentamos oito. Oito para tentar deixá-lo no mínimo da razoabilidade. Mas nem a razoabilidade vocês querem, porque, na prática, vocês não querem proteger o meio ambiente. Essa é a verdade, a realidade nua e crua.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; pessoas que defendem o verde, não defendem uma selva de pedras, não defendem uma cidade só de concreto e asfalto; nós estamos pedindo simplesmente espaço para debate. Mas o governo que tem medo coloca de forma sorrateira este projeto para votação no dia de hoje. Nós não nos enganamos, porque nós estávamos contra Sebastião Melo, no ano passado, porque sabíamos que era só proselitismo, só promessa, mentira, típico da extrema direita. Aí está o resultado: querem mais uma vez destruir mais um conselho da cidade. Já o fizeram na educação, fizeram na saúde e agora eles querem repetir o mesmo modelo: menos debate e mais libertinagem. É isso que fazem nos empreendimentos da cidade. Esta cidade virou uma vergonha, tem 112 mil imóveis vazios e querem liberar mais. Estamos criando uma bolha

imobiliária para os rentistas, enquanto nós temos 70 mil pessoas morando de forma precária, sem uma habitação decente, morando na beira de um arroio, numa encosta de um morro. Inclusive, os arroios, que deveríamos votar agora, uma política de despoluição, porque arroio não é valão. Mas o governo não entende assim, ele acha que arroio é esgoto. E os nossos 18 arroios poluídos pela ignorância, pela farsa, pela mentira, pela ilusão que é um governo que se diz preparar a cidade para o melhor. Olhem como prepararam a nossa cidade: tiraram direito à propriedade de milhares de famílias que perderam seus móveis e suas casas. Era isso que deveria estar sendo discutido hoje aqui, uma política de reorganização da ocupação urbana para sair das zonas alagadiças, mas não tem. Por isso que hoje, lá no Humaitá, as pessoas abandonaram suas casas. Hoje, no Delta do Jacuí, que era uma zona para jamais ter sido habitada, porque é uma zona alagadiça, era para preservar o bioma. Se a política pública quisesse de fato proteger o meio ambiente, faria uma discussão com as entidades e quer tirar a cadeira das entidades do conselho. Por isso que não quer debater com o conselho, por isso que botou policiais na porta da Câmara para não deixar entrar os ambientalistas, porque a verdade sobre o clima, a verdade sobre o meio ambiente vai contra esse absurdo que é lucro acima de tudo. Não podemos aceitar, por isso estamos com quem defende o direito à vida e uma cidade mais verde. Vejam o que está acontecendo em países desenvolvidos, estão fazendo políticas de despoluição dos seus rios, dos seus arroios, de reflorestamento, estão retomando miniflorestas dentro das zonas urbanas, garantindo um convívio social, inclusive com a fauna que chegou antes da gente. Nesta cidade, a gente só destrói, como agora liberaram lá em Ipanema um empreendimento... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...que vai cortar mais de 800 árvores, esse é o escândalo do dia na cidade, mais de 50% da área vegetal, a Zona Sul, que antes estava a salvo das garras demoníacas do capital voraz tem as portas abertas para a devassidão que é o lucro acima da vida, do bom convívio e da reorganização das nossas ocupações urbanas. Se a gente viu que não deu certo morar às margens, nós precisamos rever o conceito, se reconectar com o Guaíba de outra forma e não dessa forma nociva, que

trabalham toda hora liberando empreendimentos que extrapolam as alturas. Lá estão extrapolando em mais do dobro a altura que é permitida no Plano Diretor, na canetada da secretaria do Meio Ambiente e é por isso que quem está na secretaria do Meio Ambiente quer calar o conselho, e nós não vamos deixar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Jonas. Não tendo mais ninguém para encaminhar o requerimento, em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé, o requerimento de autoria da Ver.^a Natasha da retirada dos dois projetos do Executivo, do meio ambiente e também da licença-prêmio. Solicito a abertura do painel para colher os votos dos vereadores. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

Em discussão o PLCE nº 018/24. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas que estão presentes neste dia de hoje, mais um retrocesso em âmbito da administração pública. A gente compreende a importância dos conselhos e, principalmente, da participação popular; e o projeto, da forma com que foi apresentado pelo Executivo, corrobora com algo que a gente já viu ser aprovado nesta mesma Câmara, no conselho de Mobilidade, no conselho do Previmpa, no conselho do DMAE, no conselho de Saúde e de Educação, que é justamente ceifar cada vez mais a possibilidade de os trabalhadores, de as trabalhadoras, que trabalham, que sustentam esta cidade, que pagam os seus impostos, estarem à frente da fiscalização dos contratos, das licitações e das decisões que impactam diretamente a vida da cidade. O Ver. Culau, anteriormente, trouxe aqui uma série de crimes ambientais, com a conivência da Câmara de Vereadores, que vem acontecendo desde que essa agência ultraliberal tomou conta da secretaria do Meio Ambiente, e pouco vem se fazendo em âmbito de fiscalização de tudo isso que está acontecendo.

No sábado, agora, eu estive presente na mobilização, junto com os ambientalistas e com os moradores de Viamão e de Porto Alegre, debatendo os impactos da concessão do Parque Saint'Hilaire, que foi uma doação por parte da Prefeitura de Porto Alegre, e hoje uma série de crimes ambientais vem ocorrendo naquela área, que foi uma área cedida, do nosso Município, sem responsabilidade alguma, sem responsabilidade alguma do Ministério Público, sem responsabilidade alguma do Ministério Público de Contas, porque tem dinheiro estadual sendo investido naquela área. E a gente não conseguiu até agora ter acesso ao projeto da obra da via que quer atravessar o Parque Saint'Hilaire. A gente fica nessa cortina de fumaça, sem conseguir ter acesso às informações públicas, que são fundamentais para a gente conseguir fazer a fiscalização. Porto Alegre tem lei municipal que regulamenta as podas e as supressões das árvores. A população tem que ser avisada com antecedência, tem que ter laudo técnico, tem que ter a presença de um técnico da Prefeitura junto. E eu pergunto para vocês: em que poda desta cidade isso acontece? Isso já foi assunto da nossa comissão, Ver. Jessé – eu acredito que, na época, tu eras vereador também –, porque há uma completa negligência por parte do poder público. E aí, os ambientalistas, as comunidades denunciam: arboricídio. E a Câmara de Vereadores tem que ser silenciada, porque não tem algo hoje que nos permita fazer uma fiscalização de tantos contratos que estão alocados dentro da Prefeitura de Porto Alegre. O conselho é um órgão fundamental para, minimamente, a gente conseguir alertar em relação às concessões, à agenda do governo Melo, com a concessão de todos os principais parques e praças da nossa cidade. Quis fazer a concessão da Redenção, quis fazer a concessão do Parque Marinha do Brasil, fez a concessão do Parque Harmonia, bacia de contenção necessária, e a gente viu como ficou embaixo d'água aquela área nas enchentes, inclusive nas vésperas da Semana Farroupilha. O movimento ambientalista vem de todas as formas tentando nos assessorar enquanto vereadores para que a gente faça um trabalho decente, e o que eu percebo dos meus colegas é negligência.

Esta Câmara votou a construção lá na Ponta do Arado, e foi a justiça ouvindo os pareceres e os laudos técnicos dos engenheiros, dos ambientalistas, dos técnicos que evitou esse retrocesso de política urbana da nossa cidade. Então a Câmara dos Vereadores, assim como a nossa cidade, está andando a passos largos no sentido da barbárie e a gente precisa alertar o que está acontecendo porque, de novo, quem vai seguir sofrendo os impactos da crise climática são as pessoas mais pobres, é quem não tem condição de ter um ar condicionado, é quem não tem condição de abrir mão do seu trabalho porque tem que executar obras e serviços nas vias, nas ruas.

Tem projeto de lei tramitando nesta Câmara, é importante colocar, que desobriga esses funcionários a exercerem suas funções em dias de calor extremo. Quem é precarizado por conta de tudo isso são as escolas que estão tendo que funcionar mesmo sem ar condicionado, mesmo sem ventilador, mesmo com as janelas quebradas. Então é dentro dessas condições que a gente precisa se localizar. Modificar o Conselho de Meio Ambiente sem uma consulta... Uma consulta séria, não as audiências públicas hoje que vêm servindo de uma forma muito protocolar para cumprir protocolo, para cumprir requisito para votar projeto. A democracia, da forma como que está posta, com esses representantes que não estão conectados com as vozes de mudança da população, para nós não nos serve.

Então, novamente, saudar a mobilização que vem sendo construída, temos que unificar essas mobilizações em relação ao Itu Sabará, em relação ao Parque de Saint'Hilaire, em relação àqueles e àquelas que foram linha de frente do Preserva e Redenção contra a concessão daquele parque, e ir para as ruas disputar a opinião pública, lá é o espaço mais democrático que a gente tem para fazer política.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Karen. Questão de ordem, Ver. Pedro?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Peço licença a V. Exa., ouvido o plenário, é claro, para que nós possamos tirar o paletó em função do clima.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. Obrigado. Tendo em vista a solicitação de retirada do paletó por parte dos homens, se não tiver nenhum vereador contrário, está autorizado.

Vou retomar aqui, nós estamos discutindo o PLCE nº 018/24, certo? Estamos discutindo o projeto, já que as emendas estão destacadas e cada emenda é encaminhada.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Mais uma vez, o prefeito manda para a Câmara Municipal um ataque. Não tem diálogo neste segundo governo do Sebastião Melo. Nós passamos no ano passado, em maio, pela pior catástrofe ambiental da cidade de Porto Alegre, uma enchente que tem marcas pela cidade toda. Sebastião Melo fez do Parque Harmonia um dos lugares mais quentes da capital - há desmatamento a rodo em Porto Alegre. Não tem bueiros inteligentes que eles dizem que é gasto. Eles dizem, eu apresentei um projeto que dizem que isso gera gasto, é ônus ao Município. Mas não é ônus fazer com que construtoras façam prédios bizarros em lugares que violam o Plano Diretor. Isso não é. Aliás, aqui em Porto Alegre o que tem se visto é um horror em termos de gestão pública. Porque vejam bem, toda direita aqui está a favor do estado mínimo, todos eles; todo mundo é estado mínimo. Mas agora, no Conselho, eles querem aumentar a incidência da Prefeitura Municipal; eles querem tirar entidades que têm luta histórica, identificação, estudo técnico, pessoas que vivem a crise ambiental, e que inclusive, constroem relatórios extremamente importantes para que Porto Alegre não seja vítima de catástrofe. Mas o que fazem os defensores do estado mínimo? Eles ampliam a participação do Estado, porque é CC que eles querem botar lá dentro. Eles não querem botar técnicos. Aliás, o prefeito nunca escutou os técnicos da UFRGS. Nunca escutou!

Contratou uma empresa, pagou dinheiro, e nós aqui na Câmara, vamos investigar de onde veio essa empresa, por que contrataram essa empresa, quando os técnicos da UFRGS dizem de graça a mesma coisa. E quero dizer que o Conselho do Meio Ambiente, pós as enchentes, a emergência climática do verão, que é só na Porto Alegre, isso aqui não tem nada de projeto. Isso aqui é um ataque frontal a quem defende; é um ataque a quem defende a vida, o meio ambiente. Quando nós falamos aqui de uma cidade que chove pouco e alaga rápido, faz sim todo o nexos com o abandono ou o negacionismo climático que este governo tem, e que o Bolsonaro tinha a mesma coisa, porque eles são farinha do mesmo saco. Eles não têm nenhuma questão moral com a vida das pessoas pobres. O que importa para eles é CNPJ e gente rica - é isso que importa para esse governo. Por isso que eles não estão nem aí. Eles querem passar o carro aqui dentro. Porque, para eles, técnicos que dizem que este governo não pode desmatar, relatórios que dizem que é um erro, relatórios que dizem que é um erro desmatar espaços essenciais em Porto Alegre. Para eles, isso é uma afronta, porque o que eles querem é vender, é entregar a cidade de Porto Alegre; eles querem que as construtoras façam aquelas obras faraônicas em Porto Alegre sem sustentabilidade, violando todo o meio ambiente e fazendo com que as entidades que defendem, que respeitam a vida... Porque para defender a vida, precisa defender antes de tudo a natureza, sem natureza não tem vida humana. O que eles fazem aqui é o oposto, eles defendem primeiro a destruição da natureza para dizer que estão defendendo a vida, isso não existe! Que futuro, que futuro, V. Exas., vocês estão decidindo para Porto Alegre se aprovarem? O conselho não é chamado desde o ano passado para conversar, qual é o recado que esta gestão está dando? Não é o prefeito Melo que disse aqui que ele é uma nova gestão democrática, que conversa com todos os setores? Quais setores? Quem está sentando na mesa para conversar com o prefeito até agora? São os ricos, são os empreiteiros, são os amigos das campanhas políticas. Estes estão sentando. Por isso, nós, do PT... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...do Partido dos Trabalhadores, nós votamos contra este projeto. Como líder da bancada do PT,

já adiantado: o PT é contrário a esse projeto, porque esse projeto viola a cidade, ele viola o setor que hoje deveria ser chamado e ter, digamos, um escritório de emergências em Porto Alegre, e o Conselho do Meio Ambiente deveria ser central nessa discussão, e não estar sendo atacado e desmontado como está sendo. Por isso, Presidente Nádia, senhoras e senhores, peço a vocês compreensão, deem chance de o conselho apresentar os pareceres técnicos sobre emergência em Porto Alegre, sobre aquilo que deve ser feito, porque, vejam bem: querem desmontar o DMAE, querem desmontar a assistência social, querem desmontar o meio ambiente; o que vai sobrar em Porto Alegre, afinal? O que vai sobrar aqui em Porto Alegre? Que cidade eles querem, afinal? Deixem a cidade viver, deixem a cidade respirar, deixem a cidade ser verde. Respeitem o Conselho do Meio Ambiente, e o voto do PT é contra!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Natasha.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Comandante Nádia, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença, ambientalistas, municipais, TV Câmara; esse projeto segue uma linha que nós já vimos onde vai dar. Em alguns momentos, nós conseguimos segurar essa verdadeira ojeriza que Sua Excelência, o prefeito da cidade, tem em relação ao meio ambiente. Aquilo que foi feito aqui no Parque Harmonia, do ponto de vista ambiental, é um absurdo – um absurdo! – inaceitável, vergonhoso, inclusive. Muitos de nós aqui estivemos juntos na luta pela preservação do Parque da Redenção e fomos vitoriosos, e fomos vitoriosos, o Coletivo Preserva Redenção, tantas e tantas organizações importantes. Isto aqui, este projeto, é a sequência da tentativa de mais poder para a destruição. Isto aqui é como se fosse uma guerra contra o meio ambiente, onde o prefeito busca mais armas, mais armas de destruição, porque este projeto é uma arma de destruição. Ele simplesmente dá mais poder ao prefeito ainda em relação ao que ele já tem, e as intenções

dele nós sabemos que dizem respeito a construções, aos grandes conglomerados, às grandes imobiliárias, às grandes empreiteiras, mas não há nada em relação ao meio ambiente. Não há preocupação do governo quanto ao meio ambiente, não há; não há nenhum projeto, nenhum, vejam bem, nenhum, desde que Sua Excelência, o atual prefeito, está no cargo, veio para cá para proteger o meio ambiente. Nem um, Paulo Brack, Eliane Carmanin, nenhum, Raul, Mário, Marília, o pessoal que eu vejo daqui, o João Ezequiel, sei que está por aí também, da Rede, nenhum projeto para a defesa do meio ambiente veio para esta Casa por parte do governo. Então, isso é constrangedor, é constrangedor, e o pior é que passa, mas nós vamos mostrar, mostrar que lutaremos até o final, porque é a nossa obrigação com a cidade, conosco, com as gerações futuras, com as pessoas que sequer nasceram neste momento. Então, esta luta é de todos nós, nós queremos fazê-la juntamente com vocês e com outros setores que não estão aqui. No momento em que a cidade puder se conscientizar, assim como quer se conscientizar o mundo do aquecimento global, no momento em que as pessoas puderem ter comida, ter água, ter onde morar e puderem pensar até no meio ambiente, esse tipo de projeto não teria um voto na Casa, não teria um voto aqui, não teria, porque seria uma movimentação geral na cidade, que depende muito das vanguardas ainda. E isso é um papel importantíssimo que muitas e muitos que estão aqui desempenham, ser vanguarda na defesa ambiental da cidade. Para nós, aqui na Câmara, meu caro Antônio Augusto, mais uma vez daqui, e aqui concludo, Presidente, para nós, da Câmara, é uma missão sagrada. Defender o meio ambiente é fazer jus ao mandato que exercemos e cumprir nosso compromisso com as futuras gerações. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Minha saudação, novamente, aos ambientalistas presentes aqui em defesa do Conselho Municipal do Meio Ambiente – Comam. Este projeto que o governo Melo apresenta aqui, na verdade, nada mais é do que parte do seu repertório de ataques à proteção ambiental e de ataques ao controle social e aos conselhos da nossa cidade. Não há nada de novo, nós conhecemos muito bem esse repertório, que já vem se alastrando desde o início do seu primeiro governo. E ele faz isso porque precisa, precisa destruir o controle social e atacar o Comam para poder passar sua boiada de entrega de Porto Alegre para aqueles que se acham donos da cidade, as incorporadoras que constroem os prédios, que destroem o meio ambiente, que atacam o Plano Diretor, que desrespeitam o nosso Plano Diretor, aos empreendimentos que promovem o desmatamento das nossas florestas. E, mais uma vez, esse projeto atesta o caráter de negacionista climático deste governo Melo. Negacionismo climático esse que tem cobrado a conta da cidade inteira, mas sobretudo dos mais pobres, que são os primeiros afetados quando não há justiça climática na nossa cidade. Eles, eles dizem que nós somos o atraso, mas na verdade são eles que nos colocam e nos submetem todos os dias a agudizar o estado de emergência climática que Porto Alegre já vive. E é nesse contexto que eles apresentam este projeto. Em um contexto em que Porto Alegre tem sido campeã de arboricídio já desde o início do governo Melo passado, mas ele vai desenfreado e vai desmatando e vai desmatando, terceiriza a poda e torna cada vez mais grave o fato de nós não termos mais quase nenhum engenheiro ambiental na secretaria de meio ambiente. Secretaria essa que no final, no governo Melo, vai se tornando um escritório de licenciamento ambiental, desrespeitando e destruindo o meio ambiente, não ouvindo os ambientalistas, desrespeitando o Comam. Essa é a realidade. É num contexto em que o governo Melo responsabiliza a população pelo plantio de árvores, destrói o Harmonia, desmata a rodo, ataca e desmata a floresta do Itu-Sabará com os seus amigos donos da cidade, submetendo também a fauna a um ataque, ao não cuidado e a não preservação.

Como bem disse aqui a Ver.^a Karen, coloca em risco o parque Saint'Hilaire. É nesse contexto que ele apresenta este projeto. Quando, na verdade, o governo Melo e esta Casa deveriam estar discutindo o reflorestamento, deveriam estar discutindo a preservação dos cercos verdes e a criação de corredores verdes, deveriam estar discutindo o plano de contingência para a emergência climática, deveriam estar discutindo os modos de operação para ondas de calor e eventos de chuvas extremas, deveriam estar discutindo as rotas de evacuação da nossa cidade, tão fragilizada e que ficaram expostas no contexto da maior enchente da nossa história, uma grande tragédia que ainda tem as suas marcas, deveriam estar discutindo com seriedade o plano de redução de risco... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...para garantir a qualidade de vida das 80 mil pessoas que vivem em área de risco em Porto Alegre, garantindo resiliência climática e justiça climática na nossa cidade. Pois eles deveriam estar fazendo isso, mas não fazem, porque, na verdade, meus amigos e minhas amigas, eles sim atuam como caranguejos em Porto Alegre, não somos nós, são eles os caranguejos, porque o mundo inteiro sabe que nós vivemos uma crise climática e que quem pensa o desenvolvimento de verdade está discutindo a redução dos efeitos e das causas das mudanças climáticas, as políticas de mitigação, as políticas de adaptação às mudanças climáticas, mas eles não, eles só querem vender, lucrar, fazer negócios e submeter o povo e o meio ambiente à destruição profunda para lucrar acima de tudo. O Comam – Conselho Municipal do Meio Ambiente – é do povo, e nós votamos contra esse projeto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana de Souza.

O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde, estamos aqui mais uma vez, novamente falando sobre a necessidade da luta pelo meio

ambiente. Mais uma vez, Porto Alegre sendo atacada, uma pauta tão importante e uma pauta que não é só da nossa cidade, é uma pauta que tem a ver com uma política nacional e internacional de negacionismo. Os mesmos que eram contra as vacinas, os mesmos que eram contra a ciência, hoje negam a crise climática. E a gente sabe, isso é uma pauta da nossa geração, não é algo para o futuro; é algo que nós estamos vendo acontecer agora, é algo que nós precisamos conter agora, é algo que nós precisamos agir neste exato momento. Não podemos esperar mais. Nós estamos vendo a todo momento na nossa cidade as consequências disso. A gente tem hoje desde as fontes de calor em toda cidade, como bem dito aqui, Porto Alegre está ficando cada vez mais quente. A poda indiscriminada de árvores, a poda predatória dessas árvores faz com que a gente tenha ilhas de calor ainda maiores dentro da nossa cidade. A gente chega a 40, 41, aumenta ainda mais a temperatura aqui na nossa cidade. Os parques, gente, os parques que são para ser locais verdes, de preservação de natureza, que são para ser locais que vão aproveitar a entrada da água para evitar que nós tenhamos enchentes, que são locais que vão preservar a fauna, estão sendo retirados para colocar asfalto, estacionamento, bares. A gente precisa, sim, ter uma preservação e um olhar diferente para a nossa cidade, e é possível fazer isso. É possível a gente pensar numa outra Porto Alegre.

Eu quero lembrar para vocês que a gente teve aqui, nos últimos anos, uma redução gigantesca no investimento, por exemplo, do DMAE. A preservação da água, a preservação dos leitos dos rios, a preservação e o saneamento básico estão sendo atacados. A gente tinha em torno de R\$ 250 milhões de investimento, há 10 anos, do DMAE, esse valor, hoje, caiu para em torno de R\$ 130 milhões, R\$150 milhões. Ou seja, a gente teve uma redução gigantesca do investimento. Isso acaba afetando, sim, a qualidade da água; isso acaba afetando, sim, a questão do saneamento básico e do esgoto da nossa cidade, que está totalmente vinculado com a questão do clima. A gente sabe que esse tipo de problema vai ter repercussões, como, por exemplo, nas enchentes. Sem a gente ter uma preservação das árvores, sem a gente ter uma preservação dos parques, sem a gente ter uma preservação dos nossos rios, é óbvio que a gente

vai ter um aumento das águas aqui na nossa cidade. Isso é algo acontece em Porto Alegre, mas isso é algo que está acontecendo no Brasil como um todo.

Eu estive na Amazônia, há dois anos, participando junto da missão yanomami, onde nós estávamos fazendo atendimento, sobretudo de crianças indígenas com desnutrição infantil. Lá, eu pude ver, enquanto a gente sobrevoava a mata, as áreas de desmatamento, sobretudo por causa do gado e também por causa do garimpo. Essa destruição da mata amazônica foi, em grande parte, responsável pelo que a gente está vendo hoje aqui em Porto Alegre com relação às enchentes. As massas de ar que carregam a umidade não conseguem subir por causa das cheias de calor que tem no centro do País. Isso faz com que toda a chuva fique carregada aqui, aumentando a quantidade de chuva e aumentando as enchentes que nós temos. É necessário a gente poder entender que todas as coisas estão interligadas, que não basta a gente olhar para o meio ambiente como algo separado, mas, sim, algo necessário de a gente fazer essa vinculação. A gente sabe também que, quando a população é afetada pelas crises climáticas, ela não é afetada de forma igual. A gente sabe que boa parte das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade – aquelas que moram em locais onde pode ter alagamento, em locais que não têm um acesso tão bom à saúde e a esgoto – acaba sendo a mais prejudicada. A gente precisa combater isso.

E agora, gente, queria, por fim, que o meu tempo já está terminando, lembrar que o controle social é uma forma de democracia. É uma forma de democracia direta. A gente quer mais do que apenas votar em representantes. A gente quer participar da política. A gente quer estar junto para defender as nossas pautas, defender o que a gente acredita – isso é democracia de verdade. E é para isso que servem os conselhos. Muitos aqui já falaram, eu posso repetir também. Eu também já fui conselheiro aqui na nossa cidade, conselheiro municipal de saúde, e sei como vêm sendo atacado todos os conselhos. Por isso, a gente precisa fazer o combate, toda força, e força à luta do Comam.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Alexandre.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadoras, vereadores; olha, nós estamos discutindo um tema muito caro num Estado que sofreu, numa cidade que sofreu as consequências das mudanças climáticas com as inundações que produziram um prejuízo humano e material tremendo. Infelizmente, parece que a Câmara de Vereadores fica alienada em relação a debates fundamentais e a discussões que merecem, se nós formos fazer essas discussões seriamente, que sejam escutados os técnicos, a produção científica, a universidade. Nós temos aqui representações, nós estamos num número simbólico, são poucas pessoas, mas são pessoas que representam uma elaboração profunda sobre os problemas da cidade de Porto Alegre, sobre os impactos ambientais que as políticas públicas produzem na cidade de Porto Alegre, e essas pessoas simplesmente são desconsideradas. O governo Melo só escuta os empreendedores, a especulação imobiliária, as grandes corporações, e a cidade acaba ficando na mão de grandes empreendimentos. Essa empresa – uma empresa tradicional da cidade cujo símbolo é um esquilo – tem sido responsável direta, inclusive, pela morte de animais, de bugios, liquidando uma floresta, uma floresta fundamental – uma parte já foi liquidada – para fazer um empreendimento sem nenhum estudo sério do impacto ambiental, quando se sabe que o impacto ambiental é enorme, e simplesmente há uma desconsideração completa envolvendo a mata do Sabará, uma desconsideração completa. Quando eu vejo o governo tratar de mudar o conselho, tratar de controlar o conselho, é evidente que o governo não está interessado em debater. Eu acho que isso é o absurdo, é não ter interesse em debater, é a Câmara de Vereadores ser alienada e não discutir os problemas. Não é só o problema de Porto Alegre a questão ambiental, a questão climática, não é só de Porto Alegre, é um problema nacional. Mas Porto Alegre está vivendo uma alienação, um

negacionismo, o governo é um governo que só está preocupado em construir prédios, em asfaltar a cidade, não está preocupado com a arborização, não está preocupado com os impactos ambientais, quando toda a ciência indica o que nós estamos vivendo, e Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é um dos focos dos efeitos da crise climática. Eu sei que é um problema nacional. Nacionalmente, tem a discussão sobre a produção de petróleo na Foz do Amazonas, mas, pelo menos, eu sou contrário à decisão que o governo federal está indicando que vai tomar em relação a isso; contrário, inclusive, à posição do Ibama, mas, pelo menos, a sociedade debate um pouco, há um debate público sobre isso. Em Porto Alegre, é uma alienação, não há debate, simplesmente a Câmara dos Vereadores avaliza tudo o que o governo Melo faz, e isso é um problema.

Eu chamo a atenção dos vereadores que isso é um problema, pois foi essa lógica que levou a maioria da Câmara dos Vereadores a avalizar a corrupção na secretaria de Educação. O Melo dizia que estava tudo bem, que não tinha corrupção, que não tinha nenhum problema, que a secretária era uma maravilha. A maioria dos vereadores dizia: “É isso mesmo, o prefeito Melo tem razão, ele conhece a cidade”. O resultado: a secretária, que era uma maravilha, foi presa, ninguém mais sabe onde é que ela está. Nós tivemos um rombo de mais de R\$ 100 milhões na educação e ficou por isso mesmo. Então, eu chamo a atenção da Câmara para a Câmara poder refletir e parar de atuar como simplesmente uma correia de transmissão dos interesses de um governo, que parece que realmente não dá nenhuma importância para as discussões científicas, para o impacto ambiental e que quer fazer com que o Conselho seja um Conselho simplesmente controlado pelas grandes empresas que têm como objetivo adquirir grandes lucros com empreendimentos imobiliários.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.

PRESIDENTE ROBERTO ROBAINA (PSOL): Isso é um problema grave e eu quero simplesmente conclamar a sociedade a refletir sobre isso,

porque nós estamos vivendo verdadeiros crimes ambientais... (Som cortado por limitação de tempo.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quinze segundos, obrigada, vereador.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Comandante Nádia, saúdo V. Exa., todos os vereadores, assistências, galerias, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara. Eu não ia subir aqui porque a gente vai ganhar esse projeto, isso já está claro, nós temos a maioria dos votos, mas em respeito a quem me elegeu, a quem paga seu imposto, a quem sustenta esta Casa Legislativa, eu não posso me furtar de subir aqui e apontar algumas idiossincrasias da política. Subiu antes o vereador do PT, falou dos yanomamis, falou das florestas, do gado, enfim, mas ele deixou cair um negocinho aqui: “Brasil registra 278 mil focos de incêndio por ano, pior número desde 2010.” Tem mais, ele deixou cair mais umas coisinhas aqui, deixa eu buscar bem certinho para não me perder. “Sob Lula, terra Yanomami teve 363 mortes em 2023, mais do que o último ano de governo Bolsonaro.”, “Governo Lula oculta dados sobre Yanomamis e fere a Lei de Acesso à Informação.” Para subir aqui são tigrões, vociferam, discursos inflamados, mas quando o “papai Lula” quer extrair petróleo na Foz do Amazonas, o que é que acontece? Aliás, eu sou a favor, eu acho que tem que furar mesmo, se é nosso, vamos lá e vamos furar e vamos pegar petróleo. Mas, se fosse o “bozolóide biruliro” – o genocida –, Nossa Senhora, acho que até o papa tinha escrito uma encíclica dizendo da importância de preservar o boto do rabo verde e amarelo que nasce na encosta do Brasil. Mas como é o Lula, até a Marina silencia. Aliás, onde está a Marina Silva? A grande, pequena grande mulher que ninguém ouve falar. Então é preciso que essa hipocrisia esquerdista seja desmascarada desta tribuna. São tigrões para manter os pelegos, para manter os conselhões, criados à verossimilhança de países

socialistas e comunistas. Aliás, esse papo de lucro, só visam lucro, isso passou, gente. Isso passou. O Melo ganhou com 62%, porque vocês botaram a Mariazinha, que não juntava lé com cré na campanha, que nem sujar o All Star... Está lá o Jonas fazendo vídeo. Eu adoro. O Jonas me dá muita alegria. Sinal de que ele está sentindo o golpe. Obrigado, Jonas. Manda um abraço aí para os malucos, quer dizer, para quem segue você na rede social aí. Mas eu dizia que Porto Alegre quer avançar, Porto Alegre não quer mais gente chata embargando tudo, achando que sabe mais do que o pai da matéria, Porto Alegre quer conselhos efetivo. Por isso, o governo está de parabéns. E saúdo a secretária adjunta, a Júlia Zardo, que está aqui conosco, nossa primeira suplente, vereadora suplente, que vai assumir no tempo oportuno, que está aqui trabalhando. Parabéns, Júlia, seja bem-vinda a este que é seu plenário também. Então, quero parabenizar, na pessoa da Júlia, todo o governo... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...Altera a composição, reduz de 27 para 24 membros, aumenta mandato, aumenta a representante do Executivo, ao invés de Ibama, põe cinco representantes de entidades ambientais e ecológicas com atuação em Porto Alegre – chega do pessoal ficar evacuando regra lá de longe para quem mora em Porto Alegre –, altera redações e assim por diante. Então, eu não podia me furtar de vir aqui desmascarar esse esquerdismo, que é o atraso de Porto Alegre, e parabenizar o governo na pessoa da Júlia Zardo, adjunta do meio ambiente. Porto Alegre no caminho certo. Obrigado, Presidente. (Vaias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Tiago.

A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom, a minha pergunta é a quem serve de fato o governo Melo? A quem ele tem servido, Ver. Giovani? Quando nós estamos falando de meio ambiente, quando nós estamos falando de emergência climática, quando nós estamos falando de pessoas perdendo

suas casas, a água invadindo seus lares, a quem o governo Melo está servindo? Bom, Melo vem ao longo desses anos, tanto o governo Melo 1, quanto o governo Melo 2, negando a importância do meio ambiente. Ele vem negando suas responsabilidades com o que vem acontecendo com as chuvas. Não é à toa o que presenciamos em pleno domingo, em diferentes bairros da nossa cidade: para além da chuva, ainda ficamos sem luz por horas. E Melo vem ignorando a importância dos catadores e catadoras, por exemplo, com a ideia do PPP. (Palmas.)

Mas eu quero falar rapidamente sobre um problema que vem sendo recorrente aqui em Porto Alegre, que é o desmonte dos conselhos municipais. Porque é isso que Melo vem fazendo ao longo dos últimos anos, desmontando os conselhos municipais, e o desmonte dos conselhos municipais está relacionado diretamente ao seu funcionamento. E aqui escuto na tribuna colegas vereadores dizendo que é um benefício a ampliação da participação do governo, o mesmo que esvazia, que não participa! A reclamação da presidente do Conselho de Educação é exatamente essa: o governo tem cadeira no conselho e não participa. A reclamação do representante do Conselho de Saúde é exatamente essa: o governo tem cadeira no conselho e não participa. E assim é com a assistência e assim por diante.

Eu quero aqui ler uma reportagem que saiu recentemente sobre o Conselho de Saúde, um relato dos conselheiros sobre a participação da Prefeitura, do Executivo, em relação a esses conselhos: “Tenho sido desrespeitado e atacado nas duas últimas gestões municipais. Os pareceres, as resoluções e notas publicadas, fruto das construções coletivas e *expertise*, nunca ou quase nunca são utilizados, cumpridos ou sequer aproveitados pela gestão. O gestor despreza o trabalho do colegiado, utilizando-se da narrativa protetiva do diálogo, mas não faz diálogo quando precisa. Infelizmente, o prefeito acabou nunca atendendo aos pedidos de agenda do conselho, assim quanto o próprio secretário. Ao não respeitar o Conselho de Saúde, o governo descumpra as leis, obstruindo as atribuições legais e cerceia a participação social e a representação da sociedade garantida através do plenário.”

Então, gente, o que eu quero dizer é que o governo Melo tem um único projeto, que é imobilizar a participação social nos conselhos, que são diretamente voltados para a população ter a sua contribuição. Então, eu quero deixar registrado, aos colegas vereadores e vereadoras, que ao votarmos nós não abandonarmos isso de mão. Porque os conselhos, hoje na cidade de Porto Alegre, estão sendo desmontados a cada minuto, e quero dizer que a ampliação para 12 vagas do governo é benefício. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Porque a frase que eu escutei “isso torna o conselho eficiente” não é real. O conselho eficiente é quando a participação popular é vista e considerada. O governo se retira da sua responsabilidade, e nós vamos seguir aqui cobrando; passando ou não esse projeto, nós vamos estar juntos ao lado da sociedade civil. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Grazi.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, colegas vereadores e vereadoras, público que está nos acompanhando, nossa Presidente da Câmara Municipal e, de modo especial, nossos grandes ambientalistas, entidades aqui presentes, que sempre são pontuais naquilo que nós discutimos na nossa querida Porto Alegre. Eu estava ali ouvindo as inúmeras manifestações e percebendo: qual é a Porto Alegre que nós queremos? Agora, na última eleição, nós percebemos, Ver. Tiago, que 34,83% dos cidadãos já não se motivaram mais a votar, e V. Exa. diz o seguinte: “O atual prefeito ganhou a eleição e faz o que quer.” Não é bem assim. O prefeito municipal de Porto Alegre, pelos votos válidos, naquele dia da votação, dos que foram votar, ganhou a eleição. Mas, no conjunto dos eleitores, ficou longe de ter uma votação da maioria, portanto não tem a legitimidade de acabar com a consulta popular, de acabar com a consulta do controle social, que é, queira ou não, a participação

dos conselhos, seja na educação, na saúde, na assistência aos idosos e, por que não, do Comam.

O governo percebe que ali na frente vem a reforma do Plano Diretor, muitas mudanças para acontecer, como aconteceu recentemente a mudança de deliberativo para consultivo no Conselho do DMAE. Ele prepara algo que é mais que a privatização, é aquilo para entregar de fato para a iniciativa privada, não só o controle da cidade – agradeço ao nobre colega –, mas, de modo especial, a gestão do que é público, de uma certa forma, eu diria que transferindo ao privado, como se vários órgãos dessem prejuízo, como é o caso do DMAE. Lamentavelmente o DMAE teve agora, nos últimos anos, milhões e milhões de lucro, e nós não sabemos para onde vai esse lucro, porque o governo não faz discussão. Nós vamos começar a trazer essa pauta para a Câmara, para poder perceber que tudo isso não passa de um movimento para atender os que atenderam ele na eleição. Nós percebemos que essa venda casada e dá, com certeza, inúmeros requisitos para que fragilize não só os conselhos, mas também o serviço público, algo como aconteceu na CEEE, no Estado, e também em outros órgãos privatizados. Aqui, no caso do Comam, ele muda significativamente os membros de 27 para 24 para manter a maioria e para poder beneficiar, com certeza, os grandes empreendedores que, até então, queiram ou não, o secretário parece que dá o aval para rasgar a questão do Plano Diretor e ampliar os índices construtivos em bairros que são considerados, por exemplo, residenciais. Lamentavelmente, o atual governo não olha para o controle social e faz uma política entreguista, e é por isso que nós, claro, vamos lutar contra a mudança do Conselho, como também qualquer privatização, seja do DMAE ou seja de qualquer outra entidade, como aconteceu com a Carris em Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Aldacir Oliboni.

O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos. Hoje o meu dia não está tão confortável, venho sofrendo uma pressão aí que a gente tem que colocar para fora. Quero falar para os vereadores da oposição, da esquerda, que, na vida, sempre vai ser mais fácil criticar, a gente ir contra. O mais importante de tudo, eu digo sempre, é trazer dados, trazer informações, trazer coisas que a gente possa ver com clareza que isso veio para o melhor das nossas vidas. Fazer sempre vai ser o mais difícil. Eu falo assim, que nem se dirige ao meu nome, que eu sou base do governo, mas sou um cara verdadeiro, sou um cara puro. E tudo começa dentro da nossa casa, a gente andar unido, na dor ou no amor, e o governo apoia a gente fiscalizar, a gente trabalhar, ver as coisas de cima. Então, convido vocês a andarem junto comigo, colocarem o pé no barro, irem até as situações que hoje afetam a vida do porto-alegrense, e acharmos ideias, projetos que tragam solução de verdade. Então, esse é o meu papel. Eu não tenho medo de lutar, trabalhar, enfrentar. Então, esse é o meu recado aí, obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Erick Dêníl está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos e a todas, principalmente boa tarde a todos que estão acompanhando o debate aqui na Câmara de Vereadores. A gente tem acompanhado uma perseguição do prefeito Sebastião Melo e da sua base de apoio ao meio ambiente, ataque ao meio ambiente, ataque aos servidores públicos, não propõe nada para a cidade, a não ser a destruição. A gente aqui na Casa debate sobre vários temas, mas a gente, quando fala de meio ambiente e trata também de participação popular, de regras do conselho, composição dos conselhos da cidade, seja Conselho do Meio Ambiente, seja conselho da educação, seja conselho do DMAE, toda vez que o debate é sobre os conselhos existe uma intuição do governo Sebastião Melo de dominar os conselhos e, mais do que isso, aparelhar os conselhos para que não

tenham crítica. O Conselho do Meio Ambiente está sendo desmantelado, porque, no fundo, o projeto do prefeito Sebastião Melo é um projeto nefasto para a cidade, que não respeita o meio ambiente, joga para que tenha desmatamento, joga para que tenha na cidade, por exemplo, grandes construções da Melnick, do Grupo Zaffari, como está acontecendo lá na Floresta do Sabará. O que está acontecendo lá é um crime ambiental. A gente assistiu, há alguns dias, a morte dos animais, assassinatos, porque não têm um refúgio; os vizinhos filmando os graxains e diversas espécies, muitas delas em extinção. Não há nenhum tipo de pronunciamento do prefeito. É uma política que apoia o segmento e a sequência do desmatamento sistemático em Porto Alegre, da mesma forma que fizeram no Parque Harmonia, da mesma forma que estão fazendo em diversos pontos da cidade, tudo única e exclusivamente pelo interesse de dar lucro aos empresários da cidade. Nunca é pensando na participação popular, nunca é pensando em uma construção de uma cidade sustentável e justa, sempre é pensando no lucro de meia dúzia de empresários, seja da Melnick, seja do Grupo Zaffari e por aí vai. Por isso, fica aqui o nosso registro contra essa política de desmonte dos conselhos populares da cidade. Nós defendemos que a sociedade civil participe do debate e encare profundamente, com seriedade, esse debate.

Eu fico muito preocupado em ver projetos como esse sendo debatidos aqui na Casa; enquanto, nos dias de chuva, por exemplo, o pessoal que mora no Sarandi, a cada chuva de 15 a 20 minutos, fica debaixo d'água; a cada chuva que se tem lá na Vila Farrapos, de 15 a 20 minutos, o pessoal fica debaixo d'água e perde os seus móveis. Mais do que isso, é colocada em risco a saúde, porque a gente sabe que, quando alaga, proliferam várias doenças, como a leptospirose e a hepatite. Quanto a isso a Prefeitura de Porto Alegre não se pronuncia; não existe preocupação social com a cidade, existe uma preocupação do lucro dos empresários que bancam a continuidade de um governo neoliberal, um governo que é sistemático nos ataques aos direitos da população. Registro aqui, em solidariedade a quem mora no Sarandi, a quem mora na Vila Farrapos e a quem mora em cada rua desta cidade que, a cada chuva que vem, é um drama. Ao mesmo tempo em que nós sofremos com as enchentes, com os alagamentos e

com o sistema de drenagem que não funciona, o prefeito de Porto Alegre, a Câmara de Vereadores, que é sua base aliada, apoia o desmonte do Conselho Municipal do Meio Ambiente. Isso é uma vergonha, e com isso nós não podemos compactuar, nós precisamos denunciar esse governo que ataca os nossos direitos. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Para além disso, a gente sabe que a cidade tem um déficit de habitação significativo de 67 mil famílias que não têm onde morar e têm que ocupar um território. No dia 28 de fevereiro, lá no bairro Sarandi, está marcada uma ordem de despejo para os moradores. Nós somos contra o despejo, nós defendemos que os moradores ganhem casa para poder sair das suas residências. A gente não é contra a obra do dique, nós não somos contra a obra do DMAE para evitar que tenha enchentes e inundações no bairro Sarandi ou qualquer outro bairro, somos favoráveis às obras de drenagem para que funcione o sistema de drenagem na cidade. Porém, não podem tirar os moradores sem sequer dar a garantia de uma casa. E o que estão fazendo, de oferecer estadia solidária e aluguel social, não é seguro para quem mora lá; os moradores poderão sair se tiver, de fato, a troca da chave pela chave. Os moradores do Sarandi querem, de fato, que o governo se responsabilize e que tenham uma moradia digna... Para sair com uma mão atrás e outra na frente, ninguém vai sair no dia 28 lá do Sarandi.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.

O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu fui tomado por surpresa bastante grande quando soube, Paulo Brack, que eu havia sido processado pelo prefeito municipal porque chamei ele de “um representante, em Porto Alegre, do negacionismo”. Não sei se os meus colegas vereadores e vereadoras da oposição tinham conhecimento disso, mas o prefeito Melo, o mesmo que, na posse nesta Câmara Municipal, defendeu liberdade de expressão para defender a ditadura militar, me processou quando eu disse que

ele era um representante, em Porto Alegre, do negacionismo. E a vontade que eu fico é de ter a oportunidade de anexar na discussão judicial a prova de que ele é um representante do negacionismo. Porque nós estamos diante da prova de que Melo é um representante do negacionismo em Porto Alegre: quer fragilizar o Comam para fragilizar a proteção ambiental em Porto Alegre, é isso.

Um dia desses, Ver.^a Grazi, que me acompanha com atenção, eu vi nas redes sociais o prefeito Melo gravar um vídeo em frente a um bueiro, limpando o bueiro, apelando para a consciência da população. Quem olha aquele vídeo nas redes sociais talvez não consiga imaginar, Ver.^a Juliana, que ele é o prefeito que reduziu investimentos em educação ambiental, reduziu investimento nos cuidados às unidades de conservação da nossa cidade, reduziu investimento no monitoramento e diagnóstico ambiental. Que prefeito nós temos? O prefeito das redes sociais ou o prefeito dos atos consecutivos do Executivo? Na verdade, é o prefeito dos atos, atos como esse, que traz aqui para a Câmara Municipal, volto a dizer, um projeto de fragilização do Conselho Municipal do Meio Ambiente para fragilizar a proteção ambiental.

E o Ver. Tiago Albrecht foi muito corajoso - talvez depois da minha fala tenha mais algum -, mas foi o único que tentou subir aqui para defender o projeto. Deu um *show*, um *show* de desconhecimento. Esse é o Tiago Albrecht. Tiago Albrecht diz que essa proposta é boa, Ver. Robaina, porque vai tirar do Conselho Municipal ambientalistas que não são daqui. Ele não conhece a legislação atual. Por isso faz essa defesa, porque desconhece. A legislação atual, vereador, e colegas vereadores e vereadoras, aponta três entidades ambientalistas de Porto Alegre e uma da Região Metropolitana. Não tem ninguém de outro lugar do mundo. E volto a dizer, esse projeto é muito ruim, ele é péssimo. O vereador elogiou o aumento do tempo de mandato; desconhece a realidade do Conselho. Vejam só, o governo diz que tem que mudar o Conselho porque ele está esvaziado. As entidades não participam das reuniões. Acontece que isso não é verdade por um lado e por outro, visto algumas entidades que eventualmente têm dificuldade, aumentar o tempo de mandato agrava ainda

mais a situação. Por isso que uma das emendas é para manter o tempo de mandato tal como está hoje e não prorrogar.

Eu tenho um minuto apenas, mas eu ainda vou falar mais umas nove, dez vezes ao longo da tarde de hoje para defender cada emenda que nós produzimos. E digo isso porque nós faremos a luta política até o fim, mas nós faremos outras coisas também. Foi sugerido que nós apontemos, Ver. Cecchim, que nós apontemos à ONU o que está acontecendo em Porto Alegre, porque a Prefeitura de Porto Alegre capta recursos internacionais, inclusive junto à ONU, para viabilizar, Paulo Brack, o Plano de Ação Climática, mas, por um lado faz isso, por outro, esse retrocesso. Então nós faremos uma denúncia à ONU. Essa contradição do governo precisa ser pública. Nós iremos, Ver. Cecchim e Ver.^a Cláudia Araújo, à justiça também. Porque a mesma justiça que suspendeu a tentativa de sorteio para a composição do conselho que o governo queria emplacar...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): ...precisa examinar – para concluir, Presidente – que não se respeita a lei nessa proposta. Não foi deliberado na Conferência Municipal do Meio Ambiente. Essa proposta é ilegal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.
Questão de ordem?

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, eu fui citado pelo nobre vereador. Eu só queria dizer para ele, que aprovou um projeto inconstitucional, que devia ler um pouquinho mais antes de sair acusando os outros. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Questão de ordem também?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Sempre. Respeito muito o Regimento, Presidente. Como fui citado, da mesma forma que o nobre vereador, ele que precisa corrigir a sua postura, porque é mais um que votou pelo projeto “Escola sem Partido”, este, sim, inconstitucional e declarado pela justiça.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Relembrando os vereadores que o microfone de apartes é somente para apartes, para colocar em ordem a sessão.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vocês veem a vergonha que é uma cidade ajoelhada ao capital. Não bastou o desastre da enchente de uma cidade despreparada, uma cidade em que o seu governante brincava de ser prefeito, com um chapéu de palha, fazendo piadinha sobre chinelo. Ele não tem responsabilidade com esta cidade, por isso ataca o Conselho. Quem tem responsabilidade com o meio ambiente, com a preservação da natureza... Mas o que esperar de um prefeito que sequer teve aulas sobre Constituição, que veio a esta tribuna vilipendiar a democracia no dia 1º deste ano, relativizar discursos pró-ditadura? Esse é um advogado que tem OAB, até estou aguardando que a OAB casse a carteira dele, porque pode ser qualquer coisa, menos advogado que não defende a Constituição e a democracia. E por odiar a democracia, ataca o Conselho, Quer tirar cadeiras das instituições importantíssimas. E aqui leio algumas. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência não terá cadeira. Por que ele não quer a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência? Porque ele é negacionista, não acredita na ciência, no avanço. Essa turminha dele, que anda com ele para cima e para baixo, os cupinchas, é a turminha antivacina. O que esperar dessas

peças? Só retrocesso. Sociedade Brasileira de Arborização Urbana também. Para que arborização se pode ter mais concreto e o sol fervendo no asfalto, nos prédios, em que uma cidade não conta sequer com uma empresa que entregue energia elétrica para ligar o ar-condicionado, o ventilador? É uma nova era. Ele votou pela privatização da CEEE Equatorial, entregou ao lucro do privado, agora a gente não tem energia elétrica. E tem vereador da base do governo que está reunindo agora as associações de bairro para fazer garganta, discurso, dizer que vai ajudar pessoas que defenderam a privatização, agora estão querendo surfar. Andaram fazendo isso no 4º Distrito, agora querem fazer na Azenha. São os malandros. Os malandros vendem o patrimônio e depois dizem: “Olha só, o privado não funciona, veja bem, o privado é difícil, a vida é dura no privado”. É, realmente. Agora eu pergunto a vocês, a que serve um Conselho do Meio Ambiente que esnoba o Conselho Regional de Arquitetura, de Engenharia e Agronomia, o Instituto de Arquitetos do Brasil; por que não querem ouvir os técnicos? Porque os técnicos não são gigolôs do capital. É por isso. Não querem, só querem ouvir os gigolôs do capital. Só eles, os agiotas do privado, é esses que eles querem ouvir. Eles não querem ouvir a ciência, as universidades, os conselhos, as representações legítimas da sociedade civil organizada, não. Eles querem ouvir os senhores das malas de dinheiro. O dinheiro eles querem ouvir, porque o dinheiro manda. Para eles o dinheiro é tudo, por isso mesmo que eles esbanjam o dinheiro... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...enquanto o governo Lula trouxe os recursos para a proteção da cidade, do meio ambiente, milhões e milhões de reais, o prefeito choraminga nas reuniões e pede mais: “Lula, manda mais dinheiro, vai lá nos ministros, manda dinheiro, manda dinheiro.” Ele quer dinheiro, mas ele aqui transforma o dinheiro em lixo, porque não tem política pública, não tem conhecimento técnico, é só pantomima. E o pior é que a pantomima funcionou na eleição, na eleição ele encantou, porque o marqueteiro o transformou num candidato capaz de ganhar a eleição. Isso é uma vergonha o que o *marketing* faz, mas tudo bem, a empresa foi lá, recebeu milhões para entregar a cidade a um senhor que não tem

compromisso com o futuro. E é contra os gigolôs do meio ambiente que nós vamos lutar hoje

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E defender um conselho real e altivo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas.
Não tendo mais ninguém para discutir o projeto, está encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 1, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.)
A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Nós ouvimos essa discussão aqui, e a verdade é que nós estamos diante de uma crônica de uma tragédia anunciada. Ou melhor, de mais uma tragédia anunciada. Porque a tragédia da maior enchente da nossa história também havia sido anunciada por técnicos, trabalhadores, especialistas, trabalhadores e engenheiros do DMAE e não foi ouvida, porque, sim, Ver. Giovani, o governo Melo é a representação do negacionismo climático, e o prefeito sobretudo. Mas aqui a gente tem, no ataque ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, mais uma crônica de mais uma tragédia anunciada. E eu falo porque a gente não precisa de muito, bastava lembrar das aulas de ciências, das aulas de história para a gente saber que tem um ciclo, que ele acontece de forma muito linear. Destrói-se o meio ambiente, desmata-se as florestas, comete-se arboricídio e intensifica-se os processos causadores das mudanças climáticas. Mudanças climáticas essas que nos submetem a viver em um estado de emergência climática, com ilhas de calor como as que a gente teve, na semana passada, no Harmonia, 61 graus, como bem disse os meus colegas aqui.

Lá no Itu-Sabará, o Ver. Giovani foi lá comprovar que o desmatamento já faz com que, naquele território, a elevação do calor seja absurda. E é isso que

a gente vive na maior parte das comunidades de Porto Alegre, onde não tem a presença do verde. Mas também o desmatamento gera a intensificação dos processos que levam às chuvas extremas, que gerarão novas enchentes de grande proporção, afetando sobretudo os mais pobres, os marginalizados, aqueles que vivem em áreas de risco, aqueles e aquelas que já sofrem com o racismo ambiental.

Aí eu retomo as aulas de história, Ver.^a Karen, Ver.^a Grazi, racismo ambiental esse que vem desde a lei de terras, porque, aqui, os pretos, os indígenas não tiveram direito à terra e ao território, tiveram negado, a história nos conta. Essa história, que a história da escola não conta, é a história que aqui nós deveríamos contar para dizer quem é que sofre, quem é que sofre com os ataques do governo Melo ao meio ambiente, quando não tem justiça climática: são os pretos e os pobres. Ver. Marcelo, que deve estar por aqui, Ver. Giovane Byl, Ver. Marcos Felipi, que convivem, que caminham pelas periferias da cidade, são esses moradores e moradoras que mais sofrem com os efeitos desses ataques e que vivem a tragédia que aqui nós anunciamos mais uma vez.

Não é difícil de se prever, ou seja, nós estamos aqui com as alterações propostas, sem diálogo, mais uma vez, de forma autoritária pelo governo Melo, que se diz um governo do diálogo, um governo da democracia. Nós estamos aqui atacando o meio ambiente, nós estamos aqui pavimentando os caminhos para uma nova tragédia. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E essa tragédia, a gente já pode dizer que ocorrerá na cidade da enchente, que, enquanto vivia a sua maior tragédia, o prefeito tomava champagne com os seus amigos que financiaram sua campanha e que agora cobram a conta aqui, porque precisam fragilizar a proteção ambiental para construir os seus grandes empreendimentos.

Então é muito linear tudo que está acontecendo, ninguém é bobo, e o povo de Porto Alegre também não é bobo. E é por isso que eles têm que passar tudo assim, no tapetão, no afogadilho, sem diálogo com o povo, porque o povo sabe que, quando é destruído o meio ambiente, a gente vai ter uma nova

enchente e o povo sabe que é o povo pobre que vai derreter no calor de 60 graus, trabalhando ao sol das ondas de calor extremo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana. Não tendo mais ninguém, vou solicitar que os vereadores se inscrevam para que a gente não precise ficar ainda olhando aqui. Daqui a pouco, eu vou perder algum vereador e aí vão dizer que eu não inscrevi. Então, solicito que, a cada emenda, já se inscrevam aqui comigo, para que a gente não tenha esse problema.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 018/24, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só o governo negligente. Hoje, nesta cidade, sete mil crianças estão sem escola, e ninguém discutiu isso, ninguém falou sobre as crianças nas calçadas; a prioridade é desmontar o Conselho do Meio Ambiente. Não importa que uma cidade não cumpra o mínimo constitucional de implementar os 30% do orçamento na educação, não, eles usam o orçamento do povo para libertinagem na liberação de empreendimentos que descumprem a legislação ambiental. Nós estamos destruindo nascentes, destruindo a nossa cidade que era mais sustentável, porque a gente não ouve quem tem conhecimento. Aqui, derrubaram centenas de árvores na região central, mas eu não posso cobrar do governo que entenda sobre fauna que vive na zona urbana. Por exemplo, vocês devem observar nos prédios do Centro os papagaios-verdadeiros, que é uma espécie que tem aqui, também conhecido como papagaios, louros, espécie da Mata Atlântica. Eles vivem em bandos. No final da tarde, a gente os ouve, e eles usavam as árvores do Harmonia para se alimentar. Mas eu não posso cobrar da ignorância desse governo que tenha conhecimento sobre a fauna que vive em Porto Alegre, assim como os periquitos da espécie caturrita que fazem ninhos em várias árvores por aí, como os eucaliptos que tem na Câmara, que tem ali no estacionamento do Centro Administrativo Fernando

Ferrari. Eu não posso cobrar que eles conheçam sobre a nossa cidade, sobre os biomas, eles nem sabem que nós temos o Pampa aqui em Porto Alegre. Eu não posso cobrar que eles tenham sensibilidade com o meio ambiente, porque eles não têm amor ao conhecimento, por isso que eles atacam os conselhos que produzem conhecimento científico na cidade. Eles não se importam em chegar em casa e poder ouvir os pássaros no final da tarde nas árvores da rua, porque eles liberaram para a CEEE Equatorial a destruição das poucas árvores das vias urbanas, porque eles acham que é por aí que vai se fazer política pública. Ou seja, a secretaria do Meio Ambiente perdeu a sua função, nós estamos gastando dinheiro, é uma secretaria de liberação de empreendimentos. Ela não tem mais o objeto da sua criação, não está mais com ela, está conosco, com a sociedade civil. Por isso que eu quero parabenizar a Agapam, o InGá, os conselhos, todos vocês. Vocês são hoje a secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre, vocês protegem o meio ambiente, o Coletivo Preserva Redenção. Vocês defendem o futuro, porque os gigolôs do capital só se importam com dinheiro, ganhar com a liberação de empreendimentos, a destruição da parte verde da cidade. Convido os colegas a irem ao Teresópolis, por exemplo: estão desmatando as encostas dos morros do Teresópolis, um bairro que era verde... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...para novos empreendimentos. E assim estão fazendo e fizeram, o que é uma vergonha, na região da Vicente Monteggia, Vila Nova, Jardim Vila Nova, era uma zona arborizada, que a chuva caía, amortecia na parte verde, agora não, impermeabilizaram tudo, a chuva cai nos prédios, nos condomínios, escorre na calçada, vai direto para o pluvial e alaga toda a região da Madepinho, toda a região da comunidade Jardim das Palmeiras. Isso é culpa dessa turma que está destruindo com a política de preservação, liberando qualquer empreendimento sem cobrar uma construção de bacia de contenção, que segure por 3 horas, 5 horas a água da chuva dentro da propriedade privada. Estão criando caos para os moradores mais antigos desses bairros – sobre isso ninguém fala aqui...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Querem mais destruição do meio ambiente, para mais destruição do patrimônio do porto-alegrense.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos. Eu vejo aqui alguns vereadores de esquerda, agora, que parecem que estão preocupados com a questão do meio ambiente, mas é que essa preocupação é seletiva, porque, assim como falou o Ver. Tiago Albrecht, os corais da Amazônia lá, que não existem porque aquela água não é cristalina, que era impedimento para fazer a prospecção de petróleo na margem equatorial, agora, porque o “pai Lula” falou que tem que furar porque está precisando de dinheiro, parece que pode. E o Ibama está sendo neutralizado, e a Marina Silva está sendo jogada para trás do governo, porque parece que a preocupação ambiental só servia até a eleição para acusar o Bolsonaro, que era contra o meio ambiente. E aqui, se fosse o governo da esquerda, obviamente levariam para o mesmo lado, mas enquanto é o Melo, parece que o Melo é antinatureza, quando, na verdade, a gente sabe que não. O desenvolvimento econômico tem que andar ao lado do desenvolvimento ambiental, da preservação, porque, se não tem sustentabilidade econômica, não vai ter sustentabilidade ambiental. Um exemplo disso é o que acontece hoje, por exemplo, na Amazônia, onde os ribeirinhos, os indígenas, que não têm sustentabilidade econômica, acabam tendo que desmatar para vender suas terras porque não têm sustentabilidade econômica. E acontece que nós temos hoje desmatamento, temos as maiores queimadas da história da Amazônia e eu não vi ninguém vir aqui falar que o Lula está desmatando e botando fogo na Amazônia, quando a gente sabe que, historicamente, não teve tanta queimada como nós temos tido nos últimos anos, passamos por todos os recordes.

Eu vi aqui a Ver.^a Juliana aparentemente preocupada com a crônica de uma tragédia anunciada sobre as ilhas de calor aqui em Porto Alegre, mas eu não a vi falar sobre a crônica da tragédia anunciada das ilhas assoreadas no Guaíba que potencializaram a enchente que nós tivemos em 2023 e em 2024. E também o PT esquece que quem fez com que fosse proibida a dragagem e a mineração aqui no Guaíba, lá em 98, 2003, foi o governo do Olívio Dutra. O Ver. Jonas Reis está aqui agora gritando, berrando para tentar interromper a minha linha de raciocínio. Não, porque o que eu estou falando é falso, mas sim porque isso vai contra a narrativa de preocupação ambiental. Para uma narrativa de preocupação ambiental com o Guaíba, aquele pessoal que se abraçou no Guaíba lá em 1988, que elegeu o governo Olívio Dutra, com o pró-Guaíba e fingindo que estava preocupado com preservação ambiental do Guaíba, proibiram a mineração, proibiram a dragagem. Estamos há 30 anos sem recolher areia aqui do Guaíba, e o que aconteceu? Qualquer pessoa sem estudo sabe. Se um curso d'água está obstruído por material de sedimento, o quanto essa água que vai passar invariavelmente por ali por conta da chuva vai se espalhar ocupando as margens, é mais. É óbvio que é mais. E o PT e esse pessoal aí que está dizendo que é preocupado com o ambiente, não se preocupou em dragar, desassorear o Guaíba e agora muitas pessoas perderam os móveis da casa porque a água não conseguiu encaixar na caixa do deslocamento e extravasou para os lados. Cadê a preocupação ambiental dessas pessoas que são contra a dragagem, desassoreamento e limpeza do nosso Guaíba? Não vi nenhuma vez aqui o pessoal da esquerda falar que tem que limpar o Guaíba. E para onde é que vai a água da chuva que vem aqui em Porto Alegre? Para onde é que vai a água da chuva que vem do Taquari ou da Serra e que passa o Guaíba? Para dentro do Guaíba! E como está obstruído, acaba extravasando para os lados. Então esse pessoal que fala de racismo ambiental, que sofre racismo ambiental porque supostamente é pobre e não tem onde morar, é mais impactado por quê? Porque eles são contra poder dragar, desassorear e limpar o Guaíba. E não falam isso. Falam das ilhas de calor. Vai lá um palhaço, coloca um chapéu na cabeça fingindo que tá imitando o prefeito Melo, bota um termômetro no asfalto

e coloca um termômetro na grama que tem na sombra e fala: “Ó, aqui tem uma ilha de calor.” Mas acabou de explicar aqui, o pessoal da secretaria de Meio Ambiente, que não é assim que se faz a medição de ilhas de calor. É óbvio que tem toda uma normativa para te apontar e fazer medição técnica do que é ilha de calor ou não. E é óbvio que em qualquer local que tem mais asfalto e menos árvore vai ter uma variação de calor. Isso é óbvio. Qualquer pessoa sem instrução vai saber disso. Mas pegar e fazer uma coisa sensacionalista, para gerar uma imagem para dar *like* na internet é muito legal. Mas esse pessoal não fala que está distorcendo os fatos para mentir para vocês. Então, se a esquerda está de fato preocupada com preservação ambiental e contra o racismo ambiental, me ajudem a dragar o Guaíba, a limpar o Guaíba, para que essas pessoas que moram na margem dos rios aqui em Porto Alegre, porque não têm onde morar, não tenham suas casas alagadas novamente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jessé. Por favor, vereador, o que seria aqui comigo? (Pausa.)

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.)

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vou voltar a dizer aqui para os vereadores, questão de ordem não é por ser citado... Anteriormente, o Ver. Tiago usou e o Ver. Giovani Culau. Não é utilizada a questão de ordem, não vou abrir o microfone.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Presidente, pela instrução. Então, eu aproveitarei para utilizar a tribuna e não o microfone de apartes, para dizer que fato é, Ver. Tiago, que eu sei que me escutas, apesar de fingir que não, fato é que são vocês que buscam ser leões aqui na tribuna contra o PT, contra o governo federal, contra o governo Lula, mas eram uns gatinhos diante do governo de Bolsonaro. É isso que vocês eram. (Palmas.) Por isso que eu faço questão de resgatar a memória de quem sofre de esquecimento que foi no governo de Bolsonaro que se atacou o Fundo da Amazônia, foi no governo de Bolsonaro que o ministro do meio ambiente falava em “passar a boiada”; “passar a boiada” para agredir o meio ambiente e abrir caminho para o garimpo ilegal. (Palmas.) Talvez a sua manifestação valha para um recorte das redes sociais, mas, no debate real e sincero, o que vocês apresentam aqui não para em pé. Vocês sabem que em mais de uma oportunidade, para aqueles que me acompanham aqui desde 2023, eu compartilhava a tradição que tenho: eu sou um vereador comunista, do PCdoB, mas que vem de uma tradição cristã. E, na tradição cristã em que me criei, Ver.^a Juliana, na teoria criacionista se fala muito que Deus criou o homem e a natureza, diga-se de passagem, nos deu a tarefa de cuidar dessa natureza, desse ambiente natural. Então, eu acho muito pouco cristão, em um momento em que a fé é mobilizada para política, que o ambiente natural e a natureza sejam tratados num tom de deboche. Eu, que sempre busco ser coerente, provooco essa reflexão aos meus nobres colegas. E eu, que percebi que talvez muitos dos meus colegas não leram o projeto, fico em dúvida se leram as emendas. Estamos aqui diante, Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Cláudia Araújo, da Emenda nº 01, de minha autoria, de autoria da bancada do PCdoB, que propõe a seguinte reflexão, Cecchim: se o Conselho Municipal de Meio Ambiente terá entidades de classe profissional e essas entidades terão que fazer uma eleição entre si, é preciso que se faça isso, ao menos, assegurando a manutenção do Conselho Regional de Biologia. Não é porque o Conselho Regional de Biologia é comunista, porque não é. O Conselho Regional de Biologia é um conselho de classe profissional dos biólogos, e isso reflete a sua condição e capacidade técnica.

Eu não consigo considerar razoável que uma entidade que, além da autoridade técnica que possui, que tem tido uma atuação respeitável junto ao conselho... Fala-se de quem falta ao conselho, mas o Conselho Regional de Biologia não falta às reuniões do conselho. Então, por que razão se quer tirar o Conselho Regional de Biologia? Eu preciso, mais uma vez, dialogar com os meus colegas vereadores. Eu não estou aqui, Ver.^a Atena Roveda, Ver.^a Natasha Ferreira... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...porque gosto de fazer críticas. Eu não acho que ela seja a mais fácil, como foi dito aqui. Eu estou trazendo essa discussão porque eu tenho preocupação com o ambiente natural e compreendo que, quando a gente não cuida do ambiente natural, a natureza nos devolve as nossas agressões de forma trágica. E é isso que nós temos vivido. E quando, vereadores e vereadoras, o governo propõe a exclusão não só das entidades ambientalistas, mas também do CRBio, ele revela aqui que não tem compromisso algum com a proteção ambiental – compromisso algum. Se resta alguma esperança neste plenário, eu acho que ela vai ser posta à prova agora. Os vereadores e vereadoras têm a possibilidade de seguir uma orientação do governo ou de apoiar uma entidade respeitada, de caráter técnico, como o Conselho Regional de Biologia. Espero que votem com a ciência.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Giovani Culau. Não há mais quem queira encaminhar a matéria.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) Algum vereador mais gostaria de votar? Deixou de votar? (Pausa.) Não?

Quero dizer aos vereadores que eu conto, apesar de eu não votar, conta a Presidente como quórum. Então, com 19 votos “não”... Gente, olha só, sei que a esquerda está segurando para não dar quórum. Quando eu pergunto se alguém não votou, vocês já se colocam... Por favor, vereador, fale no microfone de aparte.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Eu tenho uma questão de ordem, Presidente. Em que pese eu reconheça a sua presença no plenário, ao que me consta, são necessários 18 votos para que seja assegurado o quórum em uma votação. E acabei de ser informado, assim como a senhora, que o tempo regimental é de 1 minuto e 30 segundos para a votação. E eu tenho aqui no meu telefone a foto que demonstra que quando chegamos em 1 minuto e 30 segundos, o painel verificava 17 votos, ou seja, nós não tivemos o quórum para a votação em 1 minuto e 30 segundos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, eu conto também como quórum, entendeu? Eu também conto como quórum; então não tem...

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, eu insisto, volto a dizer, reconheço o quórum, mas me parece que para reconhecimento da votação há necessidade de 18 votos. E nós não tínhamos 18 votos quando chegamos em 1 minuto e 30 segundos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Dezoito presenças, está me dizendo aqui o diretor. Fora isso, terminado 1 minuto e 30 segundos, eu sempre vou perguntar se tem algum vereador que não conseguiu votar, porque nós estamos com problema nos placares. Ou se algum vereador quer trocar, como é o caso da Ver.^a Grazi, quer trocar o seu voto. Então, vereador, está válida a votação – a senhora pode trocar seu voto, por gentileza, Ver.^a Grazi.

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL): Eu vim fazer isso mesmo. Quero falar que eu votei errado, queria trocar para “sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Ver.^a Grazi Oliveira troca o voto de “não” para “sim”. Ver. Culau, o senhor não conseguiu...? O senhor está com problema no seu...?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Voto “sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Culau vota “sim”.
O senhor quer trocar seu voto, Ver. Jessé?

Vereador Jessé Sangalli (PL): Não, quero manter. Só... Eu sou testemunha de que estava com 18 votos no painel, até chamei atenção para isso. E, na verdade, se nós formos aplicar essa regra, a gente vai ter que...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Gente, eu só preciso terminar a votação.

Vereador Jessé Sangalli (PL): A gente vai ter que declarar nulos todos os processos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jessé. Vereadores, eu só quero saber quem não conseguiu votar, por gentileza. Ver. Freitas, o senhor quer votar?

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Não consegui votar no painel, eu voto “não”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador Freitas vota “não”. Vereador, o senhor quer votar? Vereador?

Vereador Jonas Reis (PT): Eu voto “sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Jonas vota “sim”.



Vereadora Natasha Ferreira (PT): Registrar presente que o meu voto é “sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Ver.^a Natasha, vota “sim”.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): “Sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Pedro Ruas, vota “sim”.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Voto “sim”.

RESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Ver.^a Karen Santos, vota “sim”.

Vereadora Juliana de Souza (PT): Voto “sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Ver.^a Juliana, vota “sim”. A Ver.^a Atena, vota “sim”.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Voto “sim”, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Robaina vota “sim”.

Vereador Alexandre Bublitz (PT): Voto “sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Alexandre vota “sim”.



Vereador Aldacir Oliboni (PT): Voto “sim”, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Oliboni vota “sim”.

(Pausa.) Questão de ordem, vereador?

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Questão de ordem, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Só um momentinho, quero encerrar. O senhor quer votar ainda?

Vereador Erick Dênil (PCdoB): Voto “sim”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Erick vota “sim”.

(Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**. (Pausa.) Questão de ordem, pois não?

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Questão de ordem, Presidente. A questão de ordem é na mesma medida em que o vereador do PCdoB falou sobre a questão de presença; são 17 mais a Presidente para dar o quórum, não é? E o Ver. Pedro Ruas, antes, disse que voto é direito; então, na eleição, para eles, eles podem votar depois, e agora ele vai passar pé. Não passarão, não passarão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação a matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Presidente. Eu acho que a senhora deve ter percebido quando

compartilhei com a senhora que eu encaminharei todas as emendas ao longo da tarde de hoje, para honrar o voto recebido, o recurso do cidadão que nos faz, Ver.^a Grazi, estar aqui para trabalhar. Então vou trabalhar, vou falar, vou defender tudo aquilo que acredito. E vejam só, estamos diante de uma alteração do Conselho Municipal do Meio Ambiente em que as entidades ambientalistas correm o risco de não compor o Conselho. O governo Melo tenta apresentar que essa proposta amplia de quatro para cinco a representação das entidades ambientalistas; isso é uma mentira, não tem outro nome, é uma mentira. É mentira porque coloca em uma mesma disputa entidades ambientalistas e entidades científicas; e, quando o governo faz isso, coloca, sim, sob o risco de termos um conselho com a redução da participação das entidades de caráter de proteção ambiental, de caráter ecológico. E vejam a emenda que nós produzimos – mais uma vez, uma emenda de minha autoria, da bancada do PCdoB –, a proposta de que as entidades ambientalistas disputem entre si de um lado, e as entidades científicas façam outra disputa entre si, porque elas justamente têm razões de existir diferentes.

O que precisa ficar muito evidente na tarde de hoje é que no momento de crise climática, de tragédia climática, o governo municipal não submeteu essa proposta à conferência do meio ambiente. O governo municipal propõe a redução do tamanho do conselho, o que eu não consigo compreender. No momento em que nós deveríamos, Ver. Oliboni, debater mais sobre o meio ambiente, engajar mais entidades na discussão ambiental, ampliar a participação da sociedade civil, o que o governo municipal faz é reduzir, reduzir o tamanho do conselho e ao mesmo tempo que reduz o tamanho do conselho, aumenta a sua participação. O governo quer saltar de 7 para 12 representações e, como eu dizia no início, não assegurando a presença das entidades ambientalistas. É nítido nas manifestações feitas ao longo da tarde de hoje, mas também fica nítido pela ausência de manifestações da base do governo, porque de fato é indefensável este projeto, não é à toa que ninguém da base do governo fez a discussão na emenda anterior, porque como é possível ter coragem de dizer que o Conselho Regional de Biologia não tem a prerrogativa de compor o

conselho municipal? Eu compreendo que falta coragem. E falta coragem também, imagino eu, para defender que a participação das entidades de caráter ecológico tenham a sua presença ameaçada. É sempre bom lembrar, sempre bom lembrar: a tragédia que nós vivemos no ano passado com as enchentes exige de nós solidariedade, exige de nós esforços conjuntos de reconstrução, mas exige também vergonha na cara para ter compromisso sincero com o meio ambiente. Sem compromisso sincero com o meio ambiente, nós vamos viver de crise em crise, de tragédia em tragédia, proferindo aqui dessa tribuna apenas solidariedade, mas sem dar as respostas que a população verdadeiramente precisa.

Evidentemente que o encaminhamento da bancada do PCdoB é em defesa das entidades ambientalistas, e por isso o encaminhamento “sim” à Emenda nº 02. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Giovani Culau e Coletivo. Senhores, nós temos que fazer uma correção, inclusive agradecer aqui à assessoria do PCdoB que lembrou o diretor de que a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 deve ser destacada, votada antes. Nós vamos votar a Subemenda nº 01 e depois continuamos com o encaminhamento da Emenda nº 2, certo?

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Essa emenda, eu imagino que vou contar com o apoio do MDB, vou contar com o apoio do PSDB. Estou anunciando isso, imagino, Ver.^a Grazi, que eu vou contar com o apoio do MDB, do PSDB, partidos que se revezaram no governo do Estado ao longo dos últimos anos, de modo geral, e digo isso porque o Conselho Estadual do Meio Ambiente executa o mesmo critério e a mesma regra que nós apresentamos e traduzimos aqui enquanto uma subemenda. É evidente que nós

não confiamos no governo Melo, não há confiança no governo Melo. Uma cidade que não recicla seus resíduos, que ataca seus catadores e catadoras. Ao longo das últimas semanas o que nós vimos da gestão municipal foi roubar os catadores e catadoras dessa cidade. Roubo aos catadores e catadoras. Uma cidade que, como a gente tem debatido, a Ver.^a Juliana que disse, o manejo arbóreo de Porto Alegre saiu da secretaria do Meio Ambiente e foi para a secretaria de Serviços Urbanos. A secretaria do Meio Ambiente, na verdade, significa hoje a secretaria dos Interesses Imobiliários. Isso é a secretaria do Meio Ambiente hoje. Talvez por isso o secretário não tenha me recebido para discutir essas emendas, Paulo Brack. Talvez a Melnick ele receba. Aqueles que agridem o meio ambiente talvez ele receba. Imagino que a Agapan, o InGá, o Ser Ação são pouco ouvidos pelo governo municipal e por isso que nós não confiamos. E, ao não confiar neste governo, que não tem compromisso ambiental, e que, volto a dizer, é um representante em Porto Alegre do negacionismo, essa emenda aponta o quê? Que as entidades ambientalistas possam ser eleitas ou, na verdade, indicadas a partir de um processo próprio da Apedema, que é a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Volto a dizer: peço o apoio da bancada do MDB e do PSDB, que governam o Estado há bastante tempo. O Conselho Estadual do Meio Ambiente funciona dessa forma, é a assembleia permanente das entidades ambientalistas do Rio Grande do Sul que indica as suas representações para o conselho. Num momento de desconfiança tão justa de um governo do negacionismo, é importante conceder à Apedema o direito de eleição e de indicação de quais serão as entidades ambientalistas. Essa é a emenda que, na verdade, foi apresentada pelo meu nobre colega Roberto Robaina, em nome da liderança da oposição, mas que eu, evidentemente, tenho orgulho de ter participado da articulação e do debate. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Giovani.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): No mesmo sentido do meu colega Ver. Giovani, que vem aqui também dialogar com os vereadores e as vereadoras sobre a coerência da subemenda apresentada, que dispõe sobre a indicação pela Apedema das entidades ambientalistas e ecológicas ao conselho, conforme já acontece no conselho estadual, quero também aqui, ao líder do governo Idenir Cecchim e à vice-líder Ver.^a Cláudia Araújo, fazer o pedido de que a gente possa retomar também o reconhecimento que o governo fez no diálogo, em janeiro, ao papel da Apedema, quando nós apresentamos uma emenda para que a Apedema continuasse no conselho do DMAE e que foi reconhecido pelo governo que era importante que essa entidade, que representa esse fórum de entidades ambientalistas estivesse também contribuindo com o debate da cidade numa perspectiva de pensar os caminhos para que nós tenhamos aí as respostas e a construção de capacidades para o desenvolvimento a partir de um olhar da resiliência climática, mas também da sustentabilidade. Então subo aqui a esta tribuna para que a gente possa dialogar com a base do governo, dialogar com os vereadores e vereadoras que abriram essa possibilidade de reconhecimento dessa que agora a gente pede que seja aquela entidade, indicar as entidades representantes dos ambientalistas e dos ecologistas no conselho, aqui no conselho municipal. Então acho que é importante que a gente possa fazer, Ver. Gilson, que acompanha aqui com atenção, um debate sincero, um debate das possibilidades também de reduzirmos os impactos negativos dessa proposta que se apresenta sem diálogo sobre uma área tão estratégica. Tu que és lá do Extremo-Sul sabes muito bem que nós precisamos preservar o meio ambiente para reduzir os impactos naquelas comunidades que já foram sobremaneira impactadas pela tragédia de maio, mas que a cada chuva têm sofrido de forma muito latente nas suas vidas os efeitos da emergência climática. Então eu peço a sensibilidade para olhar por aqueles que estão sofrendo os efeitos de uma política de destruição do meio ambiente para que possamos garantir que essas entidades ambientalistas, que essas entidades ecológicas possam ser indicadas por uma que tem um reconhecimento inclusive expresso

naquele momento em janeiro pelo próprio secretário de governo, que apresentou que tinha sensibilidade de entender o papel da Apedema. Então nós pedimos aqui a coerência para que a gente possa ter a aprovação desta emenda, e o PT encaminha aqui o voto “sim” para que a gente garanta as condições de o Comam seguir assegurando o papel das entidades do meio ambiente, das entidades ecológicas na garantia do controle social e de um olhar de sustentabilidade para o debate do futuro de Porto Alegre que se constrói agora. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Juliana. Mais algum vereador gostaria de encaminhar?

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, público que acompanha esta votação. Primeiramente, quero saudar a constituição dessa emenda, desta subemenda, que corrobora com a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente, ou seja, reconhece essa articulação e essa construção da sociedade civil, e isso é muito importante. A votação dessa emenda me lembrou, esta semana, eu fui na Vila Liberdade, na Rua Graciano Camozzato, denunciar um valão da Prefeitura. E, quando eu fui fazer a denúncia desse valão, uma das moradoras da comunidade me falou que ali naquele local tinha sido construído um galpão, um galpão de reciclagem, um galpão de arrecadação de doação e um galpão de educação comunitária, e que a Prefeitura havia destruído aquele espaço com a desculpa de que teria que ser feita uma obra, e, até agora, nada foi feito. Essa história da Vila Liberdade, de desconstituição da auto-organização do nosso povo, dialoga muito com o sentido deste projeto, que novamente desorganiza, destitui, desempodera a sociedade civil, os trabalhadores, as trabalhadoras que se importam e dedicam o tempo de suas vidas para fiscalizar a política de meio ambiente do Município de Porto Alegre. Algo legítimo, algo louvável, algo que coloca a cidadania em primeiro plano e algo que é completamente desconstituído

por parte desse projeto. Um governo que submete um povo e educa um povo, um povo que seja servil, um povo sem autonomia, um povo que ao se auto-organizar para resolver os seus próprios problemas ou se auto-organizar para contribuir com a fiscalização da política pública, é criminalizado, é destituído em uma política cada vez mais burocrata em que manda quem tem o capital político. Essa emenda que visa a corrigir a Emenda nº 02, dando o aval para a Assembleia Permanente das Entidades em Defesa do Movimento do Meio Ambiente, é fundamental, não só no sentido de ter outra instância democrática que legitima os representantes do conselho, as indicações, como também fortalece a auto-organização popular. A gente diz que quer um povo ativo, a gente diz que quer uma cidadania para além do voto, a gente diz que a gente quer um povo que ajude a resolver os problemas da cidade, e, toda vez que a gente tem uma auto-organização de um conselho, de assembleias populares, de associações, de clubes negros, de entidades da sociedade civil, a gente vê o governo desconstruindo essas organizações. Então, nesse sentido, Giovani Culau, quero saudar a construção dessa emenda e colocar para a população a importância, independente da legitimidade ou não dada pelos vereadores que estão votando esse processo ou dada pelo Executivo de plantão, a importância de a gente seguir. Seguir vigilante, seguir auto-organizados, seguir disputando a opinião do nosso povo nas ruas, que, como eu coloquei anteriormente, é o espaço mais democrático que a gente tem para fazer política. É discutir os problemas da população onde o povo está. Porque, infelizmente, esta Câmara de Vereadores, engessada, burocratizada, onde boa parte dos colegas em questão não sabem sequer do que está tratando esta emenda, é muito triste ver o retrocesso da democracia burguesa brasileira. Mas é o que é. Então, a importância de a gente conseguir debater com a população, inclusive o limite daqueles que foram eleitos pelo povo, de seguir dando as cartas e os rumos da política ambiental da nossa cidade. Estão afundando a nossa cidade.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Karen Santos. Não tendo mais ninguém para encaminhar a subemenda, coloco em

votação. Solicita nominal, o Ver. Idenir Cecchim, por gentileza, abertura do painel para acolher as votações.

Gostaria de pedir para o Ver. Moisés Barboza assumir aqui a presidência.

(O Ver. Moisés Barboza assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.)

A Ver.^a Comandante Nádia registra seu voto “não”. A Ver.^a Natasha Ferreira registra o seu voto “sim”. Eu gostaria de pedir o registro do meu voto, pois o painel aqui não está funcionando; eu voto “não”. O Ver. Aldacir Oliboni pede o registro do seu voto “sim”. Todos? (Pausa.) Eu vou pedir ao diretor Luiz Afonso que contabilize os votos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver.^a Atena Roveda, como vota? Vota “sim”. Ver.^a Fernanda Barth?... Ver.^a Juliana? Vota “sim”. Ver. Márcio... É isso, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): REJEITADA a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 018/24 por 12 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) Já encaminhou o Ver. Giovanni Culau. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que observa atentamente os posicionamentos dos vereadores, vejam só: nós propusemos emendas para retomar a força do conselho, e a direita, a extrema direita não quer um conselho forte. Então,

marquem bem os nomes dos vereadores que são contra o conselho atual do meio ambiente, os vereadores que querem menos conselheiros, os vereadores que querem menos defesa do meio ambiente, que, conseqüentemente, são os vereadores que querem mais destruição, querem mais cidade entregue ao capital, querem mais uma cidade que devore o futuro. Sabem por quê? Porque quem está com a vida feita não precisa defender o futuro para as crianças, para os jovens, porque está bem colocado, bem posicionado, tem bons amigos trabalhando no governo, tem secretários. Vejam só o PL. O PL está lá comandando a educação, arrumaram uma vaguinha, um carguinho para o sujeito que perdeu o seu cargo em Esteio, está bem organizado lá. Então eles têm que votar, rezar a cartilha do Sebastião. O Sebastião manda para eles lá, e eles: “Ah, sim, senhor! Sim, senhor! Sim, senhor.” Eles não têm mandatos, não têm mandatos, porque o mandato concedido pelo povo é para discutir e debater sem estar ajoelhado ao prefeito. Não é o que acontece aqui. Por isso eles nem debatem, nem discutem, eles não têm vontade, porque o deles já está garantido, essa é a realidade; agora, o futuro da cidade não está garantido. O futuro da cidade depende de nós, depende de vocês, ambientalistas, ecologistas, pessoas que entendem da ciência, que estudaram, biólogos, agrônomos, professores e professoras que estão aqui, professor Paulo, parabéns, no seu nome, parabênzo todos vocês que educam a sociedade para entender que este planeta não é apenas da espécie humana, que é sim dos outros seres vivos, que é sim dos vegetais, dos animais, que não é o Homo sapiens que deve mandar e desmandar e destruir, como acontece. É disso que trata a importância de um conselho que conscientize. É preciso edificar uma consciência cidadã, ecológica, um desenvolvimento econômico sustentável. Nós precisamos olhar para este planeta de uma forma diferente, como as gerações passadas não olharam, não olharam e destruíram biomas. Hoje a gente sofre com aquecimento global porque pensavam só em usar os recursos naturais, exaurir as fontes naturais, destruir. Por que a gente não consegue tomar banho aqui na orla? Porque os afluentes do Guaíba estão devastados pela ignorância, pela falta de conhecimento. E é por isso que a gente tem que fortalecer esse conselho, é por

isso a importância desta emenda, garantir lá as representações de quem estuda o tema. É tão bonito estudar. A quem interessa lutar contra os que sabem, estudam ecologia, biologia, meio ambiente? A quem interessa continuar dando espaço para a devastação? Àqueles que não se importam com as famílias que perderam tudo na enchente, àqueles que não se importam com as casas alagadas no Delta do Jacuí, em toda a orla do Guaíba – Lami, Ipanema, Guarujá, Espírito Santo, Belém Novo –, aqueles que não se importam que famílias perderam tudo, que, durante 30 anos, trabalharam para colocar móveis dentro de casa. Mas é fácil um CC da Prefeitura que ganha R\$ 19 mil fechar os olhos para a realidade do pai de família que ganha um salário mínimo apenas e não consegue comprar móveis, porque nem cartão de crédito tem, nem parcelado consegue. É por isso que não defendem o meio ambiente, porque não defendem responsabilidade com aqueles mais vulneráveis na sociedade.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas.

A Ver. Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente Moisés; colegas vereadores; pois me antecedeu aqui quem fala pelo governo federal, que tem o maior número de queimadas na Amazônia – de 2023 para 2024, 79% de aumento da queimada da Amazônia –, exatamente o PT, o PT que fala sobre meio ambiente. É o meio ambiente do PT que tem 135% de aumento nas queimadas do Pantanal de 2023 para 2024. É o mesmo PT que subiu a esta tribuna e que, ao longo da tarde, tem falado sobre meio ambiente, sobre sustentabilidade, mas que, no entanto, não draga o Guaíba, porque essa é constitucionalmente uma missão, uma função precípua do governo federal. Essa dragagem não é feita, e isso é cuidar do meio ambiente, porque as pessoas estão tendo suas casas invadidas pela água pelo descaso, pela incompetência, pela irresponsabilidade de um governo federal que tem seus vereadores aqui aplaudindo o meio ambiente, só que “de continha”, não é verdade. A narrativa é

uma, a realidade é outra. Sabe aquele negócio de expectativa e realidade? É assim que funciona. Vários vereadores aplaudem a cartilha de um desgoverno que não cuida do meio ambiente, que, aliás, gasta mais do que deveria, aliás, deveria mandar o dinheiro dos gastos da Janja, da primeira-dama Janja, aqui, para nós cuidarmos do meio ambiente de Porto Alegre, esse meio ambiente que clama por dragagem, esse meio ambiente que pede pessoas responsáveis. E este projeto é muito simplório, é um objeto pleno de obviedade. É óbvio que o governo quer fazer um equilíbrio entre aqueles que são da sociedade civil e aqueles que representam o governo; todo conselho faz isso. E este projeto faz exatamente isso, traz um equilíbrio, não desequilibrando as forças, as forças são iguais. Além disso, ter um conselho consultivo faz com que não se emperrem os movimentos necessários para que as coisas andem em Porto Alegre.

A vereadora do PSOL, que me antecedeu aqui, também falou que os vereadores não sabem o que estão votando. Ora, vereadora, eu tenho certeza de que todos os vereadores – não posso lhe dar aparte porque é encaminhamento – aqui sabem muito bem o que estão votando. Aliás, têm, sim, tranquilamente o seu voto já definido, até porque aqui, nesta Casa, nós temos uma máxima: quem tem voto, vota; quem não tem voto, fica *hablando* com o além. A teoria e a prática do PT, do PSOL e do PCdoB não se encontram, falam sobre uma coisa e agem exatamente de outra forma.

Então, é um projeto muito tranquilo, esta emenda é desprezível, é uma emenda que não diz respeito ao que se quer efetivamente. Todas as emendas que aqui tiverem, líder do governo, Cecchim, nós vamos votar “não” muito tranquilamente, até porque o projeto é óbvio, é claro, é básico e diz respeito a uma cidade muito melhor do que hoje nós encontramos. Aliás, é um projeto de lei que protege o meio ambiente, que cuida da sustentabilidade, não é igual àquela turma que está lá em Brasília, que gasta muito do dinheiro do pagador de impostos; não é igual àquela turma que deixa o Pantanal e a Amazônia queimarem, historicamente, mais do que toda a linha que a gente viu até os dias atuais. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, nossa Presidente, Comandante Nádia, só um momento, por favor.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, só uma questão de ordem: porque a Vereadora-Presidente acabou de ocupar a tribuna para um encaminhamento...

(Aparte antirregimental.)

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Isso, Vereadora-Presidente, tu usas gênero neutro, presidente, isso aí. Utilizou a tribuna para o encaminhamento da Emenda nº 02, mas ela não falou absolutamente nada sobre a Emenda nº 02, e isso desrespeita o Regimento. Então ela preside e não conhece o Regimento, é preciso fazer esse registro.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Gente, eu vou fazer um apelo para os vereadores solicitarem o microfone de apartes para questões de ordem. Só faço esse pedido porque temos sequência, e na sequência temos a inscrição da Ver.^a Natasha.

Vereadora Natasha Ferreira (PT) (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Mas V. Exa. está inscrita. Antes ou depois de falar?

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Agora. Agora.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): A pedido da Ver.^a Natasha de verificação de quórum, solicito a abertura do painel para colher as

presenças das senhoras vereadoras e vereadores. Respondendo à pergunta, o quórum mínimo é de 18 vereadores. (Pausa.) (Após a verificação de quórum.)

Com a presença de 20 vereadores, há quórum.

A Ver.^a Natasha está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Que desorganização dessa direita! Não conseguem dar quórum direito, que vergonha. Bom, quero aqui falar rapidamente sobre a fala aqui da Presidente Nádia. Vereadora e Presidente Nádia. Ou Presidenta, tanto faz. A questão toda aqui é que eles não debatem Porto Alegre. A extrema direita só fala do Lula, da China, Taiwan, Venezuela, Cuba, qualquer coisa. Porto Alegre não existe pra eles. Ela falou do presidente Lula, mas o que fez o Ricardo Salles no governo Jair Bolsonaro? “Passou a boiada”, está sendo indiciado, vai ser preso. Inclusive, o governo deles criminalizou o Ibama, o governo deles demitiu gente no Ibama, o governo deles não teve nenhum controle sobre as queimadas, não assumiu responsabilidade. Foi um governo que, diga-se de passagem, tanto não assumiu as suas responsabilidades, que dizia que as mais de 600 mil pessoas que perderam a vida na Covid não eram problema do governo federal. E eram, sim, assim como o desmonte do combate às queimadas do governo Bolsonaro, que foram gritantes. Pra eles virem falar aqui do governo Lula, com certeza eles vivem num mundo utópico, distópico. Não é possível que eles queiram comparar o que foram quatro anos de terror que nós passamos versus quatro anos do governo Lula. O Presidente Lula tem feito um reajuste, na verdade, nas políticas públicas, respeitando o funcionalismo público. Antes, o Ver. Jessé Sangalli que não tem como fazer uma medição entre a grama e a sombra versus o concreto. Quero dizer ao vereador, que é líder do PL, que é óbvio que não tem como fazer, mas faltou à aula de ciências, porque, sim, quanto menos árvores você tem, quanto mais desmatamento uma cidade tem, quanto mais prédios você tem, sem nenhum planejamento, a cidade será mais quente. Isso é uma obviedade aqui. Vejam bem, a discussão deles aqui, a discussão deles é dizer que o termômetro

no cimento dá mais graus. Isso é meio óbvio. O que nós estamos dizendo é que o Parque Harmonia, nobre vereador, tinha árvores, vocês arrancaram todas que tinham lá e agora é um ponto quente, extremamente quente em dias de verão. Então, não faz o menor sentido o que eles dizem aqui. Aliás, as construções que eles autorizam das grandes empreiteiras - eu vou dizer de novo aqui, porque eles não atacam isso, não tem responsabilidade com a sustentabilidade, não tem responsabilidade com o meio ambiente - não são construções autorizadas pelo Plano Diretor. Mas sabe por que são construídas? Por questão de amigos do prefeito. É por isso que eles estão autorizando. Não tem nada a ver com quem protege. Eles falam aqui que protegem o meio ambiente. Qual o meio ambiente que eles protegem, afinal? Qual? Inclusive o ex-ministro deles vai ser preso porque roubava madeira no Brasil. É esse o enfrentamento que eles fazem aqui? Aliás, quem não saiu do governo Bolsonaro preso, será preso, porque todo o governo está envolvido em esquemas de corrupção. Então, antes de virem aqui falar do Lula, do PT, do governo federal, saibam que o governo Lula está mandando dinheiro exatamente para o enfrentamento das queimadas. O governo Lula não está se furtando de fazer a discussão sobre as queimadas que aconteceram no ano passado e que foram feitas pelos donos do agro, porque eles estavam queimando as terras, queimando os semiáridos, tanto no Centro-Oeste quanto no Sudeste, como um plano, na verdade, para tensionar o governo do PT, para tensionar o governo Lula. Não conseguiram, porque o governo Lula contornou a situação e nós, juntamente aos ambientalistas deste País, controlamos uma política séria de enfrentamento, mas, principalmente, de proteção aos animais silvestres, à água potável deste País e também à mata selvagem, que é aquela principal riqueza que nós temos.

Por isso, o que está em discussão aqui, nessa emenda, que fala sobre as entidades que têm esse aparato científico, esse estudo, é fundamental para que Porto Alegre consiga enfrentar as ondas de calor, as enchentes, os tornados. Tivemos, em menos de dois anos, mais de sete ciclones extratropicais em Porto Alegre. Se eles acham que isso aqui é normal, é porque moram em prédios, em bairros que não são afetados, mas grande parte da população de Porto Alegre é

afetada. Ontem choveu em Porto Alegre, alagou no Menino Deus, e eles não vão lá falar sobre isso, alagou a Zona Norte, a Ver.^a Juliana de Souza inclusive fez vídeo lá. É uma série de eventos climáticos. A emergência climática aqui não é culpa do governo federal, a culpa é de um prefeito que se nega a dialogar com o conselho e o povo.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Quero agradecer à vereadora e pedir que nos atenhamos às proposições das emendas, conforme solicitação da questão de ordem. Não tendo mais inscritos... (Pausa.) Ver. Jonas, o tempo de oposição já foi utilizado pelo senhor. Já foi utilizado oposição. Vereador Jonas Reis, PT; Ver. Giovani Culau e Coletivo, PCdoB; Ver.^a Comandante Nádia, PL; e Ver.^a Natasha Ferreira, PT. Não havendo mais inscritos para encaminhar, solicito a abertura do painel e coloco em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) Estamos colhendo os votos das senhoras vereadoras e dos senhores vereadores da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) Solicito o registro do meu voto para “não”, pois o painel aqui não está funcionando. (Pausa.) Com 18... O Ver. Ramiro estava votando ali, em pé. Com 18 votos, 19... Alguém não registrou ou quer alterar o voto? Ver. Tiago, usando o mesmo critério que a oposição utilizou recentemente. Vamos registrar o voto do Ver. Tiago: é “não”. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Emenda nº 02 por 20 votos **NÃO**... Questão de ordem, Ver. Giovani?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Uma questão de ordem, Presidente. Eu gostaria não só de registrar o meu voto “sim”, como eu gostaria de compreender, a partir da presidência e da Diretoria Legislativa, esse tema do voto da presidência. Isso está confuso para mim, então eu gostaria de compreender.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Quero registrar que eu voto “sim”.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver.^a Natasha registra o seu voto, no microfone: “sim”.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, registro o meu voto “não”, citando o Ver. Pedro Ruas, que antes me disse que voto é um direito, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Já está registrando o seu voto.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não está funcionando o painel? Voto “sim”.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Atenção, atenção aqui a Casa. Peço só um minutinho, pois a Diretoria Legislativa está verificando o registro do painel. Vereadoras e vereadores, por uma questão técnica, eu gostaria de solicitar às senhoras e aos senhores a compreensão; gostaríamos de repetir a votação pelo número expressivo de vereadores que querem manifestar o seu voto. Então, por favor, gostaria de solicitar a reabertura do painel para colher os votos totais e peço aos vereadores e vereadoras que votem “sim” ou “não”, mas se manifestem, por favor. Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24. Por gentileza, pedindo, claro, a presença do nosso Ver. Fleck, que nos assiste. (Pausa.) Atenção, vereadoras e vereadores, abriremos o painel de votação.

(Aparte antirregimental do Ver. Jessé Sangalli.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): O meu está com problema aqui, Ver. Jessé.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): O meu está com problema. (Pausa.) Em nome dos vereadores, peço desculpas à equipe técnica da Câmara. (Pausa.) Nosso diretor legislativo só olha para mim e diz: “Calma, Presidente.” (Pausa.)

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu creio que na Venezuela não tem votação. (Pausa.) Abrindo o painel. Obrigado à equipe técnica que nos socorre várias vezes aqui. Obrigado, diretor Luiz Afonso. Está aberto o painel para colher os votos das senhoras e dos senhores vereadores à Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 018/24, e peço que os vereadores que votarão a favor que votem, por gentileza. (Pausa.) Peço o registro do meu voto: voto “não”. Algum vereador não votou ou deseja alterar o seu voto? Ver. Pedro Ruas? Ver. Erick Dênil? Os dois votam “sim”. Está encerrada a votação. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 20 votos **NÃO**; 11 votos **SIM**. Registra a intenção de votar “sim”, a Ver.^a Natasha.

Vereadora Comandante Nádia (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 201/24 por duas sessões. Ele está para entrar na quarta-feira, então, na quarta-feira já, vamos passar para duas sessões adiante, porque a Ver.^a Fernanda vai tirar os pontos na quarta-feira.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, pedido de adiamento por duas sessões do PLL nº 201/24, a partir da quarta-feira que vem.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ele já está adiado até lá.

Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.)

O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, eu mais uma vez ocupo esta tribuna porque eu não participei de um pacto de não-reflexão, de não-discussão, de não-elaboração dos temas que são importantes e que passam por esta Casa.

E eu quero dizer a todos os vereadores e vereadoras que eventualmente estejam cansados que a responsabilidade desse cansaço é essencialmente do governo municipal. Porque, volto a dizer: um governo que não debateu como deveria na audiência, não debateu como deveria na conferência... E quando essa sessão começou, a bancada de oposição mais uma vez procurou o governo municipal, num esforço de diálogo, sinalizando a disposição de diálogo e de negociação que talvez pudesse ter nos economizado tempo da discussão, tempo da votação. Então as responsabilidades são de quem as tem.

Eu fiz uma questão de ordem, Presidente, me reportando à Ver.^a Comandante Nádia, porque desrespeitou o Regimento ao ocupar esta tribuna não se atentando ao tema da discussão. E veja, Ver.^a Grazi, quando a vereadora está na presidência, chegou inclusive a ousar interromper a fala da Ver.^a Atena por fuga ao tema. Mas ela desce da Mesa, ocupa o plenário e acha que pode fazer nesta Casa o que bem quer. Não fará, porque aqui a senhora, como a gente costuma dizer, não é comandante, é uma vereadora, assim como eu, então precisa respeitar o Regimento. Mas além de não respeitar o Regimento, a vereadora sai da presidência para ocupar a tribuna e mostra que não reconhece o que está em discussão e votação na Casa. A vereadora falou que...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Vou chegar lá, Ver.^a Mariana, eu sou muito respeitador do Regimento. A vereadora falou que o conselho tem que ser consultivo, não pode ser deliberativo. Vereadora, não tem nada a ver com isso. Na verdade, não tem diretamente, sabe por quê? O governo mantém o caráter deliberativo, sabe como? O caráter deliberativo para deliberar a favor dos interesses do governo. Ou seja, reduz o conselho, reduz a participação da sociedade civil, aumenta a representação do governo para que o conselho faça o que vocês fazem: aprovam tudo que chega aqui. É isso, vocês estão votando a favor do conselho ser aquilo que vocês reproduzem, que é uma aprovação, por vezes até mesmo sem debate, daquilo que vem do governo municipal. E isso tem tudo a ver, Ver.^a Mariana Lescano, com a emenda que agora estou discutindo. Porque o projeto, de forma equivocada, aumenta os mandatos de dois para quatro anos. E isso só favorece aos interesses do governo, porque quem tem quatro anos de gestão é o governo municipal. Na vida real das entidades do movimento ambientalista, esse aumento do prazo de gestão prejudica a compatibilização com a vida real e orgânica das entidades do movimento social, da sociedade civil e do movimento ambientalista. Por isso essa emenda pretende manter a vigência de dois anos de gestão para compatibilizar com aquilo que deve servir um conselho, que é a sociedade civil, que é as entidades ambientalistas. Talvez aqui não se esteja muito preocupado ou preocupada com isso, mas o que motivou a apresentação dessa emenda é a preocupação de que o mandato de um conselho precisa estar coerente com aquilo que é a sua razão de existir, que é a atuação das entidades do movimento social, da sociedade civil e das entidades ambientalistas. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Giovani.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Moisés, é evidente que nós estamos tratando de fazer um debate para que a sociedade ganhe tempo e se informe o máximo possível o que o governo está planejando e executando, como um governo que realmente pratica uma política que era apenas representar os interesses de grandes incorporadoras e, particularmente, também da especulação imobiliária, sem prestar atenção na ciência, na pesquisa, nas universidades que apontam a necessidade de planejamento urbano, que apontam a necessidade de preservação ambiental. O governo, na verdade, com as propostas que tem de alteração do conselho, simplesmente quer consolidar uma orientação, que é uma orientação que não aceita as pesquisas e as indicações científicas acerca de uma política pública capaz de preservar o meio ambiente e apostar no desenvolvimento sustentável. O atropelo é tão grande que, às vezes aqui, Presidente Moisés – inclusive, Jonas, que é líder da oposição –, eu acho que nós vamos ter que contestar uma votação. Porque teve uma votação aqui que claramente não foi dentro do Regimento, e eu acho que é importante respeitar o Regimento. Teve uma votação que, como estão apressados para mostrar para essas incorporadoras que a Câmara dos Vereadores está fazendo rapidamente o serviço que o governo pede que faça, eles fizeram uma votação aqui que teve 17 votos. Dezesete votos. E já havia passado 1 minuto e 30, que é o tempo necessário para que tenha votação, conforme prevê o Regimento. Depois disso, não pode mais contar.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver. Robaina, eu dei um *stop*. Só para deixar claro, não foi a Emenda nº 02, correto?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Foi a Emenda nº 01.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Positivo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Por que eu quero apontar isso? Nós estamos fazendo uma sequência de votações, só que o

entendimento que eu tenho é que ali já caiu o quórum. O quórum caiu ali, porque teve os 17 votos. A compreensão que eu tenho é que tem que ter 18 votos para ter quórum. E teve 17 votos. E a Presidente...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É porque com esta Câmara, Ramiro Rosário, o senhor, que gosta muito da justiça, parece que tem alguns problemas com ela, fica provocando na minha frente. O senhor é meio provocador, mas, na minha frente, quando o senhor provoca, eu conto para o público o que o senhor está falando.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sim, nós vamos recorrer à justiça sempre que esta Câmara de Vereadores se recusar a cumprir a Constituição, como vocês fizeram com a Escola Sem Partido. (Palmas.) Então, agora, vocês têm que respeitar o Regimento. E o Regimento prevê que tem que ter 18 votos, e não teve. Eu estou alertando isso, porque nós vamos levar essa votação até mais tarde, o máximo possível, e, obviamente, eu creio que a oposição tem uma necessidade de fazer isso para preservar o Regimento, vai valer a pena apontar essa incongruência, qual seja, que nós tivemos uma votação que não teve quórum. E se uma votação não teve o quórum - poderia até ter uma chamada extraordinária -, eu acredito que não poderia ter uma sequência de votações depois de uma votação sem quórum. Queria colocar isso para que o Presidente que está aí em exercício, que é um presidente aberto, democrático e reflexivo, possa saber que nós estamos votando dessa forma.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Robaina. Próximo inscrito Ver. Jonas Reis, pela bancada do PT. Ver. Jonas: oposição?

Ver. Jonas: encaminhamento? Ver. Jonas: PT ou oposição? Ver. Jonas: o senhor obrigatoriamente tem que escolher: oposição.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 018/24, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Só um momento que eu cometi um erro aqui. Obrigado pela compreensão.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, atento a quem se posiciona. Quem não se posiciona e só deposita o seu voto está sendo marcado. Eu queria agora fazer uma solicitação ao querido colega Márcio Bins Ely, do PDT, do Partido Trabalhista, pelos Trabalhadores: vereador, nós precisamos do seu voto, do PDT, do PDT raiz, brizolista, para defender os trabalhadores no conselho. E que a gente não tenha essa ideia de ficar infinitamente lá dentro do conselho, que tenha renovação. Então a nossa solicitação é esta: que as pessoas possam ter o direito a debater o meio ambiente na cidade, construir conhecimento e defesa de direitos. Então faço aqui essa solicitação particular. Mas também queria solicitar aos colegas do Podemos, Ver. Giovane Byl, Ver. Hamilton Sossmeier, o apoio de vocês nessa emenda, porque essa emenda é importante para a gente ter mais democracia, mais participação. Por isso que está se colocando aí a ideia de dois anos, porque não é possível acreditar que essa possibilidade de o governo Melo, de mandato enorme, vá ajudar. Não ajuda. Pelo contrário, nós precisamos acreditar que as pessoas têm que ter o direito a estarem lá. Então não vai fazer uma interferência nociva na proposta, mas sim melhorar. Por isso que a gente faz essa solicitação, entendendo da sensibilidade de vocês, que se vocês votarem conosco, aí já somos 15. E a gente pede que os membros do governo que não quiserem votar com a gente essa emenda não votem, porque aí a gente com 15 contra 14 passa a emenda e garante dois anos. Então, eu

tenho certeza, Ver. José Freitas, que o senhor, que é um vereador que tem nitidez nas decisões e é a favor do povo da Zona Sul, sabe da importância de a gente preservar o meio ambiente na Zona Sul, o verde, as árvores. Vamos ali, em Ipanema, a nossa orla, que sofreu tanto... Porque nós fizemos uma ocupação absurda nas orlas do Guaíba e tem que mudar isso, a gente precisa ter mais preservação. Por isso que eu lhe convido, o senhor, a sua bancada, a estarem conosco nessa caminhada em defesa de um Conselho Municipal de Meio Ambiente independente, altivo, conversando com a população. Porque não adianta nós estarmos aqui na Câmara de Vereadores conversando entre nós ou seguindo a cartilha do Germano Bremm... Porque o Germano Bremm é um secretário sem coragem. Ele não teve coragem de vir aqui hoje conversar, ligou por telefone. Germano Bremm não tem coragem de encarar os vereadores do Parlamento! É um secretário que se esconde atrás do computador, está escondido do povo! Se esconde quando tem manifestação na secretaria, ele foge, entra no carro e sai. Fica dois, três dias fora da secretaria sem aparecer e liga para lá e pergunta se a manifestação já acabou. Por que esse secretário é assim? E é um dos secretários mais longevos destruindo o meio ambiente da capital. Está lá desde o tempo do Marchezito. Estava lá naquela época, agora está com o Sebastião, o seu chapéu de palha. Ele até botou o chapéu de palha na campanha, o Germano Bremm. Agora hoje ele não trouxe o chapéu de palha aqui. Coragem, Germano! Venha até o Parlamento. Vem aqui encarar os vereadores, as vereadoras. Venha pedir o voto. Se escondeu atrás dos líderes do governo. Mas o que esperar de Germano Bremm? Se escondeu atrás das lideranças do governo, dos vereadores. Fica lá escondido, liberando empreendimentos, sem o devido cuidado com o meio ambiente, com a política de respeito à história da cidade. Por isso que essa emenda tem que passar, porque essa emenda é a favor de quem tem coragem de debater, discutir, e não de secretário que se esconde.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas Reis. questão de ordem, Ver. Ramiro Rosário?

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Sim, uma questão de ordem, Presidente. O Ver. Jonas Reis, no alto do seu machismo, acha que o único que pode representar aqui é um secretário, o homem Germano Bremm. Mas a secretária adjunta da SMAMUS está aqui representando devidamente a secretaria, a secretária Júlia Zardo. Então vamos aqui demonstrar também a importância da sua presença para poder fazer o diálogo com a oposição e com a situação.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado pelo registro.

Vereador Jonas Reis (PT): Corroborar, Presidente, com o Ramiro; é verdade, Ver. Ramiro, a secretária teve coragem, mas quem não teve é o Germano Bremm, que é sem coragem.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Bom, gente, eu vou fazer um apelo novamente. Vamos nos ater à pauta, por favor.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 018/24.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Presidente, quero aqui trazer alguns elementos, já que o debate está puramente ideológico entre nós. E acho importante deixar as nossas diferenças com relação a essa pauta, né? Mas antes eu dei uma informação aqui sobre o ex-ministro do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, ex-ministro do meio ambiente, vira réu por exportação ilegal de madeira. Os caras até madeira roubavam no governo Bolsonaro, e eles vêm falar de corrupção aqui. É o PL, o PL que é manchado por... Aliás, o PL não, porque o Bolsonaro, a hora que achar que o PL não serve mais, ele sai e troca de partido, diferentemente do Presidente Lula, que historicamente é uma figura do PT. Então eles são de aluguel. Eles vão para onde convém. E, claro, tem os seus puxadinhos que vestem laranja, né, que são os puxadinhos do

bolsonarismo aqui na Câmara, mas que na hora da divisão, na hora da divisão de CCs, convenhamos, eles devem levar bastante.

Bom, quando a gente está falando aqui de meio ambiente e está falando aqui principalmente do mandato dos membros, é importante dizer que quatro anos não faz nenhum sentido do ponto de vista político e nem de organização do conselho, faria mais sentido os 12. Mas por que o Sebastião Melo está fazendo isso? Porque ele quer nomear 12 pessoas dele... E aí eu volto a dizer que os defensores do estado mínimo, a cabeça, deve dar uma tela azul nessa galera, porque eles defendem o estado mínimo, o Novo principalmente aqui, estado mínimo, estado mínimo, agora, o prefeito quer colocar 12 CCs lá dentro; são 12 pessoas da sua linha política e que são subservientes à sua agenda. Isso é aumentar a inserção do Estado dentro de um conselho que não deveria ter essa influência toda. E aí, quando é o PT, quando é a gestão popular do Presidente Lula e as nossas gestões aqui em Porto Alegre, nós sempre damos autonomia aos conselhos, mas a gestão deles tira, a gestão deles acaba com o conselho, não chama o conselho.

E quero dizer aqui também que esses mandatos são prova importante de que o governo retire... Porque o que acontece lá no Sabará? O desmatamento do Sabará é uma vergonha, é um crime o que está acontecendo lá, e o governo sequer consegue responder.

Na semana passada e retrasada, teve incêndio pelo excesso de calor, pegou fogo nos fios de luz da Equatorial lá no Sarandi. Mais uma vez, o governo Melo sequer conseguiu se comunicar com a empresa. Vejam bem, não falar de meio ambiente e da contingência climática é fundamental, mas não é o que o governo quer; o que eles querem é fazer o que o Ricardo Salles fez, “passar a boiada”, destruir a cidade, porque isso para eles é política pública. Para eles, menos árvores, menos verde, menos meio ambiente... Aliás, nenhum vereador – né, Jessé, tu que vives andando pela cidade... Porque eles não falam lá da Ipiranga, onde estava desabando tudo, literalmente aquele barranco, eles não falam nada sobre os problemas de Porto Alegre. Chegam aqui na Câmara e começam literalmente a falar do Lula, eles falam do PT, do comunismo, do

Vladimir Putin, da China, mas eles não falam de Porto Alegre. Porto Alegre está cheia de problemas, e qual é a solução que a extrema direita tem para Porto Alegre? Acabar com a cidade, entregar a cidade.

Volto a dizer que o próximo prefeito ou prefeita de Porto Alegre será um mero gestor de contratos com a iniciativa privada e já adianto que, se for o PT, terá reestatização de tudo o que estão privatizando agora, de tudo o que estão acabando. Terá mudança dos conselhos, para que eles sejam populares, soberanos e que a gestão pública não coloque maioria em um conselho. Porque senão ele não tem nenhum sentido político, a não ser trazer as demandas técnicas, sociais e necessárias para que a gestão pública consiga executar a sua política. Volto a dizer, vereadores e vereadores, aos que falam do governo Lula aqui sobre meio ambiente, o governo do PL, que passou, não tem moral nenhuma para falar de meio ambiente com a gente. Vocês têm um ex-ministro que será preso por roubar madeira. Citem um ministro do meio ambiente do PT que foi preso, citem um cargo do Ibama do PT que foi preso por não conseguir atuar na defesa do meio ambiente, citem. Eles não vão citar aqui porque não tem, mas se for citar os do PL e do bolsonarismo, que não é a mesma coisa que na bancada, nós vamos ficar até amanhã falando da corrupção. Por isso, nosso voto é contrário ao projeto e essa é a emenda.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver.^a Natasha.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Vereador Moisés, só uma questão de ordem, eu acho que todos os vereadores têm o direito de se comunicar, de falar, mas eu gostaria de fazer um apelo para V. Sa. para que os vereadores se atenham ao projeto. Porque a vereadora falou de Bolsonaro, falou de Itu-Sabará. Nós estamos discutindo o quê? Porque se nós ficarmos discutindo o todo... Vamos voltar a falar do projeto para podermos votar o projeto. Eu acho que tem que fazer um acordo entre todos os vereadores de falar somente do projeto, conforme o Regimento estabelece. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Antes do próximo inscrito, nós vamos pedir a prorrogação da sessão. Mas eu gostaria de fazer um apelo: gente, a emenda tem uma matéria, uma pauta, uma proposta, não custa o vereador, quando subir, encaminhar dentro da matéria proposta. Ficam aqui os vereadores pressionando o Presidente, com razão, e aí fica ruim. Então, eu faço, pela última vez, o apelo. É fácil, é uma lauda, só olhar qual é a proposta da redação de emenda, que nesse caso é um artigo, e façam referência à matéria que nós estamos discutindo. Colocamos de ofício à apreciação das senhoras e dos senhores a prorrogação regimental. Nós, antes das 1h45min, precisamos votar a prorrogação da sessão.

Em votação a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.)
Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Não há mais nenhum inscrito para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 018/24. Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 018/24. Atenham-se ao tempo da abertura de painel para colher os votos das senhoras e dos senhores vereadores. Solicito abertura do painel para colher os votos da Emenda nº 03.

Um minuto e 30 segundos, é isso o que o Regimento prevê. E já peço o registro do meu voto, porque aqui não está funcionando, voto “não”. (Pausa.) Registro o voto do Ver. Ustra - voto “não” -, também porque o seu painel não funcionou. A Ver.^a Natasha pede o registro do seu voto “sim”.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Registro voto “não”, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver. Márcio Bins Ely registra o seu voto “não”. (Pausa.) Ver. Robaina registra o seu voto “sim”. Um minuto e trinta segundos. Alguma vereadora ou vereador não registrou seu voto

ou gostaria de alterar? Ver.^a Karen vota “sim”. (Após a apuração nominal.)
REJEITADA a Emenda nº 03 por 21 votos **NÃO**; 11 votos **SIM**.

Questão de ordem, Ver.^a Cláudia?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que as Emendas nºs 04, 05, 06 e 07, destacadas, ao PLCE nº 018/24 sejam votadas em bloco, em acordo com a oposição.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nenhuma foi retirada?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Nenhuma foi retirada.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Então, uma formação de bloco. Vamos consultar os líderes. Algum líder se opõe ao acordo? (Pausa.) Não havendo nenhum empecilho, coloco em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que solicita sejam votadas em bloco as Emendas nºs 04, 05, 06 e 07, destacadas, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco das Emendas nºs 04, 05, 06 e 07, destacadas, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) A Ver. Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Colegas vereadores, eu me inscrevi para encaminhar, em especial, porque tem duas emendas dentro desse bloco que é de elaboração do nosso mandato. Uma que trata da inclusão do Fórum dos Catadores, um fórum que existe desde 2012 na nossa cidade, inclusive com a participação do Ministério Público do Trabalho, que foi um grande avanço no arcabouço, o que significa 3.500 catadores hoje que sobrevivem da política de reciclagem de resíduos sólidos, política que inclusive está na reta de concessão por 35 anos por parte do governo Melo – isso só desresponsabiliza este governo em relação à política ambiental da cidade. Nesse sentido que a

gente entende que é fundamental a presença dos Fóruns dos Catadores na composição desse conselho e também dos indígenas e quilombolas, que é a outra emenda, a Emenda nº 07. Porto Alegre tem 14 retomadas indígenas, 11 territórios quilombolas, é a capital do Brasil com a maior expressão de povos originários urbanos, e isso tem que ser considerado dentro de uma política ambiental. É um retrocesso atualmente os povos originários não estarem presentes dentro do conselho. Então essa é uma emenda que visa também corrigir e ressaltar o papel fundamental dos povos na defesa de uma agenda ambiental justa, sustentável e que valoriza a biodiversidade, porque eles estão, no dia a dia, na defesa dos territórios contra a especulação imobiliária, contra a classe dos territórios, contra o desmatamento ambiental, contra as mineradoras.

Então, quero saudar a luta, a resistência dos povos originários, dizer que, sim, pensar uma agenda ambiental progressista neste País é considerar a luta, a mobilização e o trabalho que vem sendo produzido por dentro das comunidades dos povos originários. Nesse sentido, também uma emenda que visa incluir a presença dos indígenas e quilombolas dentro do Conselho de Meio Ambiente.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver.^a Karen.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do bloco das Emendas nºs 04,05, 06 e 07, destacadas, ao PLCE nº 018/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O que motivou, Presidente, a extensão da discussão até este horário não foi, Ver. Robaina, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Grazi, Atena, Karen Santos, Jonas Reis, Natasha e Juliana, qualquer tipo de ingenuidade da nossa parte da possibilidade da reversão do resultado. Nós somos profundamente conscientes da correlação de quem ocupa uma maioria política neste momento na Câmara, mas era preciso deixar nítido, não só na Câmara, mas em especial para a cidade de Porto Alegre, que há resistência, que há divergência, que há desacordo com o rumo geral da

política ambiental apontada pelo governo municipal. E eu quero dizer aos meus colegas do bloco de oposição que eu considero que nós fomos exitosos na demonstração dessa resistência, dessa divergência. Não é possível que temas como esse sejam passados como eles pretendiam que “passasse a boiada”. Fizemos uma boa discussão, seguros de que está profundamente equivocado o que temos vivido em Porto Alegre. Dia desses nós denunciávamos o corte de mais de 300 árvores na zona de amortecimento do Morro do Osso para abrir caminho para 18 casas de luxo. A derrubada de mais de 300 árvores para abrir caminho para construir 18 casas de luxo. Isso é simbólico do porquê a gente sobe a esta tribuna e diz que é o interesse econômico privilegiado em detrimento não só da proteção ambiental, mas em detrimento do interesse coletivo. E eu, vereadores e vereadoras, subi todas as vezes nesta tribuna com a tranquilidade de que fui um dos poucos vereadores de que foi na Conferência do Meio Ambiente. Um vereador que não está aqui apenas criticando o rumo do governo municipal, mas que, dois anos atrás discutiu, no momento da aprovação por esta Casa do orçamento, que nós deveríamos recompor os investimentos em educação ambiental, recompor os investimentos na gestão ambiental, ampliar os investimentos na qualificação da infraestrutura da cidade para que ela fosse mais resiliente à realidade climática que nós vivemos. Eu não esperava que os argumentos que nós apresentamos aqui fossem mudar o resultado porque logo no início da sessão ficou nítido que a secretaria do Meio Ambiente não queria negociar. Isso está nítido para nós desde o primeiro momento, mas a luta em defesa do meio ambiente para quem tem compromisso real, como eu tenho, vale a pena, vale o debate, vale a luta, vale a discussão e por isso permaneci aqui até o presente momento. E, para concluir no tempo regimental, evidentemente que o nosso encaminhamento é contrário ao projeto. E, antevendo que nós teremos aqui uma derrota política, volto a dizer, nós revisitaremos esse tema na justiça, porque o art. 15 da atual legislação diz o seguinte: a composição do Comam poderá ser alterada mediante análise e deliberação da Conferência Municipal do Meio Ambiente. No único momento que a Conferência Municipal do Meio Ambiente debateu esse tema, aprovou moções contrárias ao projeto do

Executivo. A Conferência não deliberou no sentido dessa proposta absurda apresentada pelo governo Melo. Por isso, nós vamos seguir na luta, deixando o nosso voto contrário aqui, mas seguindo a batalha em defesa do meio ambiente lá na rua e também buscando os direitos na justiça. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Agradeço. Gostaria de chamar o Ver. Márcio Bins Ely, por alguns instantes, para presidir a sessão.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do bloco das Emendas nºs 04, 05, 06 e 07, destacadas, ao PLCE nº 018/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só a injustiça pela qual fazem os porto-alegrenses passarem. Se já não bastasse todo o prejuízo, inclusive dos empresários, tem gente que vem aqui e diz: “Eu sou a favor dos empresários.” Vai lá e pede voto, dinheiro na campanha para os empresários, para financiar... Quem está votando contra o Conselho do Meio Ambiente é majoritariamente contra o empreendedorismo, porque, hoje em dia, não se fala mais em empreendedorismo sem sustentabilidade; isso é um debate que está em qualquer empresa bem organizada e que quer ser bem vista pela sociedade. Portanto, fortalecer conselhos de meio ambiente é sintonizar com as propostas futuras de desenvolvimento econômico sustentável. Isso é preciso frisar.

Por isso, venho até aqui para dizer que nós temos inimigos do empresariado da cidade, são os mesmos inimigos do Conselho do Meio Ambiente, porque eles não se importam, por exemplo, com as empresas que foram alagadas no 4º Distrito. Tem proprietários de CNPJs que estão saindo de Porto Alegre porque não tem segurança na nossa cidade; isso eles não falam. E esses empresários já sabem disso, porque estão saindo da nossa cidade, estão

indo onde tem prefeitos e prefeitas sensíveis, que estão em uma concepção mais avançada. Mas eu entendo, estamos carentes, estamos em uma era em que os políticos já não são mais visionários. Nós tivemos políticos visionários. Se vocês lembrarem, por exemplo, a primeira cidade planejada do Brasil foi lá, durante a Primeira República, nos idos de 1894, quando planejaram Belo Horizonte, em uma sintonia com o meio ambiente. Há mais de 100 anos, nós tínhamos políticos que pensavam na projeção do futuro. Podemos voltar a Brasília, com o planejamento urbano de Brasília. Mas hoje não. Hoje, temos políticos tacanhos, políticos que não abraçam a arquitetura, não abraçam o urbanismo, não abraçam o meio ambiente. Eles fecham os olhos frente à crise. Tem gente que não quer sequer cobrar do prefeito Melo as obras no sistema de prevenção contra as cheias. É diante disso que estamos: uma safra tacanha da política da direita. E vejam só, aqueles que planejaram, no passado, há mais de 100 anos, uma sintonia da ocupação urbana com o meio ambiente eram de direita. Hoje, a direita é isso que a gente vê: um misto de incompreensão e de incapacidade de pensar o futuro. E não vou longe, nós temos obras, inclusive, de 50 anos atrás, de tempos autoritários. Nós tínhamos obras dessa época que foram desenvolvidas nessa época. Claro que eu sou contra a ditadura. Ditadura foi morte, perseguição, opressão; mas eles eram de direita, extrema direita, e até algumas obras fizeram para tentar conversar com a população. Mas assassinavam, matavam pessoas. Esses aqui, de agora, dizem assim: “Ah, pedir ditadura, liberdade de expressão.” E fazem o quê? Não fazem nem obras públicas, nem pensam em conselhos. Então, vocês imaginem, diante de tamanho desastre que estamos vivendo, a nossa capital nas últimas legislaturas. É um misto de não querer fazer, não querer pensar, não querer discutir, não ouvir a ciência, não ouvir a sociedade civil organizada. Que tempos, meus amigos, que tempos terríveis! Por isso que essas emendas podem consertar um pouco, podem atenuar o desastre, mas elas não conseguem desmobilizar essa incapacidade de gestão pública para pensar o futuro.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas. Não há mais inscritos.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o bloco composto pelas Emendas nºs 04, 05, 06 e 07, destacadas, ao PLCE nº 018/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação o PLCE nº 018/24. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que assiste a esta sessão, quero falar da nossa indignação. Nós não somos conformistas de um futuro de negligência ambiental, de um futuro de ignorância, mesmo diante de tantas pesquisas, teses de doutorado, dissertações de mestrado, que discutem a importância de a sociedade civil organizada tomar as rédeas do futuro para fazer avançar uma sociedade com equidade, igualdade, com justiça social substantiva. Mas não existe isso, esse cenário real de uma cidade que se desenvolva sem ter o fortalecimento dos seus conselhos, da representatividade diuturnamente da população sendo ouvida sobre os variados temas. E com o meio ambiente não é diferente.

Nós viemos até aqui vendo o desmonte das políticas públicas, por exemplo, de arborização urbana. Não há. Hoje, a gente vê apenas devastação, porque o prefeito não tem identidade com Porto Alegre. Vejam bem, ele não gosta da nossa cidade. Se ele gostasse, teria ouvido os técnicos do DMAE, lá em setembro de 2023, que disseram para fazer as obras para prevenir, para defender a cidade contra as enchentes. Lamentavelmente, estamos diante de um quadro terrível de negligência com o avanço da crise climática que assola o globo. Todos os dias, vemos, nas páginas dos jornais, nos telejornais, tufão em um lugar, furacão em outro, *tsunami*, chuvarada, enchente, desmoronamentos e, pior ainda, tragédias como a de Brumadinho. E parece que isso não coloca em estado de conscientização a classe política, que, hoje, muitos se furtaram a debater. Eles silenciaram, não usaram o poder da tribuna que o povo lhes

conferiu; ficaram calados, amordaçados por um governo que sequestra a cidade e o erário para os interesses de poucos. Aliás, são poucos, mas são poderosos os endinheirados da capital, os donos da capital, que estão aí, abarrotados, apodrecidos de tanto amontoar dinheiro em contas e mais contas, inclusive contas fora de Porto Alegre. E não se importam com os alagamentos, como aconteceu ontem; não se sensibilizam com as famílias que perderam tudo nas enchentes.

Eu venho aqui, em nome da oposição, pedir consciência, vereadoras e vereadores, consciência ambiental e ecológica, preservação da natureza acima de toda possibilidade de lucro. Nós passaremos como parlamentares, e que legado deixaremos a esta cidade? Uma cidade ajoelhada a uma especulação imobiliária, que hoje tem um estoque de 112 mil imóveis vazios, e querem mais e mais construções, sem ter uma política de habitação de interesse social. Querem mais e mais ocupações do solo urbano negociadas no balcão da Prefeitura e que não são dialogadas com os munícipes, os pagadores de impostos. Nós estamos diante de um futuro nebuloso, um futuro caótico, em que aqueles que detêm o conhecimento científico são ignorados e, por ignorá-los, sofremos a enchente do ano passado, que foi mais devastadora do que a de 1941.

Falta ainda, para Porto Alegre, mais consciência. Falta, para Porto Alegre, uma classe política da direita que tenha devoção ao povo e não lhe vire as costas, como está virando hoje, desmontando o Conselho do Meio Ambiente. Vocês estão negando a realidade e, por serem negacionistas, essa responsabilidade é apenas de vocês, não é da oposição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas.

A Ver.^a Natasha está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/24.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Quero começar dizendo que controle social não se faz com CCs, e é isso o que o governo municipal está tentando fazer com o Conselho do Meio Ambiente. Quando você coloca CCs dentro de um conselho, ou seja, CCs que estão ali não porque entendem da pauta tecnicamente, mas porque ganham salário para estar lá dentro. Porque é isso que a direita faz. A direita pouco estuda o meio ambiente e coloca... E volto a dizer: o ex-ministro do governo deles, né, é bandido porque roubou madeira, ou seja, vejam bem, vejam bem o que fizeram: roubaram madeira! Eles não vão falar sobre isso aqui. Mas o que tentam fazer com o conselho é desmontá-lo, como tentam fazer com o Conselho de Assistência Social, como tentam fazer com o Conselho de Saúde, como tentam fazer com o Conselho de Segurança, o Conselho de Educação, o Conselho dos Direitos Humanos: pouco se encontram e pouco se reúnem em Porto Alegre, porque, para eles, direitos humanos é coisa de bandido. Ou seja, há uma desconexão com as pautas reais da cidade.

Esse projeto é um ataque frontal àquelas e àqueles que lutam, que estudam o meio ambiente, que têm pareceres técnicos importantes para a nossa cidade, que têm as melhores elaborações para fazer com que Porto Alegre enfrente a crise climática, especialmente esse sol que estava na última semana, as chuvas que alagam a cidade de uma forma muito rápida. Esse conselho tem um papel fundamental na construção de políticas públicas para o futuro. A partir do momento em que você suprime a ideia desse conselho ser popular, ser do povo, você está tirando a capacidade de Porto Alegre de sair dos seus próprios problemas. Porque as enchentes de maio e do final do ano atrasado mostraram que Porto Alegre não tem manutenção das comportas, que Porto Alegre não tem plano de mitigação, que Porto Alegre não tem absolutamente nenhum planejamento para enfrentar a crise climática – crise esta reconhecida pela União Europeia, pelos Estados Unidos da América, reconhecida, inclusive, pela Rússia, pela China. Mas aqui, em Porto Alegre, vive-se uma completa dicotomia do mundo real. Não há crise aqui em Porto Alegre, e a cidade vem sendo devastada, seja pela chuva, seja pelo sol. Quando vier inverno, sabe lá o que esta gestão

vai oferecer às pessoas que estão em situação de rua, que vivem diariamente a crise climática na sua pele.

Quero dizer a vocês que a bancada do PT é integralmente contrária a este projeto. Não há a menor condição de votar um projeto que visa sufocar uma parcela importante, técnica e política da cidade, que defende o meio ambiente. Quero dizer também que nós, do PT, temos um compromisso fundamental com a democracia e com o respeito aos conselhos e à forma como foram formados, porque foi nas gestões do PT que os conselhos foram instaurados nacionalmente e existem hoje em nível estadual e em nível municipal.

E também aqui, como disse já o Ver. Cecchim um dia, brincando comigo, perguntou se eu era promotora de justiça: nós apresentamos uma liminar do DMAE, que segurou e barrou a parte da votação. O que estão fazendo com o conselho, contem com o PT para irmos à justiça, para que respeitem o conselho em primeiro lugar e que a gestão dialogue com esse conselho antes de fazer qualquer tipo de votação. O plenário é soberano desde que respeite tecnicamente os conselhos que fazem parte da gestão e que não devem ser submetidos a CCs, mas sim a técnicos do Município e, principalmente, a estudantes da área. Muito obrigada. Registro aqui que o voto da bancada do PT é contrário ao projeto.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Presidente, solicito a verificação de quórum, por favor.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte e três vereadores presentes, Há quórum. Damos sequência à sessão.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/24.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente Márcio Bins Ely, que está presidindo a sessão, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, obrigado pela preocupação de todos com a minha saúde. Acho que estou bem, com algumas molas. Alguém me sugeriu dar um nome a cada mola, mas eu não vou fazer isso! Não vou fazer isso, não é, Robaina? Não. A primeira que me sugeriram seria – eu não vou fazer, mas me sugeriram! – Ver.^a Sofia Cavedon, porque tem uma mola meio enferrujada. Então, essa seria a Sofia junto com o Jonas. É melhor eu não fazer o nome, porque todos nós estamos sujeitos a essas molinhas. Quero agradecer a todos pela preocupação, pela torcida. Estamos aqui, vivos.

Ver.^a Natasha, que brilhou bastante aqui na tribuna, camarada Giovani também, eu queria dizer uma coisa: escutei a Natasha reclamando que só fala de Brasília, do Lula. A Natasha comentou algumas coisas sobre aquele ministro do Bolsonaro, o Salles: “Onde passa um boi, passa uma boiada”. Eu quero dizer que esse cara saiu, elegeu-se deputado federal e que, hoje, aqui, falando tanto sobre o meio ambiente, acho que estamos fazendo um agravo ou um desagravo para a ministra Marina Silva, que está sendo fritada pelo Lula – fritada pelo Lula –, porque já fritou a Amazônia também. Ela já fritou a Amazônia e está sendo fritada pelo Presidente, porque não quer liberar a exploração de petróleo a 300 quilômetros da costa.

Então, nós, falando de meio ambiente aqui em Porto Alegre, queremos todos cuidar do meio ambiente – todos nós, situação e oposição. Mas falar de meio ambiente em Porto Alegre e esquecer da grande crise que existe no governo federal sobre o meio ambiente... Talvez a maior crise de todas esteja lá. O meio ambiente que parecia tão importante para o governo Lula, parecia – parecia... A ministra Marina foi escanteada. Eu até acho que está certo, porque ela é muito incompetente mesmo. A Marina só gosta de participar de conferências internacionais, viajar muito e colaborar muito pouco com o meio ambiente do Brasil. Então, Porto Alegre, nós temos que discutir. Estamos fazendo alguma coisa. Quando se reclama de mudar o conselho porque vai acabar com o meio ambiente em Porto Alegre, onde estava o conselho nesses

anos todos? Onde estava o atual conselho? Onde? Onde? Cadê o Conselho do Meio Ambiente? Foi o conselho que deixou chover? Eu acho que foi, não é? Pela importância que a oposição está dando a esse conselho, a culpa da enchente foi do conselho –você estão aplaudindo aí. A culpa das enchentes foi do conselho, que não cuidou.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O assoreamento dos afluentes, efluentes e tudo mais que vai para o Rio Guaíba e as Ilhas, quem é que foi o culpado? O conselho, que não cuidou. Eu acho que então a tarde de hoje serviu muito para isso, para nós vermos culpados. Existem culpados? Pelo jeito, sim. Quem é o culpado? O Conselho do Meio Ambiente atual, que não fez nada – não fez nada! Então, estamos aqui falando uma coisa importante, é verdade.

Ver. Robaina, quero cumprimentá-lo pela sua condução na formação dos blocos. O senhor é muito competente nisso, muito mais competente do que eu. Então, cumprimentos a todos, cumprimento a todos os meus colegas que discutiram a tarde toda sobre um assunto tão importante para Porto Alegre, mas também para o Brasil. O Brasil precisa melhor administrar esse meio ambiente. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Não há mais vereadores inscritos.

Em votação nominal, solicitada pela Ver. Natasha Ferreira, o PLCE nº 018/24. (Pausa.)

Vereador José Freitas (Republicanos): Não consegui votar lá, voto “sim”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito o encerramento do painel. Pergunto se algum vereador não conseguiu votar. Consigno o voto ‘sim’, Ver. José Freitas.

Vereador Rafael Fleck (MDB): Presidente, embora esteja de vermelho hoje, vou votar “sim”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Rafael Fleck consigna voto “sim”, solicito que também conste o meu voto “sim”. Pergunto se mais algum vereador não conseguiu votar?

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** com 21 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Ver.^a Cláudia Araújo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 011/22.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está em votação o requerimento; está em votação o requerimento. Em votação o requerimento. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Votos contrários? Abstenções? Voto contrário da Ver.^a Natasha Ferreira; Ver.^a Juliana de Souza. Está em votação.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não, claro que não. Verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está em votação, vereador; está em votação.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas tem verificação de quórum, Márcio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Mas eu já tinha aberto a votação. Quer pedir nominal...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não, eu disse que queria... Eu falei, ficou claro que eu queria discutir o requerimento. Ficou claro, senão gravo aqui, se eu for pegar...

(Manifestações no plenário)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, vereador.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Foi feito um pedido de requerimento e há a possibilidade de discutir.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O senhor solicitou a verificação de quórum.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): A possibilidade de discutir... Não; eu não fiz isso; eu disse que eu era contra e que queria discutir. Quem

pediu verificação de quórum foi um outro vereador. Isso as imagens demonstram. O que eu fiz foi pedir para discutir o requerimento, porque eu não concordo com a inversão de discutir agora o item 4 da priorização. É isso que eu fiz. E eu tenho direito de falar. E o requerimento tem direito de ser discutido. Só isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio, eu normalmente sou a favor desse tipo de requerimento, porque acho que os debates podem ocorrer assim, e temas que são prioritários podem ser discutidos antes. E a Ver.^a Cláudia Araújo, liderança do governo, se o governo tem a compreensão de que deve debater esse tema antes, perfeito. Só que estamos já em uma reunião excepcional, onde tivemos um debate sobre um único projeto, foi um debate em que fomos até o limite. Depois, em função de uma certa racionalidade de plenário, aceitamos fazer um bloco. Portanto, fizemos uma discussão sobre quatro emendas no mesmo bloco. Por quê? Porque fizemos a resistência, e a necessidade da resistência é dada na medida em que se analisa a relação de forças do plenário, da sociedade, o debate. E há um momento em que continuar não é a racionalidade da resistência, mas é simplesmente uma discussão como se nós estivéssemos em um *loop* infinito, sem resolver nada. O nosso objetivo não é perder tempo no Parlamento; o nosso objetivo é que o Parlamento possa refletir os debates reais da sociedade. E fizemos o máximo possível para tentar convencer o plenário de que o projeto que acabou de ser aprovado era um projeto ruim, porque consideramos que é muito importante que a sociedade discuta. Infelizmente, a Câmara avaliou de outra forma.

Agora, a Ver.^a Cláudia pediu uma discussão sobre um projeto que também é polêmico. Então, se o governo quer fazer isso, pode ter certeza de que não vai ter nenhuma colaboração racional sobre como deve funcionar o

plenário, porque qualquer vereador com experiência – e eu falo aqui do Mauro Pinheiro, que já presidiu, poderia falar de outros vereadores, vou falar do próprio Cecchim – sabe que o plenário tem que ter uma racionalidade, e a racionalidade deste plenário indica que a pauta se esgotou no tema ligado à Comissão do Meio Ambiente.

Se a bancada do governo acha que pode fazer tudo o que quer, compre e pague para ver na continuidade da luta política que vamos ter aqui dentro, pague para ver. Porque a gente... Vocês, que têm uma parte da bancada do governo, que acham que, às vezes, parece que estamos de brincadeira, para ser sincero; nós não estamos de brincadeira, nós estamos só alertando. Eu estou contra esse requerimento, porque a sessão de hoje terminou politicamente. Se o governo quer seguir com a sessão de hoje, vai ter ônus, pode ter certeza de que vai ter ônus, Ver.^a Cláudia, não é para brincadeira. Nós já temos muitas discussões pendentes entre nós, inclusive a decisão da Presidente da Câmara de exonerar cargos de confiança, que são direito de vereadores da oposição, com o silêncio de muitos vereadores que falam no corredor que estão contra, mas que ficam quietos nas instâncias da Câmara.

Então, o debate aqui não é simplesmente um procedimento simples de como vai seguir o debate; a discussão aqui é como o governo quer fazer com que esta Câmara funcione, porque, se é para fazer guerrilha, nós sabemos fazer, sabemos fazer, sabemos fazer guerrilha em plenário. Sabemos como enfrentar uma extrema direita, porque estamos apostando, no caso, que a Ver.^a Cláudia não encare este plenário como um lugar de desrespeito à oposição e àqueles que não concordam com o governo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Robaina.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, em exercício, vereadoras, vereadores, povo que nos assiste na TVCâmara também. Eu peço que assegurem o meu tempo. (Pausa.) Então, seguindo, eu não quero repetir argumentos do Ver. Roberto Robaina, mas assino embaixo do que ele falou, obviamente. Pensamos a mesma coisa. Quero apenas acrescentar que temos uma tradição que não é só nossa, é de outras e outras legislaturas, onde, de fato, sabemos da maioria do governo, sabemos da maioria, muitas vezes, esmagadora do governo. Agora, o governo também conhece o nosso esforço, o nosso trabalho, a nossa luta, a nossa capacidade de enfrentamento. E não temos medo da solidão dos grandes enfrentamentos, não. Não temos medo de ser poucos. Nós sabemos trabalhar sendo poucos. Sendo um, nós sabemos trabalhar. Agora, fizemos, fizemos tudo que estava ao nosso alcance, num horário que, para todos, é mais complexo, para juntarmos, a pedido do governo, as emendas e votarmos em bloco. Mas isso tinha uma lógica. Qual era a lógica? Garantir, e nisso o próprio governo tinha interesse, a votação deste projeto, onde sabíamos, desde que ele entrou, que o governo iria vencer. Não havia nenhuma perspectiva de vitória matemática em termos numéricos para votos. Nós garantimos, sim, para que o governo, hoje, tivesse esse projeto votado, e o governo iria vencer. Mas – e isso é importante registrar – o Ver. Robaina falou em respeito, e nós vamos exigir respeito. Nós respeitamos a bancada de governo, evidente que sim. Mas tem que respeitar a oposição! Isso não é uma brincadeira. Nós sabemos que a questão da licença-prêmio é tão importante para o governo quanto é para a oposição, e para a oposição que representa os municipais. É uma situação diferente. Não é agora o momento dessa votação. Essa votação pode ser quarta-feira, pode ser outro dia, não é hoje, evidente que não é hoje, são 19h30min, são 19h30min neste momento, não é hoje essa votação.

Houve uma colaboração nossa, ninguém pode dizer que não houve. A maioria também, a maioria do governo não vai se desmanchar em alguns dias, que eu saiba, não tem ninguém saindo da bancada de governo para ir para a

bancada de oposição. Por isso, faço também um apelo: respeitem a oposição, nós estamos respeitando vocês. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Oliboni lembra que havia pedido verificação de quórum. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Erick Dênil está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Bom, vamos lá. Primeiro, quero concordar com a fala do colega Ver. Roberto Robaina, do PSOL: politicamente, a sessão, ela se encerra. Há um debate aqui que não estava previsto para a sessão de hoje; a licença-prêmio é um debate importante sobre os servidores de Porto Alegre, do Município, da cidade. Inclusive, a Prefeitura não escuta a opinião dos servidores; a base de vereadores que apoia o Melo não escuta os servidores. Infelizmente, agora, às 19h30min, a gente percebe que teve uma mobilização dos servidores aqui, acabaram não conseguindo acompanhar, porque muitos deles trabalham, e, no apagar das luzes, a surpresa dessa votação antidemocrática, com caráter antipopular, que não leva em consideração a opinião dos servidores.

É engraçado, porque o prefeito da cidade fala em consulta, que tem que consultar a cidade, que o conselho do DMAE não tem que ser deliberativo, tem que ser consultivo, mas não consulta um servidor sequer para tratar de um tema tão importante como esse, que, por exemplo, não leva em consideração o FGTS dos servidores, não leva em consideração o plano de carreira desses servidores, não coloca em pé de igualdade aqueles que estão há anos trabalhando no serviço público de Porto Alegre com aqueles que vão iniciar o serviço público de Porto Alegre. É um projeto que não representa os servidores da cidade. Nós, aqui, agora, no apagar das luzes, queremos votar um projeto

que não estava previsto. Isso é algo absurdo, porque nos dá precedência para discutir qualquer coisa sem combinação.

Por isso, esta sessão se encerra, ela se esgota politicamente, e o ideal é que a gente não vote hoje esse projeto. Esse projeto que visa retirar direitos importantes; esse projeto visa não dar estabilidade nenhuma aos servidores, que já cumprem um papel e uma tarefa importante para a cidade de Porto Alegre. Por isso, nós não concordamos com o projeto. Nós não concordamos com essa votação que está acontecendo agora, aqui, no apagar das luzes, demonstrando que esta Casa acaba perdendo a legitimidade perante a população, porque a gente quer ver essa discussão à luz do dia. Queremos ter essa discussão com a presença dos servidores, e ninguém aqui quer ser pego de surpresa. A gente sabe que não estava previsto, não teve acordo na reunião de líderes, que estava na presença da oposição – PCdoB, PT, PSOL.

Portanto, se não tem acordo e não tem uma comunicação antecipada, isso acaba sendo inconstitucional votar aqui, na Casa, sem esse acordo anterior. Por isso, a gente registra aqui esse caráter antidemocrático e antipopular e esse papel que a Câmara de Vereadores tem cumprido, um papel que não dialoga com a cidade, não respeitando sequer a sessão e acaba ignorando o fato de a reunião de líderes não ter acordo. Então, politicamente, esta sessão está esgotada, está encerrada. E a gente acabou não reconhecendo esta Casa, que deveria ser uma Casa do Povo, uma Casa que coloca às claras os projetos que vão votar na Ordem do Dia, mas não é isso que a gente está vendo aqui. Estamos vendo aqui uma votação que não está compactuada e que não foi sequer avisada para a cidade, que teria agora, quase às 20h, da segunda-feira.

Portanto, nós somos contrários a essa decisão. Registramos aqui a nossa insatisfação com essa decisão da base do governo. E pedimos aí para os colegas vereadores da base do governo Melo que revejam, que a gente possa jogar para frente essa votação e fazer um debate mais amplo, ampliar, inclusive, com a cidade de Porto Alegre, para que isso não aconteça mais, para que a gente possa defender, de fato, um diálogo pleno, com tempo, podendo, de fato, acordar aqui na Casa para poder debater com calma e tranquilidade para poder

avançar o projeto. Então, nós somos contrários a essa decisão de debater hoje o projeto, e a bancada da oposição – PT, PCdoB e PSOL – registra aqui a sua indignação com essa atitude da Casa Legislativa de votar um projeto de lei tão importante para a cidade sem sequer avisar com antecedência, sem sequer dialogar com um servidor público da cidade.

Fala-se em consulta, fala-se em diálogo, mas, na verdade, o homem de chapéu de palha só sabe tirar foto e gravar vídeo para colocar nas redes sociais e não governa a cidade do jeito que deveria governar. É lamentável.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Erick.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Sr. Presidente, solicito a suspensão da sessão por três minutos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há acordo entre governo e oposição?

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Oliboni, cinco minutos com V. Exa., eu já havia solicitado a presença do vereador na tribuna.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde ou tarde da noite. O que nós registramos aqui, eu diria que não é só um golpe, mas uma tentativa de poder colocar na prioridade um projeto de lei que, por sua vez, nem o colégio de líderes e nem o plenário deram acordo. De uma

hora para outra, tentam colocar um projeto que, em tese, ficaria para a próxima sessão. O governo se agiliza e quer votar, vamos dizer assim, de supetão.

Nós entendemos que o respeito ao acordo estabelecido no colégio de líderes é o que tem que ocorrer no plenário. Qualquer outra tentativa só se tiver um outro acordo que vá desfazer o anterior. Porque, senão, é um golpe. É você querer votar um projeto de lei que atinge a vida de 27 mil servidores – 27 mil servidores –, porque a licença-prêmio não é qualquer coisa. Querer retirar a licença-prêmio ou modificar a forma da licença-prêmio envolve centenas ou milhares de pessoas, como é o caso aqui, 27 mil ativos e inativos. Esse governo dá uma demonstração de se assemelhar ao governo anterior, do Marchezan, que não conversava com o servidor, queria retirar todo o recurso dos fundos, não dialogava com a sociedade e dizia que era democrata. É o que está acontecendo aqui: não se respeita algo que é democrático, de um acordo estabelecido entre as forças políticas e que, até então, nos 45 minutos do segundo tempo, muda-se a prioridade do plenário.

Por isso, reforçamos aqui: qual a diferença de votar hoje e votar na quarta-feira? Qual a diferença? Vocês têm números para poder fazer a discussão e vencer no plenário, mas não há necessidade de fazer aqui uma votação sem o servidor, sem aqueles que atualmente se sentem atingidos. É preciso que vocês entendam, colegas vereadores e vereadoras, que precisamos reavaliar aqui a postura de plenário, porque, nesse aspecto, não há coerência, não há respeito pelo que foi decidido anteriormente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Oliboni.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente em exercício, Márcio Bins Ely, saúdo V. Exa., pela primeira vez nesta legislatura. É engraçado chamar de golpe, né? A esquerda...

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos um vereador na tribuna, por gentileza.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Tiago, o seu tempo está garantido, por gentileza.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, é engraçado que a esquerda chama tudo de golpe. Pois o projeto não está na Ordem do Dia? Está na Ordem do Dia. Aí vem um vereador aí que só vive de fazer polêmica mandar calar a boca, quando é contrariado se exalta...

(Tumulto no plenário.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Inclusive, neste momento, está ofendendo o líder do governo, que não tem respeito, que não tem respeito... Não tem como, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ordem no plenário, temos um vereador na tribuna. Por gentileza, Ver. Robaina.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador Tiago, vou parar o seu tempo.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Por gentileza, solicito ordem no plenário, temos um vereador na tribuna.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Oliboni, cuidado com o microfone.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Por gentileza, devolvo a palavra ao Ver. Tiago Albrecht.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Pois é, Presidente, está difícil, está difícil. A esquerda está acostumada a mandar no socialismo e no comunismo de cima para baixo, a mandar para o paredão, eles não seguem a democracia. Eles não sabem que está na Ordem do Dia, mandam os outros calar a boca, mas quem fez sabe que está guardado. Então, Presidente, está na Ordem do Dia, vamos votar, ainda estamos aqui...

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Está na Ordem do Dia, acho que temos que votar, não temos que retroceder para essa esquerda rastaquera, que é mal-educada com os outros, que não respeita a democracia, com raras exceções. Tem um deles aí que, quando é contrariado, dá chique, vira o crois e acha que os outros têm que ser assim. Então, o nosso posicionamento: somos pagos pelo povo, está na Ordem do Dia o projeto, vamos votar, está pronto para votar.

A representação popular, 35 vereadores e vereadoras estão representados aqui. Por isso, vamos tocar em frente. Está na Ordem do Dia, passou por todas as comissões, todas as assessorias sabem que esse projeto está pronto para ir para pauta. A gente sabe que a esquerda quer encher a galeria; para nós, até é bom, porque, com torcida, é mais gostoso – a gente faz uns cortes maravilhosos para a internet. Então, não é esse o caso. O caso é que está na pauta, e vamos votar, meu líder Ver. Ramiro Rosário. Obrigado, Presidente. Vamos votar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Tiago Albrecht.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Sr. Presidente, solicito a suspensão da sessão enquanto a gente está decidindo se o projeto vai ou não entrar na Ordem do Dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tem acordo? Tem acordo, Ver.^a Cláudia Araújo, pelo governo e pela oposição? (Pausa.) Não? Se não tem acordo...

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, nós decidimos, como liderança do governo, que nós vamos adiar para quarta-feira a votação.

(Manifestações no plenário.)

Vereador Jonas Reis (PT): Quero agradecer aqui, Presidente, a sensatez da liderança do governo de entender que a gente tem que fazer a discussão na quarta-feira. Obrigado.

Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

(Manifestações no plenário.)

Vereador Jonas Reis (PT): Verificação de quórum precede sempre, Presidente, é o Regimento.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O que acontece é o seguinte, foi retirado pela liderança do governo o requerimento de inversão de pauta. Foi solicitado, pela vice-líder do governo, o requerimento da inversão da pauta. Não é isso? (Pausa.) Retirou, retirou. Então, fica prejudicado o encaminhamento.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Jonas Reis (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em discussão o Requerimento nº 148/25. (Pausa.) Ver. Jonas Reis requer que seja encaminhado repúdio ao aumento do ICMS.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da votação do Requerimento nº 148/25 por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não cabe adiamento de requerimento, vereador.

Em votação. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo, o Requerimento nº 148/25. (Pausa.)

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estamos votando o item 2 da pauta, Requerimento nº 148/25, que requer seja encaminhada “ao

Governador do Estado e à Presidência da Assembleia Legislativa Moção de repúdio ao aumento do ICMS.”

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente, desculpa eu corrigir-lo. O Ver. Jonas é o autor, ele veio ao microfone de aparte e pediu o adiamento. O senhor pede a votação do requerimento do adiamento, feito pelo autor. Nós estamos votando, junto com o requerimento do Ver. Jonas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Primeiramente, vereador, cabe esclarecer que não cabe adiamento de requerimento. Portanto, o pedido...

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Ele não pode adiar a moção dele?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não pode adiar. Vou suspender a votação, pedir para abrir de novo o painel e vou orientar a votação. Estamos votando o item 2, o Requerimento nº 148/25. Eu já abri discussão, já abri encaminhamento e ninguém se inscreveu.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Sim, eu quero só explicar aos colegas, antes que façam a crítica da minha interpelação. É que, como presidente do PSDB e orientado pelos líderes Gilson e Marcelo, por óbvio eu não votaria a favor de uma moção contra o governo do Eduardo Leite. Então, eu estou votando porque o Jonas veio aqui e pediu adiamento da sua moção. E, como autor, eu acho que ele tem o direito de adiar, mesmo que venham gritar aqui no ouvido dele para ele não fazer isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Adiar ele não pode, poderia retirar da priorização se quisesse. (Pausa.) Bom, então damos sequência à sessão.

Em votação o Requerimento nº 148/25. (Pausa.) Ninguém se inscreveu para encaminhar.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, eu entendo que o senhor está tentando levar a sessão com ordem. Entendi perfeitamente sua preocupação e o seu interesse, mas o autor do requerimento estava justamente discutindo ali com o governo para discutir o requerimento, discutir o seu projeto.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não cabe requerimento de adiamento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Pois é, o senhor disse que não cabe o adiamento. Então, se não cabe o adiamento, nós teríamos que entrar imediatamente na votação da própria proposta.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Exatamente.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): E se é a votação da própria proposta, é evidente que o Ver. Jonas, conhecido por sempre usar a palavra – às vezes até brincam com ele por essa sua capacidade de intervenção, que eu admiro –, é lógico que ele quer falar; eu também quero falar sobre o projeto dele. Eu sei que vários vereadores da oposição querem falar porque é um projeto muito importante. E nós não queremos que seja votado sem argumentação. Eu sei que já estamos em um certo adiantado da hora, mas nós temos interesse em debater, a não ser que a sessão encerre e, naturalmente, fique para a próxima sessão. Mas enquanto a...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tendo em vista, então, a confusão que se fez, houve falha no entendimento, tanto o Ver. Moisés quanto os demais vereadores...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Mas já estava em votação, Presidente?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, mas houve uma confusão de interpretação, então nós vamos abrir para encaminhamento. (Pausa.)

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente. Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós ficamos escandalizados, no último período, com o anúncio do aumento do ICMS. Vejam só a vergonha que vive o nosso Rio Grande do Sul, o Estado se reconstruindo, e aí o governador acha que agora é hora de arrecadar mais dinheiro. É lamentável saber que nós temos um governador insensível com as causas populares, incapaz de olhar para o povo trabalhador. As pessoas sofrendo para reconstruir suas residências, comprar móveis novos, as cidades devastadas. Parece que ele não andou pelo Vale do Sinos, Taquari, aqui na Região Metropolitana, Guaíba, ele não viu a devastação que foi a enchente. Mas eu entendo. O governador, que tem bom salário, bom carro, boa morada, seguranças, CCs para todo lado, passagens de avião livres para ir e voltar do seu turismo. É um homem que tem um contrato com os aeroportos. Quer encontrar o nosso governador? Está no aeroporto fazendo *check-in*. Para onde vai, não sabemos; agora, o fato é que nós estamos perguntando para onde vão os impostos dos cidadãos. Esse aumento vergonhoso, quando era para ele isentar, só do governo Lula, do perdão da dívida, dos juros, a dívida da União com o Rio Grande do Sul; R\$ 23 bilhões para o governador é pouco. Tem que extorquir de forma escorchante a trabalhadora, o trabalhador, e não tem nem aumento do salário mínimo regional. Esse é Eduardo Leite. É realmente deplorável a postura de alguém que se diz pelo povo. Mas eu não caio nesta mentira, nesta invenção de alguém que não tem postura frente ao sofrimento do povo, não tem sensibilidade. É ele que agora,

recentemente, estava lá se bronzeando na praia, enquanto o povo sofria aqui, sofria trabalhando, porque tem que pagar o aumento salarial do governador. Por isso que querem aumentar o ICMS, para aumentar, manter grande o salário do governadorzinho. E uso diminutivo porque ele realmente é um político pequeno, de uma estatura medíocre, minimiza a política do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul que já teve um Brizola governador; Rio Grande do Sul que já teve Alceu de Deus Collares, Olívio Dutra, Tarso Genro. O Rio Grande do Sul agora amarga Eduardo Leite, o voraz, o ganancioso, aquele que tem sede de impostos, sede de dinheiro para extorquir a sofrida população. Mais de 400 municípios sofreram com a enchente, mas para o governador o que importa é o Caixa Único com robustez. Para quê? Para manter os salários dos secretários de Estado, R\$ 30 mil; dos adjuntos; da cecezada, que onde quer que vá tu encontras um CC neste governo estadual. Eu nunca vi tanta gente sem concurso público, supostamente trabalhando, não posso dizer que é o contrário, mas eu não vejo eficiência na política de saúde, de educação, que as escolas agora foram denunciadas em nível internacional por estarem caindo aos pedaços. Para que ele quer mais dinheiro, se nem as obras das escolas ele faz? Esta é a vergonha de ter um governador que não ama o seu povo, que não olha pelos trabalhadores, que não olha por quem trabalha para manter. Ele diz que o Estado é pesado, mas agora ele pesa mais a mão do Estado, não entendo. O neoliberal diferentão: imposto bastante para ele; para o povo nada, nem políticas e nem dinheiro no bolso, porque agora tem que pagar o aumento do ICMS.

Repúdio ao governador, repúdio ao governo estadual, que receba o nosso documento da altivez da Câmara de Vereadores, de dizer não ao arrocho.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jonas.

O Ver. Tiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Márcio, a gente vai morrer e não vai ver de tudo. Acaba de sair daqui um vereador

condenado por *fake news*, por mentir, está se retirando do plenário, poderia fazer um videozinho, eu ia gostar. Foi condenado por mentir na campanha, teve que retirar o seu conteúdo e não aguenta a verdade. Aliás, eu queria pedir para ele explicar, porque o que ele falou do governador tomando banho de sol beliscou uma homofobia, hein? Ou não? Hã? Vereador petista subiu aqui, olha, Ver.^a Natasha, a senhora deveria conversar com ele. Aliás, é fantoche do Robaina, o Robaina pinta e borda e faz o que o Jonas quer. Aliás, o mal-educado do Robaina, que não tem a mínima compostura aqui, é só o Robaina ser contrariado, dá piti, faz um monte de coisa, manipula o vereador, o vereador-fantoche. Então, o PT esquece que quem... (Problemas técnicos no som.) ... foi o PT, foram o PSOL e os puxadinhos de esquerda. Os puxadinhos mais o PT elegeram o Leite, todo mundo sabe disso. Eles vinham dizer, inclusive aqui para a bancada do PSDB. Agora querem vir aqui criticar. Quem pode criticar o aumento de impostos é o Novo, o PL, porque o Bolsonaro cortou impostos quando era Presidente. O Novo em Minas cortou impostos com o nosso governador. Joinville é a cidade mais próspera do estado de Santa Catarina, governada pelo Novo. E não os puxadinhos que manipulam, de novo, o Jonas é fantoche do Robaina, da esquerda, que deu piti aqui porque ia perder a votação. Então, vejam, não fica pedra sobre pedra com essa narrativa esquerdista de ser contra o aumento de impostos, e vou me abster. Eu não voto com petista. Não voto com petista! Porque eles não querem fazer repúdio ao aumento de impostos, eles querem é criticar o Leite, eles já estão de olho em 2026. Eles são do estado grande, eles são da expansão de impostos. O Lula aumentou o imposto do aço, aumentou o imposto da blusinha da Shein, está quebrando as estatais com a ajuda do PSOL do Robaina, com a ajuda do PCdoB, com a ajuda de todos os puxadinhos. Então não caiam nessa história, quem está assistindo ao vivo pela TVCâmara, não caiam nessa história da esquerda. Eles não são contra o aumento de impostos, eles estão contra porque não são eles que podem aumentar. Ver. Márcio Bins Ely, são eles que não conseguem aumentar, porque, se fosse em Brasília, dia após dia eles querem aumentar, seja imposto de renda, a tal da taxaço das grandes fortunas. Então isso é discurso vazio, isso é piti,

isso é histeria. Repito, inclusive falou mal aqui do governador que toma banho de sol, o problema é dele! Depois gritam que querem que fique atento ao assunto, mas a esquerda o que mais faz é fugir do assunto. O Jonas, então, começa a falar de ICMS, vai parar lá não sei onde, Ver. Márcio Bins Ely, que nos preside. Então, o encaminhamento que a gente faz é contrário, eu não voto com o petista, não vou votar a favor, porque quando podem, eles querem aumentar imposto, inclusive convido toda a base do governo, em respeito à bancada do PSDB, nem tanto ao Leite, que cada um tem a sua opinião, mas em respeito à bancada do PSDB peço que todos se abstenham, não deem voto para o PT, porque o PT quer usar vocês para lacrar lá para fora, o Jonas só faz videozinho da gente, não deem esse gostinho para ele. Não precisa votar “não”, porque as pessoas decentes não querem aumento de impostos. Isso não é só o Leite, isso foi feito lá em Brasília, inclusive. Eu acho que nós temos que, em homenagem ao Gilson, em homenagem ao Marcelo, em homenagem ao Moisés, contra o Jonas, contra a esquerda rastaquera... Rastaquera! Só sabe aumentar imposto em Brasília, e agora vem posar de boazinha. Agora vem ser anjinho. Vocês são rastaquera, vocês estão quebrando o País, vocês estão aumentando o imposto com a ajuda de todos esses puxadinhos da esquerda, não passarão. Por isso, eu peço: votem “abstenção”, em homenagem aos colegas do PSDB da base do governo. Vocês vão quebrar o Brasil, mas não passarão. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Tiago.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25. Ver. Jonas, questão de ordem?

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, as palavras que esse vereador acabou de proferir à minha pessoa, eu as repilo. Eu repudio, e V. Exa. as engula e as digira da forma que lhe convir, porque é acostumado a subir nesta tribuna para vilipendiar reputações, e eu não vou engolir puxadinho do governo Leite ajoelhado neste governo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. Muito obrigado. Temos uma vereadora na tribuna. Ver.^a Natasha, cinco minutos com Vossa Excelência.

(Tumulto no plenário.)

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Presidente, eu peço primeiro que o senhor recomponha o plenário aqui, né?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Por gentileza, vamos garantir o tempo, temos uma vereadora na tribuna. Estou assegurando o seu tempo. Por gentileza, por gentileza.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadores, vamos nos acalmar, vamos nos acalmar. Temos uma vereadora na tribuna, Ver. Ramiro.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Peço que zere meu tempo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Por gentileza, por gentileza, peço que se acalmem os vereadores.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Por gentileza. Temos uma vereadora na tribuna. Já está o tempo aberto, vereadora. Por gentileza, Ver. Tiago. Por gentileza, vereador. Por gentileza, Ver. Jonas. Temos uma vereadora na tribuna. Ver.^a Natasha, com a palavra.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Ver. Cecchim, Ver. Cecchim, o líder.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não é permitido aparte, o seu tempo já está correndo, vereadora.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): É uma questão...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Já está, ela está na tribuna e já está aberto o tempo dela.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): É uma questão de ordem, Presidente. Por gentileza, é o líder do governo. É uma questão de ordem.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, eu já estou velho aqui. O Pedro Ruas também já está velho. Tem muitos vereadores jovens aqui. E para o bem desta Casa, eu queria pedir licença para a Natasha para que a gente encerre a reunião por aqui, para o bem da Casa. Para o bem da Casa!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Natasha, a senhora está na tribuna.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Presidente, quero dizer aqui primeiro. (Pausa.) Primeiro, primeiro, quero pedir, Presidente, quero pedir, Presidente... Eu acho que nós não temos mais condições de fazer um debate político aqui na Câmara. Hoje, no plenário, nós não temos mais uma condição, porque há um acirramento dos ânimos e um desrespeito entre colegas de plenário, principalmente por parte do pessoal da extrema direita, que está ofendendo a esquerda.

(Tumulto no plenário.)

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Eu peço, eu peço, Presidente. Tudo bem. Ver. Tiago, Ver. Tiago, eu peço que assim como o líder do governo... Vereador, meu tempo. Segura o meu tempo, por gentileza.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está assegurado o seu tempo.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Peço, como líder do PT, que a sessão seja encerrada, porque não há mais clima para fazer uma discussão política de alto nível. Para registrar, para registrar, só quero agradecer ao líder e à vice do governo porque cumpriram o acordo aqui na Câmara que nós fizemos. E tem um setor que não cumpre acordo na Câmara e este setor é o que está tumultuando a sessão agora. Por isso, para acabar com esse tumulto e para que, na quarta-feira, nós possamos ter um debate de alto nível político na Câmara – porque nós somos pagos para estar aqui –, eu peço que a sessão seja encerrada.

(Tumulto no plenário.)

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Estou com o meu tempo ainda, e eles estão aqui gritando, Presidente, eu quero que o meu tempo seja valorizado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O tempo está garantido, a senhora está com o tempo garantido, cinco minutos.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Quero dizer aqui que o tema, rapidamente, o tema do ICMS, que é o que nos cabe aqui, a discussão, de novo, entre o governo federal, o governo. Eu quero dizer que o aumento do

ICMS é contraditório, porque o nosso governo do Estado, após as enchentes...
Presidente, não há condição, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Peço, por gentileza, que os vereadores garantam a palavra à vereadora da tribuna. Está com a palavra, vereadora.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): O governo federal suspendeu a dívida do Estado por três anos. É importante dizer que não há perdão de dívida do nosso Estado, isso é uma *fake news* que largaram aqui, que inclusive deputados do PT teriam votado contra. O governo federal, digamos que anistiou o Estado por três anos, há mais de 100 bilhões que entrarão nesses três anos, e o governador acabou aumentando o ICMS e isso respondeu diretamente na bomba de gasolina. Ou seja, o aumento de impostos, pós-enchentes, pós-reconstrução do Estado, não diz respeito e não tem uma conexão política com o método de reconstrução que nós precisamos. Por isso, essa moção aqui basicamente, que é do Ver. Jonas, que é o líder da oposição, nós temos acordo, mas principalmente pela questão técnica e econômica do Estado que não cabe um aumento de ICMS, em um Estado que busca recursos para se reconstruir. Essa discussão, inclusive, deveria ser analisada de uma forma mais criteriosa por esta Casa, porque o ICMS ataca diretamente quem tem carro popular, quem precisa abastecer, quem vive, na verdade, dos programas sociais, que dependem do governo do Estado. E tem um aumento que pega diretamente no alimento, na gasolina, e isso não é debatido aqui. Por isso, nós votamos “sim” à moção de repúdio, mas principalmente ao aumento do ICMS que nós entendemos, nesse momento, que não deveria ser feito, porque não diz respeito à questão econômica e não protege o Estado no processo de reconstrução.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigada, vereadora.

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, como o líder da oposição fez a solicitação para o encerramento desta sessão; como vice-líder da oposição, reafirmo e também faço essa solicitação. Também solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Grazi Oliveira. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

(Manifestações no plenário.)

Vereadora Comandante Nádia (PL): Comandante Nádia, presente; não está ali. Estou inscrita para falar, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que seja consignada a presença da Ver.^a Comandante Nádia. Muito obrigado.

(Manifestações no plenário)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25.

(Manifestações no plenário)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio, eu queria deixar claro para o vereador, Dr. Tiago, lembrando uma vez que o pastor, pastor Tiago; não, é que eu acho que eu me confundi, porque uma vez o Ver. Idenir Cecchim, atacando duramente o Ver. Tiago, ele fazia mistura entre o vereador como político e como pastor, e o próprio Ver. Tiago não quis ser tratado como pastor, porque ele estava exercendo um cargo público como político e não

como pastor. E como eu separo a religião do Estado, infelizmente isso não tem ocorrido muito no Brasil, eu acho que vale a pena fazer essa separação.

O Dr. Tiago fez uma acusação, não atingiu minha moral nem nada, não é caso de comissão de ética nem nada desse estilo, disse que eu era mal-educado, mas é importante que a população saiba e tenha o contexto disso, porque infelizmente a população não assiste o que ocorre no plenário, se a população assistisse o que ocorre no plenário, certamente o prestígio desta Câmara de Vereadores ia ser pior do que o prestígio que ela já tem. E o Dr. Tiago, ou pastor Tiago, tem que saber a hora de confraternizar, tem que saber, às vezes, até a hora de brincar. Eu não sou um vereador que acha que não possa ter brincadeira, que não possa ter o momento, mas o Dr. Tiago precisa saber que tem momentos que são sérios na política e que não cabe ser fanfarrão. Não vou nem falar do absurdo, do desrespeito que, às vezes, eu vejo ser exercido contra o Ver. Jonas Reis, que é municipal, é músico, é professor, sim, viu, Ramiro Rosário, que muitas vezes, de modo calunioso, diz que o Jonas não é professor, pois o Jonas é professor de música, e vocês deveriam respeitar, porque eu vou começar a achar... Esse é o Dr. Tiago, se o público pudesse ver, ia ver que ele está fazendo fanfarronice aqui na frente de novo. O senhor, Dr. Tiago, ou pastor Tiago, o senhor tem que saber respeitar que há momentos que o governo do qual o senhor é um puxadinho, se é para adjetivar como o senhor gosta de adjetivar, então o Novo, o Novo era muito independente, era muito independente até ter os cargos comissionados do governo Melo, ter secretário no governo Melo, e agora o senhor é simplesmente um vereador que aprova qualquer coisa que o governo faça. E o senhor é daqueles vereadores que é capaz de dar acordo para outro vereador no plenário ou no corredor, e na hora que é chamado realmente a debater, não tem coragem de dizer sua posição. O senhor não tem sequer coragem de dizer sua posição. Então, se nós queremos respeito, nós precisamos saber respeitar. E nós, Presidente Márcio, nesta sessão, vimos que, infelizmente... Eu falei para vários assessores do governo que são sérios – embora sejam assessores do governo que eu não concordo, mas que sabem como funciona uma Câmara, sabem que tem determinadas

regras no funcionamento da Câmara e sabem que se deve respeitar essas regras – que a diferença, Ver. Hamilton, que foi Presidente da Câmara, a diferença que nós temos nesta legislatura é que o peso relativo da extrema direita na força do governo Melo aumentou. E, como o governo Melo aceitou fazer um acordo orgânico com a extrema direita, ele aceita que a extrema direita tenha um poder na Câmara Municipal talvez até superior ao poder que tem no Executivo, mas é uma forma de compensar ou talvez de estender o acordo que ele fez com a vice, com o PL, para ganhar a Prefeitura, um acordo que ele tenha para o governo do Estado. Mas a Câmara não pode ser usada para isso. A Câmara não pode ser usada para fazer luta política que não respeite o regulamento, que não respeite as regras, que não respeite as normas. E é isso que, infelizmente, a condução da Câmara está fazendo atualmente nesta legislatura, e é contra isso que nós vamos nos insurgir sempre, muito mais do que temos feito até agora, porque esta sessão foi uma sessão que marcou esse peso relativo da extrema direita na Câmara. E eu vejo o Ver. Culau, que é líder do PCdoB, a paciência correta que o Ver. Culau tem de dialogar, muitas vezes faz apelo. O Ver. Culau tenta fazer apelos à racionalidade, o que eu acho muito justo. Mas às vezes, Culau, a racionalidade tem difícil trânsito em quem é de extrema direita. Porque quem é de extrema direita tem o elemento de irracionalismo no psiquismo e na forma de fazer política que a gente vê todos os dias quando tem sessão desse tipo no plenário da Câmara, infelizmente, e a Câmara perde como instituição com isso. Mas tem gente que quer que a Câmara perca como instituição, porque tem gente que não dá bola para o Parlamento, que não dá bola para as instituições democráticas e quer achincalhar essas instituições, e é isso que o Dr. Tiago faz, o Ramiro faz, o Ramiro achincalha até juízes. Imagina se ele não vai querer achincalhar a Câmara dos Vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Robaina.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Márcio, colegas vereadores, primeiro quero dizer que nós, vereadores, estamos aqui eleitos para trabalhar. Porto Alegre tem pressa, nós temos projetos importantíssimos, não apenas do Executivo, mas também dos vereadores, colegas aqui, para serem votados. Acredito que esse dia seria muito importante para darmos continuidade e não ficarmos como o ano passado, na última legislatura, empurrando os projetos ao longo do tempo e em um dado momento tudo é aprovado de qualquer jeito sem o debate devido. Quero dizer aqui que eu fiquei muito surpreendida com essa moção de repúdio de aumento do ICMS por parte do vereador do PT. Uma por conta do partido que ele representa. Quero deixar claro que eu também não gosto do aumento do ICMS, mas essa moção não é verdadeira, essa moção é muito mais politqueira do que realmente estar preocupado com o aumento do ICMS. Se fosse assim, eu gostaria de ver aqui o vereador que foi o proponente dessa moção de também fazer uma moção de repúdio ao aumento dos impostos dos painéis solares que o Lula fez. Eu gostaria de ver uma moção de repúdio do aumento do salário dos ministros que o Lula fez. Eu gostaria de ver uma moção de repúdio sobre o aumento dos produtos da cesta básica que estão insuportáveis para as pessoas lá na ponta. Esse, o Lula aumentou, vamos fazer uma moção de repúdio, eu e o senhor aqui, vereador do PT, contra o aumento dos produtos da cesta básica, do feijão, do arroz, dos ovos, da carne, do café que o seu governador aumentou. Dito isso, essa sua moção é pífia, é uma moção para incomodar, politqueira e barata. Não é uma moção real, porque, se assim o fosse, o senhor estaria agora, nesta tribuna, defendendo os mais pobres, os humildes, as pessoas vulneráveis que não têm dinheiro para comprar um litro de leite ou café, porque está caríssimo. Eu gostaria de ver, inclusive, o senhor aqui fazendo uma moção de repúdio à taxaçoão das blusinhas da Shopee, aquelas que os mais humildes compram e que, até então, não tinham uma taxaçoão tão elevada. Eu gostaria de ver também o senhor fazer uma moção de repúdio aqui com...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): É assim esse governo, esse governo que aumenta tudo, menos as suas viagens, menos os hotéis caríssimos que ficam...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Não é verdadeiro. Essa moção de repúdio, senhores do PSDB aqui, é politqueira, por isso nós não temos que votar com esse vereador que adora fazer vídeo para lacrar, mas que, na verdade, não apresenta nenhum tipo de trabalho. O aumento que nós estamos vendo em nível nacional está empobrecendo toda a população brasileira. E tem aqueles que dizem que não dá para subir aqui e falar do Lula. Senhores, nós dependemos do governo federal. O que acontece em nível federal tem um impacto direto no Município de Porto Alegre, no município de Tramandaí, de Sant'Ana do Livramento, seja lá onde for. Nós temos que fazer conexões, nós temos que mostrar exatamente para a população de Porto Alegre, do Estado e do Brasil que esta Câmara de Vereadores não fica lambendo bota de governo federal que aumenta tudo, inclusive, o seu salário. Essa moção, eu sugiro que os senhores se abstenham. Não vamos dar esse gostinho ao vereador que quer fazer politicagem barata, mas não recrimina o seu governo federal quando aumenta muitos e muitos produtos, inclusive da cesta básica de alimentação. O senhor depois venha aqui e me diga que os alimentos não aumentaram, mas as pessoas não conseguem mais comprar nem um quilo de carne. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Uma questão de ordem, Presidente, só uma informação aqui, eu sei que o PL adora uma *fake news*. O

nosso Presidente Lula criou imposto zero para alimentos da cesta básica, que vai aliviar o bolso dos mais pobres. Nós temos que começar um pouquinho aqui a falar informações reais. V. Exa. ocupou ali para mentir sobre o Presidente Lula. Eu, como líder do PT, não vou admitir. O nosso governo criou o imposto zero.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado, vereadora, muito obrigado.

A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadores. Bom, eu começo o meu discurso lembrando o art. 65, que diz: “Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município”. É sempre bom a gente lembrar, porque a gente já sabe que a Constituição Federal foi rasgada pelo governo petista, não é? E hoje, infelizmente, deputado federal não tem mais imunidade parlamentar neste País. Inclusive, temos um deputado preso por crime de opinião que nem existe. Mas, se dizem tão democratas, tão defensores da liberdade de expressão, vamos lembrar que aqui, nesta tribuna, os vereadores podem falar o que quiserem e eles são invioláveis. Qualquer coisa encaminhe para a Comissão de Ética, que ela será responsável por qualquer penalidade que possa vir por não ter seguido o Regimento ou as normas desta Casa.

Dito isso, mais uma vez, a gente tem que ver a hipocrisia do PT. E a gente vê agora que o Jonas Reis está chateado com o aumento de ICMS, realmente, deve estar muito incomodado. Mas aí eu fico pensando: o vereador não se incomoda quando a gente vê a primeira-dama do Brasil, a Janja, gastando mais de R\$ 1,2 milhões em viagens para o exterior, e eu queria dizer que isso é dinheiro do contribuinte. O mesmo contribuinte que, quando vai agora no supermercado, está vendo os preços muito maiores do que na época da pandemia, onde toda a inflação do mundo foi impactada pelo problema que

estava acontecendo. Aliás, o café, na época da pandemia, estava em torno de R\$ 12,00. Hoje pagamos...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): É só a senhora ir ao supermercado, que a senhora vê, ou pegar *folder*...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Não, a senhora vai ao supermercado, dá uma... De repente, a senhora não comprou o café na época da pandemia, porque deve ter ficado em casa, porque vocês eram do “fica em casa”, economia a gente vê depois. E agora, R\$ 30,00 o cafezinho. Além disso, a gente também precisa lembrar da questão de que, além dos aumentos dos impostos que o governo federal adora tributar, o Lula aumentou para 37 ministérios o governo dele, 60% a mais do que o governo Bolsonaro. Quem paga essa conta? O mesmo contribuinte que vai pagar o aumento do ICMS. Então, quando o PT adora dizer que é a favor de um Estado grande, gigante, vamos fazer uma máquina pública bem gordinha para que o contribuinte possa pagar, agora vem dizer que o ICMS é um problema. Quem defende “não ao aumento de imposto” somos nós da extrema direita radical, que eles adoram dizer. Quem defende uma máquina pública enxuta somos nós. Enquanto o “pai Lula” está lá afundando o Brasil na miséria, nós estamos aqui tentando ainda fazer com que Porto Alegre possa ter uma máquina pública diminuída, com que Porto Alegre possa votar leis que vão fazer com que a sua burocracia seja diminuída, como hoje passamos o dia inteiro ouvindo lorota da esquerda em relação ao Conselho Municipal do Meio Ambiente. Por quê? Porque não conseguem ganhar no voto, ficam ganhando no grito. O Conselho Municipal do Meio Ambiente foi modificado para que a gente pudesse agilizar principalmente o Plano Diretor, que vai passar por esta Casa, e que quando for passar, nós esperamos realmente votar um

Plano Diretor que vá ao encontro do que os porto-alegrenses precisam. Além disso, fomos no Extremo-Sul de Porto Alegre, junto com o prefeito Sebastião Melo, e encontramos diversas ocupações, que na verdade são invasões, que nós repudiamos veementemente, porque a área rural de Porto Alegre está sendo impedida de produzir alimentos que vão para a mesa dos porto-alegrenses porque a galerinha da esquerda fica incentivando invasão e ocupação ilegal. E é por isso que quando vier o projeto aqui, nós votaremos contra a invasão e pela punição de quem comete esse crime. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora.

O Ver. Giovani Culau está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O que não é real, Presidente Márcio Bins Ely, são as manifestações da extrema direita ao longo dos últimos dias que tentaram imputar ao Presidente Lula o aumento dos combustíveis no Brasil. Isso que não é real. Quem motiva e são os responsáveis pelo aumento do custo dos combustíveis e do ICMS são os governadores de estado. E é preciso dizer a ti, Ver.^a Comandante Nádia, que politiquieras – uma expressão que a senhora usa – são as manifestações do PL, o mesmo PL que aqui busca construir uma farsa da tribuna, mas resiste à isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil, o mesmo PL que resiste à isenção de imposto para cesta básica, o mesmo PL, Ver.^a Natasha, que acabou com a política de valorização do salário mínimo e fez com que o nosso País voltasse para o mapa da fome. Mas o Ver. Robaina está correto - não sei onde ele está. Aqui, apelar para racionalidade é difícil. É difícil, Ver.^a Karen! O governo passado é o governo da fome, da fila do osso e do não aumento do salário mínimo, que por consequência fazia com que o poder de compra da população reduzisse. Feitas essas considerações, eu quero em especial dialogar com a bancada do PSDB, do Cidadania, com a bancada do Republicanos, com o Ver. Cecchim, que

está lá na galeria, com o Ver. Moisés Barboza, acho que o Ver. Fleck também está por aí...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O Robaina é da oposição, estou falando com os vereadores que eu acho que é possível ter um mínimo de diálogo dentro da base do governo. E eu peço a sua atenção, Cecchim, peço a sua atenção. Porque, Ver. Cecchim, eu estive ao lado da Ver.^a Cláudia quando aqui foi encaminhado um acordo com a oposição para que nós compuséssemos um bloco, um bloco de votação e de encaminhamento único. Fizemos esse acordo com o objetivo evidente e óbvio de encerrar a sessão no dia de hoje. E foi com essa motivação que a oposição e eu, que sou autor das emendas, aceitei o acordo, Ver.^a Cláudia Araújo. Este é o meu terceiro ano como vereador titular, e eu nunca vi uma barbaridade como essa. É o rompimento completo das relações mínimas de confiança que precisam existir entre minoria e maioria. É um absurdo, Ver. Idenir Cecchim e Ver.^a Cláudia Araújo. E volto a dizer: o que motivou o acordo acatado por mim foi a expectativa de uma relação mínima de confiança, que favorecia, inclusive, os interesses do governo para que nós encerrássemos a sessão. Tudo o que aconteceu nesta Casa após a votação do Comam é um absurdo, é grave, é um desrespeito, é uma quebra de confiança, é um golpe e é uma traição ao acordo que nós compusemos.

E é por essa razão única que ocupo esta tribuna. Desmascarar a extrema direita, nós buscamos a todo tempo, mas só ocupei esta tribuna mais uma vez porque não dá para aceitar a chinelagem da extrema direita como método nesta Casa. Isso é um absurdo!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Giovanni Culau.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25, pela oposição.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos manter a ordem no plenário, por gentileza. Agradeço aqui as contribuições. Os vereadores que quiserem se inscrever podem fazer uso da tribuna para tanto. Ver. Jonas Reis, seu tempo está assegurado. Cinco minutos com V. Exa., por gentileza.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Por gentileza, vereadoras. Por gentileza, temos um vereador na tribuna.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, peço que reinstitua meu tempo, porque não estou entendendo o que se passa com a extrema direita da capital. Estão temerosos, porque o Bolsonaro logo vai apodrecer na cadeia. Não fiquem com medo, porque nós vamos fazer uma lei para permitir que vocês levem cigarro ao Bolsonaro na cadeia. Sem cigarro ele não vai ficar. Aliás, V. Exa., que se diz policial penal, acha que aqui não é um parlamento. Tenha, por favor, respeito ao Parlamento de Porto Alegre. Eu queria lembrar a esta vereadora. Vejam só, a hipocrisia reinando no Parlamento de Porto Alegre. Aqui a vereadora postou, lá na eleição, ela botou assim ó: "Vereadores de Porto Alegre se autoconcedem aumento de salário." Falou da legislatura anterior contra, de forma veemente, mas a internet e seus registros históricos não deixam mentir. Daí ela vem falar agora contra o ICMS. Por isso, tem que ter aumento de impostos para garantir o salário dela. Agora, pergunto, V. Exa. está devolvendo o aumento de salário de vereadora que está recebendo ou era só proselitismo na eleição para se eleger às custas do povo, dizendo contra o Parlamento Municipal? Lá, ela dizia na eleição... Mudou, hein? Outubro, novembro, dezembro; em três meses mudou da água para o vinho. Aqui está ela. Ela, que na eleição falava contra, inclusive contra os vereadores desta Casa. Vereadora,

eu não votei pelo aumento. Agora, V. Exa., está aqui a sua foto (Mostra fotografia.), e até está bem na foto. Parabéns! Tiraram um *print* muito bom aqui na foto, né? Então, assim ó, vereadora, menos hipocrisia, porque V. Exa., na eleição, era uma coisa. E agora eleita, ó... É igual aquele programa da Xuxa, no começo é beijinho, beijinho e no final é tchau, tchau. Agora ela deu tchau, tchau para o povo e está aqui curtindo aquilo que ela falava contra. É essa a extrema direita de Porto Alegre. Vejam só, o cartaz é um, mas por dentro é o mesmo sistema da extrema direita brasileira. Aprendeu direitinho com o bolsonarismo. O bolsonarismo fez escola. Mas que tal, hein? Aliás, vereadora, eu recomendo, saia do Progressista e vá ao PL, que é o partido do Bolsonaro. Mas não se preocupe, que V. Exa. teve cinco minutos aqui para falar um monte de coisa que não condizia com a realidade. Agora, não pense que eu vou deixar a população sem acesso à informação histórica, porque, como professor, que tem doutorado na linha de história e política educacional – eu gosto de história, e reviver a história através dos *prints* é uma maravilha. Então, Ver.^a Mariana Lescano, com todo o respeito, vamos falar do histórico de V. Exa. durante a eleição. V. Exa. vem aqui, agora, e fala de Janja, mas não fala dos ladrões de joias das Arábias, não fala da negociação de um dólar por vacina, propina, que o Ministério da Saúde, no tempo do governo do Jajá, não fala aqui das emendas parlamentares, daquela devassidão. Então, Ver.^a Mariana Lescano, eu quero pedir-lhe, com coração, menos seletividade, menos seletividade no recorte da realidade. Fale tudo! Não se furte a dizer, por exemplo, que o seu prefeito teve uma secretária de educação presa. V. Exa. é policial penal. E aquela turma lá que foi presa, do governo Melo, deu trabalho para os policiais penais. Fale aqui para nós; V. Exa. sabe que eles incomodaram na prisão, os membros do governo Melo; isso a senhora não fala aqui. Então, eu lhe peço, Ver.^a Mariana Lescano, menos seletividade e mais verdade, porque aqui a oposição não vai se calar, aqui não é palquinho do bolsonarismo. Aliás, já passou da hora do Supremo criminalizar o bolsonarismo em lei. Estamos aguardando!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jonas. Questão de ordem, Ver. Ramiro?

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Só uma questão de ordem para que a gente possa, quem sabe, novamente discutir o encerramento da sessão. Eu peço que o líder da oposição, Ver. Roberto Robaina, possa vir aqui e negociar o fim da sessão, para que a gente possa, quem sabe, aqui, finalizar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fica a sugestão registrada. A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/25, pelo governo.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Obrigada, Presidente. Então, eu venho aqui na tribuna para falar sobre o que o meu colega, Ver. Jonas, falou. É que ele tenta me intimidar, ele acha: “Ai, meu Deus, eu vou ali falar coisas que ninguém sabe”. Não, está na rede social, mas ninguém sabe, é um segredo de estado. Eu já expliquei para ele, várias vezes, que falar sobre a minha pessoa ou tentar me ameaçar são coisas que comigo não colam. Sou policial penal há 10 anos; o que eu mais tive que enfrentar na vida foi bandido. Então, para mim, isso é tranquilo. Pode continuar que eu sou que nem massa de pão, quanto mais bate, mais eu cresço. Além disso, vereador, o senhor me questionou sobre o aumento. E eu reitero aqui: não concordei, porque, naquele momento, Porto Alegre tinha outras prioridades, e eu não estava nesta Casa, eu não tinha mandato; então eu tinha todo direito, sim, de dizer que eu não concordava. E, agora que eu sou vereadora nesta Casa, se viesse um aumento, eu votaria contra. Além disso...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Calma, vereador, eu vou falar com o senhor. Além disso, vereador, não tem problema de o senhor querer

dizer “não, porque ela estava falando na rede social”, falei, reiterei, sou contra o aumento de impostos. Não acho que era o momento de a gente ter aumento para esta Casa; mas, se foi decisão, cumpra-se. Aliás, isso é defender a democracia, porque aqui está o voto popular. Então, se foi uma decisão do plenário da Casa, com, inclusive, os votos do PT, do qual o senhor faz parte, não venha querer colocar na minha conta. Além do que, é importante a gente lembrar que o Lula falou para o pessoal: “Está cara a picanha, está caro o arroz, está caro o feijão, está cara a água? É só não comprar”. Mas isso que é o Presidente dos mais pobres, tu imaginas se não fosse. É o luxo para mim e o lixo para o povo. Além disso, o Lula disse hoje, em um evento da Petrobras – aliás, a Petrobras que já deu tanto enrosco com o PT –, que ele não bebe gasolina, que o que ele bebe é álcool. Mas, Jonas, eu não sei o que tu andas bebendo para vir falar isso aqui. Mas, voltando à nossa questão sobre os gastos, o Ver. Jonas Reis deve estar bebendo gasolina, porque só aqui de gasolina ele gasta R\$ 3 mil por mês, e é o dinheiro do contribuinte, a gente tem que lembrar. Porque a esquerda gosta de dizer que tem almoço grátis: “ah, nós vamos conseguir entrada franca”; “ah, nós vamos conseguir passagem”. Quem paga essa conta é o seu Joãozinho e a dona Mariazinha, que acordam às 4h da manhã, pegam dois ônibus e pagam os impostos para que a gente esteja aqui no dia de hoje. E é por isso que também nós não tínhamos nenhuma intenção de acabar com esta sessão. Foi um pedido da própria Ver.^a Natasha, que pediu para que acabasse. Os ânimos não se exaltam quando a discussão é no plano das ideias, mas os ataques não podem ser pessoais. Mas o que a esquerda faz aqui é sempre um ataque pessoal. E o que me deixa muito, muito, que eu fico questionando, são as vereadoras que adoram dizer que defendem o feminismo. “Ai, nós defendemos as mulheres”. Eu não sei quais as mulheres que elas defendem, porque as mulheres, se não forem de esquerda, aí podem ir para o pau. Aí o vereador pode gritar na cara, pode apontar dedo, pode fazer o que for. Mais uma vez, a hipocrisia da esquerda. Então, para finalizar, como o Olavo de Carvalho sempre dizia, nós não negociamos e nem confiamos em comunistas. E se fosse para ter uma lei, vereador, que proibisse algo no Brasil, deveria proibir o

comunismo, que matou milhões de pessoas no mundo inteiro. Comunismo esse que vocês defendem com unhas e dentes; isso, sim, deveria ser criminalizado neste País. Mas enquanto não é, nós vamos vir aqui falar a verdade do que o comunismo prega. E sobre o salário, o senhor, que é um socialista, comunista, deveria dividir o seu salário com os mais pobres, porque é isso que o senhor prega. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Mariana Lescano. Questão de ordem?

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Questão de ordem, Presidente. Gostaria que a vereadora aqui retirasse a *fake news*, porque a oposição votou contra o aumento de salário. E também dizer que eu entendo que a vereadora não gosta de acordo. Inclusive, ela fez um acordo por um dinheiro que não é dela e ela acabou recebendo. Então, na verdade, quando a gente veio assumir aqui na tribuna as questões públicas...

(Manifestações no plenário.)

Vereadora Natasha Ferreira (PT): O PT votou contra, vereadora, retira a *fake news* sobre a oposição. Nós, o PT, votamos contra, e V. Exa. está dizendo aqui uma série de inverdades. Pode falar o que quiser do PT. Agora, nós votamos contra o aumento. Nós votamos, por gentileza, por gentileza, Presidente, o PT votou contrário. E eu gostaria que ela explicasse aqui sobre essa questão do Ministério Público, já que fica falando sobre o PT. Eu gostaria de saber que dinheiro é esse que ela precisa devolver.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado. Está *ok*. Obrigado.

Não há quem queira encaminhar. Em votação... Ver.^a Mariana, questão de ordem?

Vereadora Mariana Lescano (PP): Vereador, rapidamente. Primeiro, vereadora, dá uma olhada, então, no dia sobre a resolução da Mesa Diretora, que a senhora vai ver como é que o PT se colocou na Mesa Diretora. Aí, em plenário, realmente, não sei se votou contra ou a favor, mas na Mesa Diretora, na Mesa Diretora, não, vereadora. Na Mesa Diretora, não. E sobre o meu acordo... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº 148/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Com 13 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; pergunto, se algum vereador não conseguiu votar? Ver. Fleck?

Vereador Rafael Fleck (MDB): Presidente, gostaria só de fazer a manifestação do meu voto. Eu, enquanto assessor desta Casa, o Ver. Mauro Zacher foi o vereador-autor de uma ação que entrou então contra o aumento de IPTU no governo Marchezan, eu não podia deixar de ser a favor do requerimento, que faz uma contrariedade então ao aumento de ICMS. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, com 13 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; **11 ABSTENÇÕES**, está aprovado o requerimento. (Palmas.)

Temos matéria a ser apregoada, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Passamos aos pregões da Ordem do Dia.

Apregoo as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLCE nº 011/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 03 e 04 ao PLCE nº 011/22.

Apregoo a Emendas nº 05, de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira, ao PLCE nº 011/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira, solicitando que seja votada em destaque a Emendas nº 05 ao PLCE nº 011/22.

Não há necessidade da dispensa do envio das emendas às comissões, porque o projeto se encontra sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

Também apregoo as Emendas nºs 04 e 05, de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira, ao PLE nº 011/22.

Apregoo também requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira, solicitando destaque para essas duas emendas.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, direto. Tendo em vista o término do prazo regimental desta sessão, agradeço a presença de todos. Estão encerrados os trabalhos. Até quarta-feira, boa noite a todos. Obrigado.

(Encerra-se a sessão às 20h46min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
